

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Simone Nascimento Teixeira

**O PRIMEIRO TRIÊNIO DA REVISTA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE:
SOCIEDADE, CIÊNCIA & TECNOLOGIA - PRINCIPAIS RESULTADOS E
PERSPECTIVAS**

Rio de Janeiro

2017

Simone Nascimento Teixeira

**O PRIMEIRO TRIÊNIO DA REVISTA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE:
SOCIEDADE, CIÊNCIA & TECNOLOGIA - PRINCIPAIS RESULTADOS E
PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito para obtenção do título de Mestre em Vigilância Sanitária

Orientadoras: Isabella Fernandes Delgado
Maria Helena Simões Villas Bôas

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte

Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

Biblioteca

Teixeira, Simone Nascimento

O primeiro triênio da revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia - principais resultados e perspectivas / Simone Nascimento Teixeira. Rio de Janeiro: INCQS /FIOCRUZ, 2017.

174 p., il., tab.

Dissertação (Mestrado Profissional em Vigilância Sanitária) – Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. 2017.

Orientadoras: Isabella Fernandes Delgado; Maria Helena Simões Villas Bôas

1. Publicações Periódicas. 2. Meios de Comunicação. 3. Editoração. 4. Indicadores Bibliométricos. I. Título.

The first three years of the journal Public Health surveillance in Debate: Society, Science and Technology - main results and perspectives

Simone Nascimento Teixeira

**O PRIMEIRO TRIÊNIO DA REVISTA VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE:
SOCIEDADE, CIÊNCIA & TECNOLOGIA - PRINCIPAIS RESULTADOS E
PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Vigilância Sanitária

Aprovado em: / / 2017

BANCA EXAMINADORA

Ivano Raffaele Victorio de Filippis Capasso (Doutor)
Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

Jeorgina Gentil Rodrigues (Doutora)
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

José Mauro Granjeiro (Doutor)
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Isabella Fernandes Delgado (Doutora) – Orientadora
Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

Maria Helena Simões Villas Bôas (Doutora) – Orientadora
Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por orientar minhas motivações e permitir que eu realize tudo com amor.

Aos meus pais, Osmar (*in memoriam*) e Valkiria (*in memoriam*) por me conceberem. Cada um ao seu modo, meus referenciais de amor, coragem e perseverança. Especialmente ao meu pai, meu grande amor!

Ao meu amor Anderson, pela paciência, carinho, amor, companheirismo e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus irmãos Roan e Débora, Maristelma e Marilane pela amizade e carinho, pois sem o carinho, a amizade e a confiança da família por mim não seria possível a concretização deste trabalho.

Às crianças da minha vida, Alice, Erick, Igor, Mariana, Victoria e Ricardo por me fazerem lembrar de como é bom ser criança.

Às minhas orientadoras Dra. Isabella Fernandes Delgado e Dra. Maria Helena Simões Villas Bôas pelo apoio, confiança e incentivo. Principalmente a MH pela sua dedicação e paciência empregadas na conclusão deste trabalho. Uma pessoa admirável!

À amiga Gisele Neves, por me aturar, pelas palavras de incentivo nos momentos críticos e pela colaboração técnica.

À Daniella Guimarães pela ideia inicial diante um mundo de opções e ajuda técnica.

A minha irmã de coração Aline Souto por enxergar sempre o meu melhor lado.

A amiga Janaína Leal, por dividir comigo os momentos de angústia e incertezas.

A todos os meus amigos e colegas de trabalho, que estiveram presentes nos momentos de alegria e de tristeza, mesmo que de longe, sempre me acompanhando e me incentivando a alcançar meus objetivos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. E aos mestres que tanto acrescentaram à minha formação e a elaboração deste trabalho.

A revista Visa em Debate pelo apoio logístico e atenção dedicada pelos funcionários.

Ao INCQS pela oportunidade de aperfeiçoamento e incentivo. E a equipe técnica da biblioteca do INCQS.

A toda turma do Mestrado Profissional, em especial ao David e à Maria.

Ao meu "Dudu" pela cumplicidade, amor e dedicação em todos os momentos.

“Como é grande o meu amor por você

Eu tenho tanto pra lhe falar
Mas com palavras não sei dizer
Como é grande o meu amor por você

E não há nada pra comparar
Para poder lhe explicar
Como é grande o meu amor por você

Nem mesmo o céu nem as estrelas
Nem mesmo o mar e o infinito
Nada é maior que o meu amor

Nem mais bonito”

(Roberto Carlos – cantor)

RESUMO

A revista *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia* (Visa em Debate) é um periódico científico de amplitude nacional, com o objetivo de disseminar o conhecimento em vigilância sanitária (VISA) no país e no mundo almejando uma projeção internacional. A sua consolidação e reconhecimento é de grande importância para a área de VISA e para o próprio Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). O programa *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foi lançado em 1997, com a intenção de aumentar a visibilidade e acessibilidade de publicações científicas brasileiras. Este estudo tem por objetivo elaborar uma análise crítica dos principais resultados da Visa em Debate, no seu primeiro triênio de existência, 2013 a 2015. O estudo tem caráter descritivo e qualitativo realizado em duas partes: primeiramente, foi elaborado um levantamento das informações na plataforma da revista e o tratamento estatístico desses dados utilizando o aplicativo Excel® da plataforma Office® versão 2013®. Na segunda parte, foi selecionada como referência, a base SciELO, sendo realizada uma análise comparativa entre os critérios de normalização, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos nessa coleção com as principais diretrizes editoriais da Visa em Debate, além disso foi realizada a seleção, comparação e análise de periódicos já indexados na SciELO com o conteúdo editorial da Visa em Debate. A maioria dos 166 manuscritos (89,16%) correspondeu à publicação no idioma português, e menos de 10% no idioma em inglês. Com base no quantitativo do cadastro do autor principal (n=166), verificou-se que 47 (28,31%) autores foram oriundos da Fiocruz, sendo que desses, 26 (15,66%) eram do INCQS. Dos manuscritos publicados, 98,80% apresentaram participação de pelo menos um autor/coautor com doutorado, doutorado em andamento, mestrado e/ou, mestrado em andamento. A maioria da afiliação (99,21%) dos autores e coautores estava vinculada a instituições brasileiras e somente 0,79% a instituições estrangeiras. A região Sudeste obteve 63,56% de participação entre os manuscritos publicados na correlação da afiliação do autor/coautor de instituições brasileiras e suas regiões federativas. A classificação dos manuscritos em relação aos macroeixos foi realizada de acordo com o Plano Estratégico de Pesquisa em Vigilância Sanitária (PEP VISA) e a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária (ANPPVISA), sendo obtida maior representatividade na categorização do Eixo III (Tecnologias e instrumentos de intervenção), com 46% dos manuscritos publicados. A revista atende 66,67% dos 21 critérios estabelecidos para admissão na SciELO. No entanto, um dos desafios é o da internacionalização. O tempo médio de publicação do manuscrito foi de 245 dias, período aceitável pela SciELO. Em 2015 a revista atingiu o percentual de 58,65% de rejeição. Dos manuscritos analisados, 67 foram citados, mais da metade não apresentou citação (59,64%). O aperfeiçoamento da gestão e profissionalismo dos processos editoriais, disseminação e marketing, sem perder o caráter científico são um desafio para o conselho editorial da Visa em Debate.

Palavras-chave: 1. Periódico científico eletrônico. 2. Comunicação científica. 3. Vigilância Sanitária

ABSTRACT

The journal "Sanitary Surveillance in Debate: Society, Science & Technology" (Visa in Debate) is a national scientific journal, aiming the dissemination of specific knowledge in Sanitary Surveillance with international projection. Its consolidation and recognition is of great importance for the area of sanitary surveillance and for the National Health Surveillance System. The *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) program was launched in 1997 with the intention of increasing the visibility and accessibility of Brazilian scientific publications. This descriptive, qualitative and quantitative study aiming to elaborate a critical analysis of the main results of Visa in Debate in its first three years of existence (from 2013 to 2015) was divided in two parts: first, a survey and statistical treatment (using Office Excel 2013 ®) of the information available in the journal's platform was performed. Then, a comparative analysis between SciELO's standardization criteria, policy and procedures for the admission and permanence of scientific journals, and the main editorial guidelines of Visa in Debate, was performed. In addition, journals already indexed in SciELO were selected, analyzed and compared with the editorial content of Visa in Debate. Most of the 166 manuscripts (89.16%) were publications in Portuguese, and less than 10% in English. Based on the quantitative record of the main author (n = 166), it was verified that 47 (28.31%) authors were affiliated to the Oswaldo Cruz Foundation, of which, 26 (15.66%) came from the Foundation's National Institute for Quality Control in Health. From the published manuscripts, 98.80% presented at least one author/coauthor with a doctorate, doctorate in progress, master's degree and/or master's degree in progress. The majority of authors and coauthors (99.21%) were affiliated to Brazilian institutions, only 0.79% being linked to foreign institutions. The Southeastern region obtained 63.56% of participation among the published manuscripts in the correlation affiliation of author/coauthor of Brazilian institutions and federative regions. The classification of the manuscripts in relation to the macro-axes was carried out according to the Strategic Plan for Research in Sanitary Surveillance and the National Agenda for Research Priorities in Sanitary Surveillance, obtaining greater representativeness in the categorization of Axis III (Technologies and instruments of intervention), with 46% of the published manuscripts. The journal meets 66.67% of the 21 criteria established for admission to SciELO. One of the challenges, however, is internationalization. The mean time of publication of the manuscript was 245 days, a period acceptable by SciELO. In 2015 the journal reached a rejection percentage 58.65% of the triennium. Of the manuscripts analyzed, 67 were cited and more than half did not present citation (59.64%). Improving the management and professionalism of editorial processes, dissemination and marketing, without losing the scientific character is a challenge for the editorial board of Visa in Debate.

Keywords: 1. Electronic scientific journal. 2. Scientific communication. 3. Sanitary Surveillance

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Representação esquemática da relação do INCQS com os componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária	20
Figura 2 – Evolução da endogenia dos autores/coautores na Fiocruz e no INCQS por ano dentro do triênio 2013-2015	53
Figura 3 – Distribuição do percentual de gênero de autores (A) e autores/coautores (B) por manuscritos publicados no triênio 2013-2015	55
Figura 4 – Distribuição do percentual de participação de autor/coautor afiliados a instituições brasileiras por região geográfica	58
Figura 5 – Evolução da afiliação de autor/coautor por região do Brasil e no exterior pelo ano de publicação	59
Figura 6 – Distribuição do percentual dos manuscritos publicados por Eixo Temático no triênio 2013-2015	61
Figura 7 – Acessos a Visa em Debate, período de 1 de janeiro/2013 a 31 de dezembro/2015	64
Figura 8 – Acessos a Visa em Debate, período de 1 de janeiro de 2013 a dezembro de 2016	65
Figura 9 – Distribuição da afiliação dos membros do Conselho Editorial por região do Brasil e no Exterior	66
Figura 10 – Distribuição do percentual de afiliação de parecerista por região brasileira e exterior	69
Figura 11 – Distribuição do percentual de parecerista por Eixo Temático de acordo com PEP VISA e ANPPVISA	69
Figura 12 – Avaliação por pares e por ano de publicação do manuscrito	77
Quadro 1 – Comparativo dos critérios SciELO com aqueles considerados na política editorial da Visa em Debate, com base nos percentuais exigidos para área da Saúde	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Manuscritos publicados e analisados no triênio 2013-2015	47
Tabela 2 – Frequência do número de autor/ coautor por manuscrito	48
Tabela 3 – Comparativo da endogenia na Fiocruz e no INCQS por número de autores e coautores	50
Tabela 4 – Comparativo da endogenia na Fiocruz e no INCQS por número de autores e coautores	52
Tabela 5 – Porcentagem mínima SciELO de afiliação institucional no exterior e por área temática da Saúde	54
Tabela 6 – Distribuição de autores e coautores presentes nos manuscritos publicados por grau de instrução	56
Tabela 7 – Distribuição por afiliação institucional dos membros do Conselho Editorial	67
Tabela 8 – Frequência da capacidade de atuação do parecerista de acordo com os Eixos Temáticos do PEP VISA e ANPPVISA	70
Tabela 9 – Distribuição de editores quanto à participação no processo de seleção	72
Tabela 10 – Valores de média, mediana e desvio padrão referentes ao tempo médio de publicação no triênio (2013 a 2015)	73
Tabela 11 – Estatística do processamento do manuscrito por ano, considerando-se as variáveis: data de submissão, data de aprovação e data de publicação	74
Tabela 12 – Percentual dos manuscritos que ultrapassaram 1 ano para serem publicados, no triênio e no ano de 2015	74
Tabela 13 – Percentual de manuscrito publicado em 2015 oriundo de chamada para número temático	75
Tabela 14 – Estatística do processamento dos 28 manuscritos que ultrapassaram 1 ano para publicação, considerando as variáveis “data de submissão”, “data de aprovação” e “data de publicação”	76
Tabela 15 – Análise dos manuscritos rejeitados no triênio 2013-2015 de acordo com o tipo da avaliação realizado e o motivo das rejeições	78

Tabela 16 – Taxa de submissão e rejeição de manuscrito por ano de publicação	80
Tabela 17 – Evolução do tipo de avaliação e motivo de rejeição do triênio	80
Tabela 18 – Artigos da Visa em Debate mais citados e com índice h	82
Tabela 19 – Frequência geral das citações da publicação do triênio (2013 a 2015)	82
Tabela 20 – Apresentação do número de citações de manuscritos dentro do triênio analisado	83
Tabela 21 – Periódicos selecionados e os fatores de impacto no SciElo e no <i>Web of Science</i> , além da classificação no Qualis/CAPES	95

LISTA DE SIGLAS, SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANPPVISA	Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BA	Bahia
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBISSN	Centro Brasileiro do ISSN
CE	Ceará
CECOVISA	Centro Colaborador em Vigilância Sanitária
CV	Currículo Lattes
DA	Data de aprovação
DF	Distrito Federal
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
DOI	Identificador de Documento Digital
DP	Data de publicação
DS	Data de submissão
ES	Espírito Santo
FAPESP	Fundação e Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FI	Fator de impacto

Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GNU	<i>General Public License</i>
GO	Goiás
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia
IES	Instituições de ensino superior
INCQS	Instituto nacional de Controle de Qualidade em Saúde
ISEP	Instituto Superior de Engenharia do Porto
ISI	<i>International Statistical Institut</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
JCR	<i>Journal Citation Reports</i>
LACENS	Laboratórios Centrais
LAI	Lei de Acesso à Informação
Latindex	<i>Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal</i>
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
OAI	<i>Open Archvies Initiative</i> (Arquivos abertos)
PCTI	Política Científica, Tecnológica e de Inovação
PE	Pernambuco
PEP VISA	Plano Estratégico de Pesquisa em Vigilância Sanitária
PHYSIS	Revista de Saúde Coletiva
PQP	<i>Public Knowledge Project</i>
PR	Presidência
PR	Paraná

Revisa	Revista Brasileira de Vigilância Sanitária
RIAL	Revista Adolfo Lutz
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SP	São Paulo
Sumários	Sumários de Revistas Brasileiras
SUS	Sistema Único de Saúde
TMAP	Tempo médio da aprovação até a publicação
TMSA	Tempo médio da submissão até a aprovação
TMSP	Tempo médio da submissão até a publicação
USP	Universidade de São Paulo
Visa em Debate	Revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia
VISA	Vigilância Sanitária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 POLÍTICA DE ACESSO ABERTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES	16
1.2 O PAPEL SOCIAL DA FIOCRUZ NA PARTICIPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO	16
1.3 O INCQS E AS RELAÇÕES NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	18
1.4 A ATUAÇÃO SOCIAL DA ANVISA PARA O AVANÇO CIENTIFICO NA ÁREA DE VISA	19
1.5 DISSEMINAÇÃO CIENTÍFICA EM VISA	22
1.5.1 Revista do Instituto Adolfo Lutz	22
1.5.2 Revista Brasileira de Vigilância Sanitária	23
1.5.3 Revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia	24
1.6 A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS PARA OS PERIÓDICOS NACIONAIS	25
1.6.1 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	25
1.6.2 Associação Brasileira de Editores Científicos	26
1.7 O PROGRAMA SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE	28
1.8 VISA EM DEBATE E O FATOR DA QUALIDADE NA AVALIAÇÃO E ADMISSÃO ÀS BASES INDEXADORAS	29
1.9 JUSTIFICATIVA	33
2 OBJETIVO GERAL	34
2.1 OBJETIVO ESPECÍFICOS	34
3 METODOLOGIA	35
3.1 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NA VISA EM DEBATE	36
3.2 ALINHAMENTO DO PROJETO EDITORIAL DA REVISTA COM O	42

CENÁRIO POLÍTICO EDITORIAL	
3.2.1 A seleção da base indexadora SciELO	43
3.2.2 Análise comparativa entre os critérios de indexação da SciELO com os documentos disponibilizados na plataforma da Visa em Debate	43
3.2.3 Seleção dos periódicos	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1. PERFIL DAS INFORMAÇÕES QUE SÃO VEICULADAS NA VISA EM DEBATE	46
4.1.1 Análise das características dos manuscritos	46
4.1.2 Análise da endogenia na Instituição Fundação Oswaldo Cruz e no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde	51
4.1.3 Colaboração interinstitucional a partir da afiliação de autores e coautores dos manuscritos publicados	53
4.1.4 Análise das características dos autores principais, coautores e pareceristas	54
4.1.5 Análise do título e conteúdo dos resumos com relação ao PEP VISA e ANPPVISA	60
4.1.6 Difusão da Visa em Debate	62
4.1.7 Características do conselho editorial da visa em Debate	66
4.1.8 Análise das características do cadastro de pareceristas	68
4.1.9 Análise das características do processo de avaliação	71
4.1.10 Taxas de submissão e rejeição	78
4.1.11 Análise das citações	81
4.2 ALINHAMENTO DO PROJETO EDITORIAL DA REVISTA COM O CENÁRIO POLÍTICO EDITORIAL	84
4.3 ATUALIZAÇÃO DO DOCUMENTO INSTRUÇÃO AOS AUTORES	92
5 CONCLUSÕES	96
6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TECNOLÓGICO ESPERADO	98

REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	108
ANEXO	141

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, e conseqüentemente no Brasil, a consciência de que Ciência, Tecnologia e Inovação têm valor econômico e social vem crescendo, abrindo espaço para que a sociedade compreenda que o investimento feito nessa área pode trazer retorno, na forma de mais e melhores empregos e na melhoria da qualidade de vida (sociedade sustentável). Impulsionado pelo acelerado desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, os campos de informação e comunicação desempenham papel central no avanço das fronteiras do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico, na consolidação dos processos emancipatórios, bem como na tomada de decisão baseada no conhecimento (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2009).

Velho (2011) argumentou que a evolução histórica da Política Científica, Tecnológica e de Inovação (PCTI) está fortemente correlacionada com a evolução do conceito dominante de ciência. Na medida em que o conceito dominante tende a ser internacional, também a PCTI está assim alinhada, ou seja, a autora defende que as ações institucionais serão definidas (nível acadêmico, governamental, empresarial) de acordo com a forma como se concebe o papel da ciência na sociedade (internacional e localmente). Ressaltou ainda que, a perspectiva do conceito de ciência como oriundo da construção social, enfatizando que numa estrutura social, a produção de conhecimento se dá em locais multivariados, onde o conhecimento se faz de forma predominantemente interdisciplinar, através das relações entre agentes múltiplos, num universo além do sistema acadêmico.

Os conflitos pela dominação do campo científico são estabelecidos nas dimensões política e epistemológica. Bourdieu (1983, p.133) expôs o conceito de campo científico através da abordagem política, uma visão política do funcionamento da ciência. Segundo o autor, *“reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos”*.

Na conjuntura das práticas sociais, Araújo (1999) considerou que a informação deve ser vista como um bem social e um direito coletivo. Destacou a importância da informação como intercâmbio de comunicação, onde os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir

deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva. Considerou ainda que, a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para todos os cidadãos.

De fato, a informação técnico-científica possui um papel de destaque no processo de transferência e compartilhamento de conhecimento. O ciclo do conhecimento compreende a produção, a comunicação e a aplicação do que é gerado. Nesse contexto, a publicação científica exerce função essencial, na medida em que viabiliza a divulgação dos resultados de pesquisa e promove a discussão entre os pares (MORENO; ARELLO, 2005).

Bourdieu (1983, p. 124) apresentou o campo científico como espaço de concorrência, de luta pelo monopólio da autoridade científica, com uma forma específica de interesse. A estrutura do campo se assemelha como um jogo, no qual os participantes cientes das regras, disputam posições e lucros. Situou a ciência como produto do meio social, hierarquicamente construída “pelo fato de todas as práticas estarem orientadas para aquisição de autoridade científica, engajada em impor sua própria autoridade e definição de ciência”, deixando claro que sempre há um mecanismo de pressão de dominantes sobre dominados. Além disso, afirmou que não existe uma ciência desinteressada. A ciência vocaliza os interesses das verdades impostas pelos dominantes. Esse aparelho de produção da ordem sempre vai se dar nessa relação.

Segundo Mueller (2006), autores como Merton, Zuckerman, Kuhn, Bourdieu, Latour, Fourez, Ziman, entre outros, têm estudado as comunidades científicas e reconhecem a estrutura hierárquica que as caracterizam. Observa que geralmente em qualquer nível ao longo de uma carreira, há uma elite que detém a autoridade, ancorada em prestígio individual, conquistada por mérito reconhecido pelos demais. Ressaltou que para entender as relações de forças estabelecidas no campo científico e para a plena aceitação da autoridade científica é necessário

compreender os conceitos de legitimação e legitimidade. Percebe-se um consenso por parte dos autores quando associam os conceitos legitimação e legitimidade a poder, autoridade, crenças, normas e leis, conformidade, estabilidade, controle social, desvio e repressão, mesmo que cada autor trate o tema a partir de diferentes perspectivas.

Zelditch (2001, p. 9) definiu legitimidade como um “processo que conforma o inaceitável às normas, valores, práticas e procedimentos aceitáveis”, e afirma que este conceito assume um importante papel no universo científico devido a sua forte relação e dependência do consenso.

Em suas argumentações, Mueller (2006) introduziu a definição de legitimação relacionada à questão de interesses sociais e comerciais na produção do conhecimento científico. E relacionou a legitimidade com a crença que autoridades, instituições e organizações sociais são corretas, adequadas e justas, por isso devem ser respeitadas e aceitas. Segundo o autor:

A crença que autoridades e instituições são legítimas compele as pessoas a aceitar suas decisões e a voluntariamente obedecê-las. No campo da ciência, legitimação é o processo pelo qual o “legislador”, encarregado de zelar pelo discurso científico, é autorizado pela comunidade científica, a prescrever as condições que estabelecem se determinado conhecimento pode ser considerado científico (MULLER, 2006, p. 30).

Nesse contexto, tendo como pano de fundo os conceitos de legitimação e legitimidade da ciência é que ocorre o movimento de acesso aberto ao conhecimento científico. A informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Com as tecnologias da informação e da comunicação, surge a iniciativa de arquivos abertos (*Open Archives Initiative*), a qual define um modelo de interoperabilidade entre bibliotecas e repositórios digitais, possibilitando alternativas para a comunicação científica. Ao mesmo tempo, consolida-se o movimento em favor do acesso livre à informação científica em todo o mundo, pelos grandes editores, por meio de propostas de ações que possam viabilizar essa iniciativa. Essas são as bases da proposta de um novo modelo para intensificar e consolidar o registro e a disseminação da produção científica e seu acesso (KURAMOTO, 2006).

1.1 POLÍTICA DE ACESSO ABERTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Surgido nos anos 90, o movimento foi discutido e definido pela Declaração de Budapeste, de 2001, assim como pelas sucessivas Declarações de Bethesda e de Berlim, ambas de 2003, documentos importantes e norteadores para o movimento de acesso aberto. Em sua definição, Costa (2008) apresentou o acesso aberto, do inglês *Open Access*, como “a livre disponibilização na *Internet* de literatura de carácter científico, permitindo a qualquer utilizador pesquisar, consultar, descarregar, imprimir, copiar e distribuir o texto integral de artigos e outras fontes de informação científica”, ou seja, literatura digital, *online*, livre de custos.

No Brasil, o direito à informação é garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal (Brasil, 1988), e foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011, que obriga órgãos públicos a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. A divulgação de informações de interesse público ganha procedimentos para facilitar e agilizar o acesso por qualquer pessoa, inclusive com o uso da tecnologia da informação, e para fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência e controle social na administração pública. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos. A LAI fortalece a participação dos cidadãos na tomada de decisões que os afeta e, com isso, se firma como ferramenta de consolidação da democracia (BRASIL, 2011).

1.2 O PAPEL SOCIAL DA FIOCRUZ NA PARTICIPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como uma das principais Instituições federais de pesquisa do País, vinculada ao Ministério da Saúde, entende que é dever das instituições públicas garantir à sociedade o acesso ao conhecimento por

elas produzido, por acreditar que a democratização e a universalização do acesso às ciências é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável dos países (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015).

Assim, em cumprimento a LAI, e visando reafirmar seu compromisso com a democratização do conhecimento e do acesso à informação científica, a Fiocruz criou em 2014 sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela instituição (Portaria nº 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR), através do Repositório Institucional Arca – principal instrumento de realização do Acesso Aberto instituído por esta Política (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014).

Segundo Lima (2015), a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz reforçou as iniciativas nacionais e internacionais de apoio ao Acesso Aberto e à integridade da pesquisa e contribuiu para fortalecer os mecanismos de preservação da memória institucional. A Política também foi criada para aumentar o acesso e o impacto da produção intelectual da Instituição. Outra ação importante na linha do acesso aberto foi a criação, em março de 2015, do Portal de Periódicos da Fiocruz que reúne o conteúdo de sete revistas publicadas pela Instituição em um único ponto de acesso.

Nesta perspectiva, as instituições de ensino superior têm uma participação fundamental nesse processo, uma vez que o seu papel, além da formação de profissionais para campos específicos de atuação, é também o de formar pesquisadores e docentes. Particularmente, esses dois últimos aspectos podem, por decorrência, garantir um potencial de produção de conhecimento e de formação de recursos humanos profissionais que contribuirão para o desenvolvimento de uma nação (MARCHLEWSKI et al, 2011).

Considerada como a principal instituição não-universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para a área de ciência e tecnologia no Brasil, a Fiocruz, através de suas unidades técnico-científicas oferece 32 programas de pós-graduação *stricto sensu*, com cursos de doutorado, mestrado acadêmico ou profissional, inseridos em dez áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES)¹. Oferece ainda, curso de educação profissional, por meio de uma escola de nível técnico e de educação profissional na modalidade a distância (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015).

Buss (2002) ao contextualizar a Fiocruz no âmbito da Saúde e da Ciência e Tecnologia, afirmou que a base primordial do trabalho institucional foi e continuará sendo sempre a pesquisa em saúde, como fonte do conhecimento da realidade e das alternativas a serem enfrentadas. Não se configurando uma tarefa fácil, os pesquisadores da Fiocruz buscam articular a geração de novos conhecimentos científicos com sua aplicação.

1.3 O INCQS E AS RELAÇÕES NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde pelo desenvolvimento integrado das atividades de pesquisa, ensino, informação, tecnologia e produção de bens e serviços, com a finalidade de proporcionar apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para o exercício da cidadania Missão da Fiocruz (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2009, p. 5).

A Fiocruz alinhada à sua missão possui como uma de suas unidades o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), um dos componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), que se relaciona com as ações de controle da qualidade e atua diretamente no âmbito da vigilância

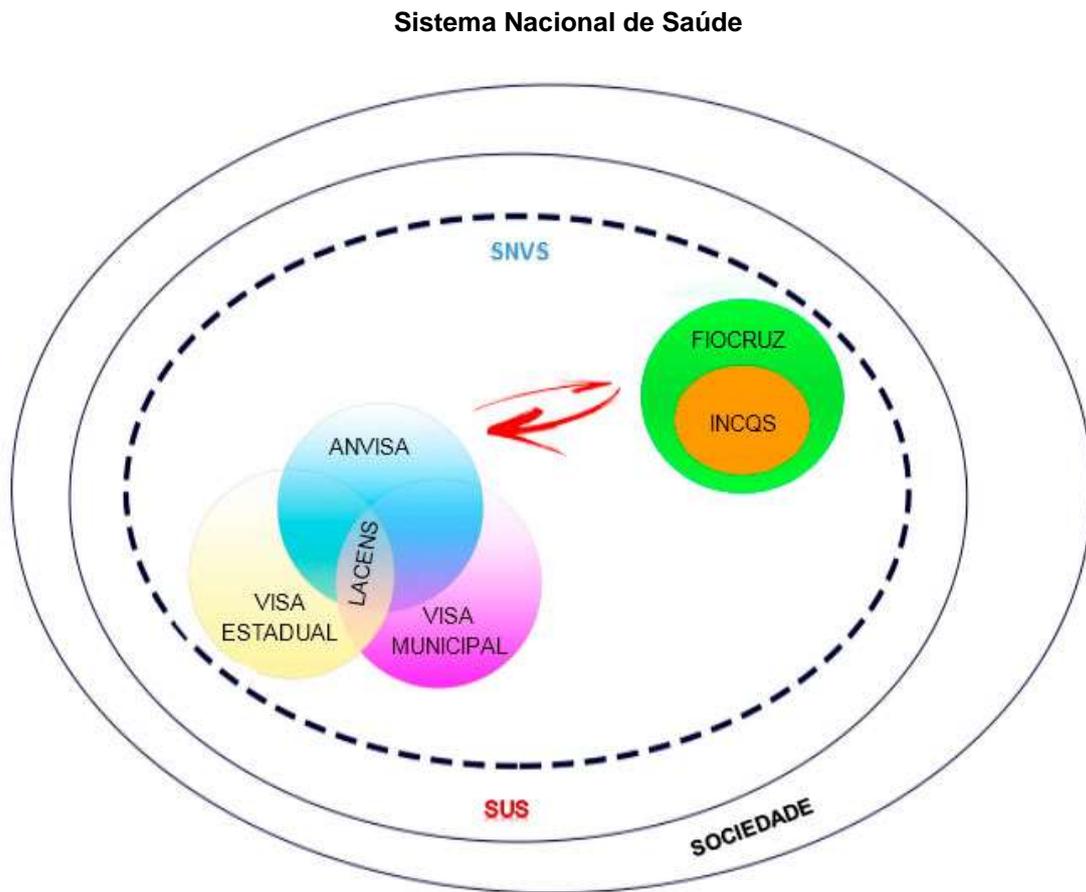
¹ A CAPES é a instituição responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pela elaboração do sistema Qualis, que é referência para avaliação da produção científica nacional oriunda dos programas de pós-graduação. Os dados que servem de fonte para compor o Qualis são obtidos por meio do sistema de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado. Esse instrumento orienta a comunidade universitária a buscar um padrão de excelência para os cursos *stricto sensu*. Além disso, os resultados da avaliação podem ser utilizados para criar políticas para a área de pós-graduação e para dimensionar as ações de fomento (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2014).

sanitária (VISA), sendo referência nacional para as questões analítico-laboratoriais relativas ao controle da qualidade de alimentos, medicamentos, cosméticos, artigos e insumos para diálise e de saúde, conjuntos, reagentes e insumos diagnósticos, saneantes domissanitários, sangue e hemoderivados, saúde ambiental e medicamentos biológicos. O instituto realiza as análises laboratoriais previstas na legislação sanitária, somente para o poder público, mantendo estreita relação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e com as Vigilâncias Sanitárias estaduais e municipais em inspeções de indústrias e laboratórios. Através dos cursos de doutorado, mestrado acadêmico e profissional oferece formação de recursos humanos na área de VISA (INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAÚDE, 2015). Além disso, o INCQS mantém estreita relação com os Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACENs) dos estados e municípios da federação (**Figura 1**).

1.4 A ATUAÇÃO SOCIAL DA ANVISA PARA O AVANÇO CIENTÍFICO NA ÁREA DE VISA

Diante da necessidade de uma prática em VISA voltada para a sociedade, na qual o cidadão obtenha respostas às suas demandas cotidianas e acesso a produtos e serviços seguros e de qualidade, além de objetivar o fortalecimento do seu papel na proteção e na promoção da saúde, a Anvisa criou em 2007 o Plano Estratégico de Pesquisa em Vigilância Sanitária (PEP VISA), que busca institucionalizar o tema e otimizar a aplicação dos recursos para fomento de pesquisa na Agência. Partindo da configuração teórico-conceitual da VISA, tendo como elemento norteador a necessidade de produção de conhecimento para a reorientação do enfoque de atuação da VISA, o PEP VISA estabeleceu 4 eixos de pesquisa: I. Políticas, organização e gestão do Sistema Nacional de VISA; II. Objetos de intervenção; III. Tecnologias ou instrumentos de intervenção; e IV. Visa e Sociedade (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2011).

Figura 1 – Representação esquemática da relação do INCQS com os componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária



Anvisa = Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Fiocruz = Fundação Oswaldo Cruz; INCQS = Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde; LACENS = Laboratórios Centrais de Saúde Pública; SNVS = Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; SUS = Sistema Único de Saúde; VISA = Vigilância Sanitária.

Fonte: Elaboração própria.

Em 2011, a Anvisa estabeleceu a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária (ANPPVISA), documento que consolida os eixos definidos no PEP VISA (2007). Essa iniciativa tem como perspectiva, subsidiar os gestores das áreas de VISA, pesquisa e inovação, no sentido de ampliar o fomento, e contribuir para o avanço científico nesta área, fundamentando todas as ações pertinentes a seu vasto campo de atuação na proteção e promoção da saúde (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2011).

A VISA destaca-se como um eixo estruturante do SUS, considerando o seu

conjunto de ações preventivas dos riscos e agravos à saúde. Sendo reconhecida politicamente, nas instâncias governamentais e na sociedade, pela abrangência de sua ação regulatória direcionada a diversos produtos e serviços relacionados à saúde, que incluem desde os alimentos e medicamentos aos mais complexos e inovadores equipamentos e tecnologias. No âmbito da VISA as práticas comunicativas são utilizadas para possibilitar a visibilidade e efetivar as políticas públicas demandadas pela sociedade. Entretanto, segundo Lucchese (2001), a VISA é pouco reconhecida como objeto de pesquisa ou como produtora de saberes que podem ser transformados em fontes de informação e conhecimento publicado nos meios científicos. Nesse sentido, existe grande carência de veículos de comunicação que permitam a plena disseminação da produção científica em VISA.

Costa ressaltou em 2004, que no país há escassa produção científica sobre o tema em VISA, mesmo que esta temática esteja razoavelmente problematizada, ainda não conseguiu despertar interesse como objeto de investigação. Segundo a autora, os trabalhos acadêmicos que surgiram no início da década de 90 são de autores, em geral, técnicos que estiveram ou estão envolvidos com os órgãos de VISA. No processo histórico de constituição do objeto da VISA e sua abrangência de interesse sanitário sob os cuidados do setor saúde, noções de meio ambiente, salubridade, nocividade, higiene, qualidade dentre outras vão sendo incorporadas para fundamentar as ações técnico-administrativas de controle sanitário visando à proteção e defesa da saúde. De noção restritiva e imprecisa quanto à função protetora da saúde, a VISA passa a compor o elenco dos direitos fundamentais das pessoas.

Como existem, no âmbito nacional ou internacional, poucos periódicos dedicados a esta área específica, trabalhos acadêmicos oriundos do SNVS eram publicados em revistas com foco disciplinar, como por exemplo, aquelas próprias das áreas das Ciências da Saúde. Porém, o caráter interdisciplinar da VISA pressupõe forte inter-relação de uma variedade de áreas, e conseqüentemente, sendo necessária uma revista especializada que permita este tipo de abordagem, servindo ainda como base para o fortalecimento da área de conhecimento em VISA. Questão apontada por Cohen (2011) em sua argumentação:

O campo científico é um campo de disputa e de conflito, não sendo diferente em relação à vigilância sanitária, onde o pesquisador ao iniciar na investigação científica, contribui de maneira singular para o avanço deste subcampo da saúde coletiva, sobretudo para o necessário acúmulo dos recursos científicos na área (COHEN, 2011, p. 45).

1.5 DISSEMINAÇÃO CIENTÍFICA EM VISA

1.5.1 Revista do Instituto Adolfo Lutz

A Revista do Instituto Adolfo Lutz (RIAL) foi criada em 1940 e até 2012, foi publicada na forma impressa (ISSN: 0073-985). Atualmente, apresenta-se em formato eletrônico (ISSN 1983-3814), com publicação trimestral de trabalhos originais, revisões de literatura, comunicações breves, notas científicas, relatos de casos, além de resumos de teses e dissertações. É editada em língua portuguesa, mas também são aceitos artigos em inglês, sendo arbitrado por *peer-reviewed* (revisão por pares) (INSTITUTO ADOLFO LUTZ, 2016).

Tem como objetivo:

Divulgar resultados de investigações científicas relacionadas às ações de promoção à saúde, prevenção e controle de agravos e doenças de interesse em saúde pública nas áreas de vigilância epidemiológica e sanitária (BIBLIOTECA VIRTUAL DE SAÚDE, 2016).

A RIAL é considerada um periódico de referência para diversas áreas (ciência de alimentos, química, biologia médica, patologia, padronização de métodos diagnósticos e analíticos, Sistemas de Garantia de Qualidade e Biossegurança),

inclusive para os profissionais e pesquisadores do âmbito da VISA, devido ao seu caráter inter- e multidisciplinar e ao interesse em divulgar trabalhos relacionados com as atividades e áreas correlatas desenvolvidas nos Institutos de Pesquisa, LACENs e Universidades do país e do exterior. Encontra-se indexada nas seguintes bases: *Abstracts on Hygiene and Communicable Diseases*, AGRINDEX, *Biological Abstracts*, BVS Rede de Informação e Conhecimento SES-SP, BVS - Medicina Veterinária e Zootecnia, *Chemical Abstracts*, *Food Science and Technology*, *Index Medicus Latino-Americano*, LILACS, *Microbiology Abstracts*, *Toxicology Abstracts*, *Tropical Diseases Bulletin* e *Virology Abstracts*. E pode ser acessada do Portal de Revistas em Veterinária e Zootecnia e do Portal de Revistas-SES - *Scientific Eletronic Library OnLine* (INSTITUTO ADOLFO LUTZ, 2016).

1.5.2 Revista Brasileira de Vigilância Sanitária

A Revista Brasileira de Vigilância Sanitária/*Brazilian Journal of Health Surveillance* (Revisa) foi lançada em março de 2005, pelo Centro Colaborador em Vigilância Sanitária (CECOVISA), através da parceria e colaboração entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Anvisa. Com sede na USP e publicação trimestral, a Revisa era considerada por profissionais e pesquisadores da área como a primeira revista direcionada exclusivamente a produção técnico-científica da área de VISA, por abranger temas referentes a serviços, produtos e tecnologias relacionados às práticas sanitária, vigilância ambiental, saúde do trabalhador, direito sanitário e análise de políticas públicas de proteção à saúde. Representava assim, um espaço de crítica, divulgação e análise para todos os que acreditam na VISA como instrumento de defesa e promoção da saúde (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005; BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2005).

Segundo Maria Cristina Marques, editora-adjunta da publicação, a Revisa foi “a primeira revista brasileira a abordar exclusivamente o campo científico da vigilância sanitária e suas áreas de conhecimento afins”, e tinha por finalidade a divulgação de artigos originais e inéditos que deveriam contribuir com o

conhecimento e desenvolvimento da VISA e áreas afins, através das temáticas referentes a serviços, produtos e tecnologias relacionados à saúde, avaliação de práticas sanitárias, programas e serviços de VISA, saúde ambiental, saúde do trabalhador, políticas públicas, planejamento em saúde, entre outros (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

Infelizmente, a publicação da *Revista* foi encerrada no número 2 do volume 2, com a publicação de somente 6 números (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2006). Segundo Villas Bôas e Pinto (2008), a produção científica em VISA é heterogênea e diversificada, abrangendo diversas áreas do conhecimento (microbiologia, química, imunologia, farmacologia e toxicologia) e por isso deveria ser publicada e divulgada em revistas com perfil interdisciplinar interessadas na temática da VISA. Anseio que ficou órfão após o encerramento da *Revista*.

1.5.3 Revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia

Buscando responder a lacuna existente no campo de produção do conhecimento na área de VISA, deixada após o encerramento da edição da *Revista*, o INCQS lançou em 2012 a revista *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Visa em Debate)*, com sítio eletrônico no endereço <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate>. Seu primeiro número foi publicado em fevereiro de 2013. Este periódico tem o objetivo de divulgar artigos científicos inéditos que articulem temas multi- e interdisciplinares relativos à sociedade, à ciência e à tecnologia, desde que o objeto trabalhado seja aplicável à VISA. A publicação trimestral da revista é exclusivamente *online*, de acesso aberto tendo como *software* de gerenciamento o *Open Journal Systems (OJS 2.4.6.0)*, sistema de código livre gratuito para a administração e a publicação de revistas científicas, desenvolvido com suporte e distribuição pelo *Public Knowledge Project (PKP)* sob a licença *General Public License (GNU)*.

Ainda em 2013, a revista foi classificada como B1 no Qualis – conjunto de

procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação (CAPES, 2014), pela área de avaliação Interdisciplinar da CAPES, sendo também indexada nas bases *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex), Sumários, e-revist@s, *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e recentemente na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A partir de fevereiro de 2014, foi atribuído o número Identificador de Documento Digital (DOI), para os artigos, incluindo os números anteriores já publicados.

1.6 A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS PARA OS PERIÓDICOS NACIONAIS

1.6.1 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (<www.ibict.br>) é considerado como instituto de referência em projetos voltados ao movimento do acesso livre ao conhecimento. Dentre suas atuações, ressalta-se, desde 1975, o desenvolvimento das funções de Centro Nacional da Rede ISSN (*International Standard Serial Number*), sigla em inglês para o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. Trata-se de um código único, aceito internacionalmente que atribui individualidade a uma publicação seriada, identificando o título de uma publicação durante todo o seu ciclo de existência. Segundo Almeida (2017), o ISSN é uma organização intergovernamental representada por 89 centros nacionais e regionais, em todo o mundo, que se estabeleceu, em 1980, como Centro Brasileiro do ISSN (CBISSN), passando a ser o único membro no Brasil responsável pela atribuição do código ISSN.

Além disso, precisamente em 2003, o IBICT cria o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), uma versão traduzida e adaptada do OJS da PKP, da Universidade British Columbia, do Canadá, que desenvolve, dissemina e opera uma plataforma tecnológica comum para a gestão online dos processos editoriais de periódicos nacionais (FERREIRA; CAREGNATO, 2008). Trata-se da prospecção tecnológica realizada pelo IBICT para identificar aplicativos que possibilitassem o tratamento e a disseminação da produção científica brasileira na *Web*. O SEER/OJS é um *software* livre, criado para elaborar e administrar a publicação de periódicos eletrônicos e automatizar a editoração (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA, 2017). Segundo Gruszynski (2012), por meio do SEER/OJS, o periódico ganha rapidez e transparência nos procedimentos editoriais, desde a submissão, avaliação, até a publicação *online* e indexação. O processo editorial do SEER/OJS agiliza o fluxo de informações, melhora a avaliação na qualidade dos periódicos, facilitando a disseminação, divulgação e preservação de seu conteúdo.

Recomendado pela CAPES, o processo editorial no SEER/OJS permite uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações, por apresentar módulos com os fluxos completos para os processos de submissão, avaliação e publicação de artigos científicos, o que facilitou a aceitação pelos editores científicos (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA, 2017).

1.6.2 Associação Brasileira de Editores Científicos

A Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), é uma sociedade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, fundada em 1985 com o propósito de representar os interesses coletivos dos editores, contribuir por meio de reuniões e cursos para a formação, desenvolvimento e profissionalização da editoração científica e seu financiamento (BARRAVIERA, 2009).

Possui como objetivos: Zelar pelo padrão da forma e conteúdo das publicações técnico-científicas no país; promover periodicamente um encontro nacional dos associados; manter contato com instituições e sociedades correlatas do país e do exterior; divulgar regularmente matérias de interesse editorial técnico-científico; e promover conferências, seminários e cursos no âmbito de seus objetivos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS, 2017).

Para atingir seus objetivos, a ABEC oferece eventos e cursos para capacitação e aprimoramento da gestão de periódicos científicos. Além de estabelecer parcerias públicas e privadas visando promover a internacionalização e a competitividade dos periódicos brasileiros no cenário internacional, assim como elevar o profissionalismo da condução da editoração científica. Dentre essas parcerias, destaca-se o processo de depósito do *Digital Object Identifier* (DOIs) da produção científica das instituições brasileira. Em 2014, a ABEC firmou um acordo com a *Crossref* e o IBICT para facilitar o processo de depósito de DOIs, assumindo a responsabilidade da gestão dos contratos de representação, dos pagamentos dos depósitos efetuados pelos periódicos e pelo pagamento da anuidade de afiliação ao *Crossref*² em nome de todas as instituições brasileiras que optarem pela representação, cabendo ao IBICT, a responsabilidade de suporte técnico. Outra atuação da ABEC foi através do convênio firmado com a *iThenticate*, em 2015, que visando facilitar aos associados, intermediou a aquisição de créditos para uso do sistema de detecção do nível de similaridade (plágio) sem a necessidade de envio de recursos financeiros ao exterior (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS, 2017).

Sendo assim, destacamos alguns benefícios oferecidos pela ABEC: facilidade no pagamento das anuidades, com a emissão de um único documento fiscal (boleto ou Nota de empenho); possibilitar a participação de um maior número de representantes com desconto na inscrição nos eventos da ABEC Brasil; beneficiar um maior número de revistas que poderão adquirir a licença para o sistema de detecção de plágio (*iThenticate*); beneficiar um maior número de revistas que poderão atribuir DOI a seus artigos sem taxas adicionais; e ampliação dos direitos

² *Crossref* é uma organização sem fins lucrativos criada no final de 1999 com o propósito de atender a comunidade com serviços seguros, oficializados e inovadores, de forma a apoiar a persistência dos identificadores com uma infraestrutura sustentável que proporciona a comunicação científica. Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS, 2017.

dos associados a um número maior de representantes institucionais (FERNANDES, 2015).

1.7 O PROGRAMA *SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE*

Considerado como uma iniciativa pioneira por ter inserido a América Latina no contexto de acesso aberto, o programa *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foi lançado, como projeto piloto, em 1997, com a intenção de aumentar a visibilidade e acessibilidade de publicações científicas brasileiras, que em sua maioria, não estavam indexadas em bases de dados internacionais, afirmou Rogério Meneghine em entrevista à Revista Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2002), passando a operar regularmente a partir de 1998. A SciELO teve origem a partir de um projeto de pesquisa da FAPESP, em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e desde 2002, passou a receber o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ON-LINE, 2016).

Ernesto Spinak (2013), ressaltou que há pelo menos cinco variantes que são consideradas de acesso aberto: 1) Via dourada – periódicos financiados por instituições, que oferecem os conteúdos de forma gratuita aos leitores desde o início, como os periódicos SciELO; 2) Via verde – artigos que foram aceitos para publicação mediante processo de revisão por periódicos acadêmicos, mas que são arquivados pelo autor em *site* próprio; 3) Híbrido – autores pagam para que seus artigos sejam disponibilizados em acesso aberto em um periódico comercial. Somente são disponibilizados pela via dourada os artigos pagos pelo autor; 4) Embargo – periódicos por assinatura que, após um período de tempo (de 1 a 2 anos) liberam os artigos, tornando-se esses também disponíveis na via dourada; 5) Por tempo limitado – periódicos oferecem alguns artigos em acesso aberto por um tempo limitado, como uma promoção, mas em seguida são removidos.

Segundo Packer et al (1998) a SciELO é “uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico”, que organiza e publica textos completos em revistas na *Internet*, também produzindo e publicando indicadores de uso e impacto, e opera com metodologia própria.

A metodologia SciELO compreende três componentes, segundo Abel Packer em entrevista à FAPESP: 1) permitir a publicação eletrônica de edições completas, a organização de dados bibliográficos, a produção de indicadores e critérios de avaliação de revistas, baseado em padrões internacionais; 2) operacionalização de *sites* na *Web* de coleções de revistas eletrônicas; e 3) desenvolvimento de aliança entre outros autores, editores instituições científico-tecnológicas, agências de financiamento, entre outros (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2002).

O projeto teve por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Para Sabadini et al (2009), o conceito de qualidade das revistas SciELO é configurado pela promoção da visibilidade das revistas através da publicação em formato eletrônico, convênios com bases de dados internacionais, rígidos critérios de seleção e permanência no portal e a publicação de relatórios de uso e de impacto.

1.8 VISA EM DEBATE E O FATOR DA QUALIDADE NA AVALIAÇÃO E ADMISSÃO ÀS BASES INDEXADORAS

Na literatura analisada, foram encontrados vários artigos que discutiam o tema sobre avaliação de periódicos, demonstrando a necessidade de se definirem parâmetros mensuráveis, que reflitam a qualidade da informação registrada nos periódicos científicos e técnicos. Os periódicos têm um papel importante no fomento da qualidade da pesquisa e para o avanço do conhecimento, mediante seleção e divulgação dos trabalhos (OLIVEIRA, 2002).

A partir de 1960, passaram a ser encontrados os primeiros registros de iniciativas de mensuração da qualidade da produção científica na literatura nacional. Diversos foram os trabalhos sobre avaliação de periódicos, refletindo a necessidade do estabelecimento de parâmetros para medir a qualidade das informações veiculadas por meio dos artigos científicos como o modelo da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Unesco), em 1964. Segundo Barbalho (2005), a Unesco determinou a criação de um sistema capaz de avaliar os periódicos científicos produzidos na América Latina.

O modelo para avaliação de periódicos científicos proposto por Braga e Oberhofer (1982), já demonstrava preocupação quanto aos aspectos de qualidade dos periódicos científicos e técnicos brasileiros. Compreendia sete critérios com parâmetros objetivamente mensuráveis: normalização, duração, periodicidade, indexação, difusão, colaboração e divisão de conteúdo, e autoridade, com variáveis que durante a avaliação do periódico recebiam pontuação, em escala de 1 a 5, onde 5 representava o valor máximo de pontos. A qualidade do periódico era determinada pelo número total de pontos atribuído ao periódico, estabelecendo o seu nível de desempenho.

Krzyzanowski e Ferreira (1998) apontaram que os periódicos têm recebido críticas quanto ao desempenho de seu papel no fomento à qualidade e na disseminação das pesquisas, destacando: irregularidade na publicação e distribuição da revista; falta de normalização dos artigos científicos e da revista como um todo e falta do corpo editorial e de *referees* (autoridade da revista). No panorama nacional, acrescentou os seguintes aspectos: pouca penetração da língua portuguesa no exterior e baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos publicados.

Packer (2014) afirmou que a promoção da profissionalização, da internacionalização e da sustentabilidade financeira dos periódicos contribui decisivamente para o aumento da qualidade da comunicação científica do Brasil.

Os resultados obtidos por Krzyzanowski e Ferreira (1998) através da metodologia desenvolvida para avaliação conjunta do mérito (conteúdo) e desempenho (forma) de periódicos científicos e técnicos brasileiros, demonstraram a necessidade da avaliação conjunta do mérito e do desempenho para que se possa ter uma visão global da qualidade das publicações.

Yamamoto et al (2002) contemplaram a análise dos indicadores de qualidade sobre dois aspectos complementares, os de natureza intrínseca, que compreendem os aspectos formais (normalização, periodicidade, tiragem etc.), e os de natureza extrínseca, que se referem ao conteúdo (corpo editorial, consultores, nível de qualidade das contribuições etc.).

Segundo Coimbra Jr. (1999), muitos pesquisadores acreditam que a inserção de revistas, em algumas bases consideradas de maior prestígio, representa um indicativo de qualidade de um periódico e, conseqüentemente, dos artigos publicados, tornando a competição entre autores, editores e instituições financiadoras de pesquisa mais disputada.

Packer et al (2016), ressaltou a necessidade constante de aperfeiçoamento nas políticas, gestão e práticas editoriais dos periódicos a partir de 2016, visando acelerar os processos de publicação dos manuscritos. Destacou a superação das dificuldades que resultam na lentidão dos processos de avaliação de manuscritos e ampliação da transparência em que estes processos são realizados, como desafio mais importante.

O que esses estudos demonstram é que somente com avaliações criteriosas, aliadas às políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade dos periódicos científicos, o Brasil conseguirá visibilidade internacional para sua ciência (FERREIRA, 2009). Para Packer e Meneghini (2006), a visibilidade da produção científica de um país, de uma universidade, de uma área temática, de um grupo de pesquisa e de um pesquisador individual está diretamente relacionada com a visibilidade dos periódicos onde são publicados os resultados das pesquisas.

Frente aos critérios de indexação cada vez mais rígidos, conhecer o perfil das publicações veiculadas na Visa em Debate irá contribuir para a qualificação e proposta de indexação da revista em bases reconhecidas no meio científico. Devido ao pouco tempo de existência da revista e a importância de sua consolidação como principal veículo do conhecimento na área de VISA no país, faz-se necessário contextualizar o projeto da revista Visa em Debate, junto ao cenário político de democratização do conhecimento científico. É importante destacar que a VISA é um campo de conhecimento em construção, marcado por múltiplos objetos e inúmeras tecnologias de intervenção sobre os riscos à saúde humana e ambiental. A análise

crítica dos principais resultados de um periódico caracteriza-se como uma oportunidade para o planejamento de suas ações futuras, com vistas à consolidação da revista como principal veículo para a divulgação de trabalhos acadêmicos e relatos de experiência, e também, como espaço para o fortalecimento do campo de conhecimento em VISA (ARAÚJO et al, 2014).

Malavolta et al (2013) ponderaram em seu artigo que a análise crítica das publicações de um periódico configura-se como fator essencial para a melhor compreensão do panorama científico nacional, além de ser útil para eventuais alterações nas políticas editoriais e servir de estímulo para a melhoria da qualidade dos estudos.

1.9 JUSTIFICATIVA

A *Visa em Debate* é uma revista científica de amplitude nacional, que almeja se projetar internacionalmente, preenchendo a lacuna existente em relação à falta de veículos que realizem a disseminação de conhecimentos específicos na área de VISA. Por se tratar da única revista específica da área, e por ser uma revista jovem, está passiva ao aprimoramento de seus processos, diretrizes e políticas. É de grande importância, para a área de VISA e para o próprio SNVS a sua consolidação e reconhecimento no meio científico. Deste modo, após seu primeiro triênio, percebeu-se a necessidade de realizar uma avaliação sistemática de seu conteúdo e forma visando comparar seu projeto original com a atual configuração dos critérios das bases indexadoras, e contextualizar sua atuação no cenário político e social frente à democratização do conhecimento na área de VISA.

O presente estudo visa realizar uma análise crítica dos dados relacionados aos artigos submetidos à revista *Visa em Debate*, no seu primeiro triênio de existência (2013-2015). Pois além de elucidar questões acerca do perfil dos autores, suas instituições de origem, conteúdo dos trabalhos publicados, e também, dados sobre o quadro de pareceristas, possibilitará seu alinhamento junto ao cenário político editorial.

Este estudo é relevante também por estar compatível com a realidade e o momento pelo qual a publicação científica no Brasil vem passando, em que as características dos periódicos nas diversas áreas das ciências tem sido tema de discussão.

2 OBJETIVO GERAL

Elaborar análise crítica dos principais resultados da revista Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Visa em Debate), no seu primeiro triênio de existência, 2013 a 2015.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as características dos manuscritos aprovados quanto a tipologia, ano de publicação e idioma;
- Conhecer o perfil dos autores e dos pareceristas, bem como suas respectivas instituições de origem;
- Categorizar os artigos quanto ao conteúdo em relação aos quatro eixos de pesquisa em Vigilância Sanitária suportados pela revista;
- Conferir a frequência de citações dos manuscritos publicados no triênio;
- Caracterizar o perfil do Conselho Editorial e dos pareceristas da Visa em Debate como suas respectivas instituições de origem;
- Aferir o tempo médio de publicação;
- Identificar as taxas de submissão, rejeição e aprovação dos manuscritos no triênio analisado;
- Avaliar a inserção do projeto editorial da revista no cenário político editorial;
- Verificar se a revista atende aos principais critérios exigidos para indexação na Coleção SciELO.

3 METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado a partir da necessidade de conhecer com mais detalhe o perfil das publicações que são veiculadas na *Visa em Debate* e que conseqüentemente retratam relevantes temas abordados pelos pesquisadores, técnicos e profissionais atuantes na área de vigilância sanitária, além disso, verificar a adequação dos processos editoriais da revista visando a indexação em novas bases indexadoras, e de fortalecimento da revista como principal periódico na área de VISA.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e quali-quantitativa devido a sua natureza e aplicabilidade, em mensurar e estudar as características da *Visa em Debate*, através do perfil, da associação e das relações entre as variáveis encontradas, utilizando técnicas padronizadas e sistematizadas de coleta de dados. Também foi requerido o uso de uma avaliação estatística, onde os dados obtidos puderam ser agrupados em tabelas, possibilitando sua análise e correlação. Em relação aos seus objetivos e delineamento, trata-se de um levantamento bibliográfico com a consulta a material já publicado e/ou disponibilizado na *Internet* (GIL, 2008, SILVA; MENEZES, 2005).

A pesquisa foi realizada em duas partes: primeiramente, realizou-se um levantamento das informações pertinentes aos manuscritos na plataforma da *Visa em Debate*, através do OJS; e após esse levantamento, o tratamento estatístico dessas informações utilizando o aplicativo Excel[®] da plataforma Office[®] versão 2013[®] e respectiva análise. O estudo foi caracterizado como bibliométrico, pois foram aplicados conceitos relacionados ao tema, através de técnicas de levantamento, análise e procedimentos de identificação de indicadores, quando foram mensuradas informações obtidas através de uma abordagem quantitativa, dedicada à análise da produção científica da *Visa em Debate*.

Na segunda parte, foi selecionada como referência, dentre as bases indexadoras de renome, a base que a revista *Visa em Debate* manifesta maior interesse de submissão e indexação nesse momento, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A partir dos documentos disponíveis nesta base foi possível

realizar uma seleção e análise comparativa que possibilitou a verificação dos processos, o aperfeiçoamento e vislumbrar a inserção da revista no cenário político editorial. A análise comparativa dessa parte da pesquisa foi dividida em duas fases: (1ª) análise dos critérios de normalização, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil, comparando com aqueles encontrados na Visa em Debate, e (2ª) seleção, comparação e análise de periódicos já indexados na SciELO com o conteúdo editorial apresentado pela Visa em Debate. As informações obtidas forneceram subsídios para delinear o perfil da revista e identificar os aspectos a serem aperfeiçoados, e por fim, contribuir para a elaboração de um relatório que será disponibilizado no sítio eletrônico da revista.

3.1 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS NA VISA EM DEBATE

A coleta dos dados foi realizada através de um roteiro pré-estabelecido, com questões fechadas que nortearam a categorização e o levantamento em números das informações. Os dados obtidos foram tabelados; para tal utilizou-se o aplicativo Excel[®] da plataforma Office[®] versão 2013, na construção de planilhas de modo a padronizar e organizar as informações, que posteriormente foram descritas e estatisticamente analisadas (números absolutos e porcentagem), fornecendo subsídios para as análises e discussões a partir das taxas de submissão, rejeição e aprovação dos manuscritos.

Essa parte da pesquisa foi realizada em diferentes fases, descritas a seguir:

Primeira fase – elaboração de questões norteadoras para coleta de dados.

Para conhecer as taxas de submissão, rejeição e aprovação dos artigos,

foram levadas em consideração as seguintes questões:

- Quantos artigos foram submetidos por ano?
- Quantos foram rejeitados?
- Motivo da rejeição, por exemplo, qualidade científica ou não aderência ao escopo da revista.

Buscou-se mensurar também as características do perfil dos autores, de suas instituições de origem e pareceristas, de modo a elucidar as seguintes questões:

- O nível de escolaridade dos autores;
- A afiliação dos autores e coautores;
- Se os manuscritos são oriundos de programas de pós-graduação;
- Se é produção de agentes da vigilância sanitária;
- Se possui colaboração interinstitucional;
- Se está caracterizada endogenia, quanto à: unidade (INCQS), instituição (Fiocruz) e região (Sudeste);
- Idioma por artigo;
- A afiliação dos pareceristas;
- Perfil dos pareceristas;
- Pareceristas por área temática, buscando identificar aquelas áreas que possuem maior deficiência para construção de políticas de melhoria;
- Tempo médio de publicação;
- Frequência de citação dos manuscritos publicados.

Segunda fase – identificação de variáveis para elaboração da planilha.

Os dados foram divididos em quatro planilhas:

1ª planilha – foi estruturada a partir do universo dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados, compreendendo o registro de linha de cadastros

de autor principal e coautor. Cada linha de registro da planilha de dados é composta de 30 variáveis, a saber: (1) Identificação do artigo, (2) volume, (3) número, (4) ano, (5) página inicial, (6) página final, (7) tipologia, (8) título do artigo, (9) idioma, (10) identificação de número convencional/ número temático, (11) palavra-chave, (12) nome do autor principal/coautor, (13) gênero, (14) identificação autor principal/coautor, (15) escolaridade, (16) instituição, (17) unidade, (18) departamento, (19) cidade, (20) unidade de federação, (21) país, (22) eixo temático do artigo, (23) data de submissão, (24) data de aprovação, (25) data de publicação, (26) tempo médio de processamento, (27) editor, (28) 1º parecerista, (29) 2º parecerista, (30) 3º parecerista.

2ª planilha – cada registro da planilha de dados corresponde ao cadastro de um parecerista, composto por 9 variáveis, a seguir: (1) nome, (2) gênero, (3) afiliação, (4) unidade de federação, (5) país, (6) bibliografia, (7) interesses, (8) eixo temático.

3ª planilha – para análise da submissão e da rejeição, foi elaborada uma planilha com as seguintes variáveis: (1) título do manuscrito, (2) título da seção, (3) ano, (4) data de envio, (5) data de avaliação, (6) decisão editorial.

4ª planilha - foi estruturada a partir do universo dos títulos dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados, compreendendo as seguintes variáveis: (1) identificação do artigo, (2) volume, (3) número, (4) ano, (5) tipologia, (6) nome do autor, (7) título do manuscrito publicado, (8) número de citações, (9) ano de citação.

Terceira fase – levantamento dos dados disponibilizados pela Visa em Debate.

Nesta etapa, foram utilizadas as fontes do OJS e a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Realizou-se consulta aos currículos Lattes dos autores, dos coautores e dos pareceristas para obtenção de dados ausentes no OJS da Visa em Debate. Nos

casos de ausência de currículo Lattes, procurou-se obter informações sobre autores, coautores e pareceristas através da Plataforma *Google*. Quando não encontrada nenhuma informação, eram registrados como “sem CV”. Foram calculados os percentuais das variáveis para a análise dos dados referentes às características dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas, e também das características do autor principal, coautor e parecerista. A análise de frequência das variáveis foi efetuada em alguns casos, tais como: número de autor e coautor por manuscrito e número de manuscrito por idioma. A apresentação dos dados foi elaborada sob a forma de gráficos, quadros, figuras e tabelas. Utilizou-se o recurso da tabela dinâmica do aplicativo Excel® da plataforma Office®, versão 2013, para a elaboração de tabelas e de gráficos. Para a construção do mapa de distribuição geográfica dos autores e coautores por região e unidade federativa foi utilizado o programa *Adobe Photoshop CC*, versão 2015 para adaptação de imagem retirada do *Google*.

Quarta fase – categorização e correlação dos manuscritos com os quatro macroeixos de pesquisa em Vigilância Sanitária, definidos pelo Planejamento Estratégico em Vigilância Sanitária (PEP VISA) e pela Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Vigilância Sanitária (ANPPVISA).

Por entender ser relevante a identificação de macroeixos para formulação de políticas de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico no âmbito da VISA e a ampliação do conhecimento em relação à produção científica na área, a categorização e correlação dos manuscritos quanto ao seu conteúdo foi realizada por intermédio da análise do título e do resumo dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas com os quatro macroeixos de pesquisa, a saber:

Eixo 1 - Políticas, organização e gestão do SNVS;

Eixo 2 - Objetos de intervenção;

Eixo 3 - Tecnologias ou instrumentos de intervenção;

Eixo 4 - Vigilância Sanitária e sociedade.

A mesma metodologia utilizada por Araújo et al (2014), que identificou,

quantificou e categorizou, de acordo com os macroeixos de pesquisa elaborados pelo PEP VISA, no período de 1999 a 2009, as publicações em periódicos indexados como vigilância sanitária na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Sistema Qualis da CAPES.

Sendo assim, buscou-se, categorizar, analisar e quantificar os artigos, debates, relatos de experiência e resenhas de acordo com os eixos de pesquisa a fim de gerar conhecimento para planejamento e formulação de metas de atuação, contribuindo com as iniciativas da VISA de pesquisa, inovação e fomento do avanço científico da área.

Quinta fase – verificação e análise da gestão editorial dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados no triênio (2013 a 2015).

Para obter as informações referentes ao processo de gestão editorial dos manuscritos, foram calculados o tempo médio da submissão até a publicação, o tempo médio da submissão até a aprovação e o tempo médio total da aprovação até a publicação, utilizando as seguintes fórmulas:

Fórmula 1: tempo médio da submissão até a publicação

$$\text{TMSP} = \text{DP} - \text{DS}$$

(DP) Data de publicação

(DS) Data de submissão

(TMSP) Tempo médio da submissão até a publicação

Fórmula 2: tempo médio da submissão até a aprovação

$$\text{TMSA} = \text{DA} - \text{DS}$$

(DA) Data de aprovação

(DP) Data de submissão

(TMSA) Tempo médio da submissão até a aprovação

Fórmula 3: tempo médio da aprovação até a publicação

$$\text{TMAP} = \text{DP} - \text{DA}$$

(DA) Data de aprovação

(DP) Data de publicação

(TMAP) Tempo médio da aprovação até a publicação

Sexta fase – verificação e análise das citações dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados no triênio (2013 a 2015).

Nesta fase foi verificado o índice de citações da *Visa em Debate*, por meio do levantamento bibliométrico, visando o estudo de aspectos quantitativos das publicações da revista. Foram realizadas duas pesquisas através da ferramenta de busca do Google Acadêmico³ (*Google Scholar*, <<https://scholar.google.com.br/>>). Uma das funcionalidades do *Google Scholar Metrics* é fornecer uma maneira fácil para os autores avaliarem rapidamente a visibilidade e a influência de artigos recentes em publicações acadêmicas. Além de oferecer, a navegação nas 100 melhores publicações em vários idiomas, ordenadas por suas métricas de índice h ou h-index e h-mediana de cinco anos. O índice h é o indexador dos artigos publicados nos últimos cinco anos. O cálculo do índice h refere-se ao número de artigos com citações maiores ou iguais a esse número (*Google Scholar*, 2017).

³ O Google Acadêmico é um *site* de busca que possibilita a pesquisa ampla da literatura acadêmica revisada por especialistas. De forma simples, pode-se pesquisar artigos, teses, livros, resumos e opiniões de tribunais, de editoras acadêmicas, sociedades profissionais, repositórios *online*, universidades e outros *sites* (<<https://scholar.google.com.br/>>). Março/2017.

Trata-se de uma proposta para quantificar a produtividade e o impacto de cientistas baseando-se nos seus artigos mais citados, tornando-se um parâmetro avaliativo de um autor. A mediana *h* de uma publicação consiste na média de citações para os artigos que compõem seu índice *h*. No entanto, este índice passou a ser adotado não só para avaliar pesquisadores, mas também universidades, grupos de pesquisa e revistas científicas (*Google Scholar*, 2017).

Na primeira pesquisa realizada no *Google Scholar Metrics*, com base no título da revista “Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia”, apareceram os artigos mais citados. E na segunda, utilizando os títulos dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados no triênio (2013 a 2015), foi verificado quantas vezes o título havia sido citado. Para acessar as informações de quem citou os artigos, foi selecionada a opção “citado por”. Quando a busca apresentava mais de uma ocorrência de mesmo nome, optou-se pela seleção da ocorrência que exibía um maior número de documentos citados.

3.2 ALINHAMENTO DO PROJETO EDITORIAL DA REVISTA COM O CENÁRIO POLÍTICO EDITORIAL

No universo editorial, a visibilidade e a acessibilidade ganham destaque quanto à necessidade de um periódico agrupar algumas características para garantir sua continuidade, como qualidade, credibilidade, uso e impacto nacional e internacional de periódicos, promovidos pela indexação. Conhecer melhor a *Visa em Debate* proporcionou mensurar sua capacidade enquanto periódico específico da área de VISA.

3.2.1 A seleção da base indexadora SciELO

Seguindo um cronograma de indexação, visando disseminar o conhecimento de forma seletiva e organizada, e aumentar o alcance de divulgação da revista, a *Visa em Debate* selecionou a SciELO como o próximo patamar almejado para submissão. Sendo assim, a base indexadora SciELO foi selecionada como referência para análise comparativa com o projeto editorial original da *Visa em Debate*. Nessa avaliação, tendo como parâmetro os percentuais mínimos exigidos para periódicos da área da Saúde, foi examinado o escopo de requisitos descritos no documento “Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil” com a finalidade de identificar possíveis lacunas e carências junto às normas editoriais da *Visa em Debate* (**ANEXO 1**). Entre esses critérios, podemos citar: missão, periodicidade, avaliação por pares, critérios de arbitragem, exigência de originalidade dos artigos, seções, idiomas, perfil de autores e leitores, requisitos normativos e dados sobre a circulação da publicação. Além dos critérios de edição que incluem as diretrizes para os autores (orientações que garantem a transparência ao processo de edição e a normalização utilizada), foram também analisadas as exigências de gerenciamento e prestação de contas através de relatórios que busquem o aperfeiçoamento contínuo do periódico.

3.2.2 Análise comparativa entre os critérios de indexação da SciELO com os documentos disponibilizados na plataforma da *Visa em Debate*

Nessa etapa, a metodologia adotada baseou-se em pesquisas à bibliografia, consulta à base indexadora SciELO, aos relatórios do *Google Analytics* e à plataforma da *Visa em Debate*.

A partir dos critérios mínimos estabelecidos pela SciELO para admissão e

permanência de periódicos, através do documento “Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil” (**ANEXO**), um quadro foi estruturado de forma a dar melhor visualização e entendimento a verificação, a análise e a comparação dos critérios exigidos pela base indexadora e os critérios adotados pela Visa em Debate, permitindo identificar as questões que necessitam de adequações e aperfeiçoamento. Também foi verificada a adequação ou não dos requisitos da Visa em Debate em atender à submissão e à admissão na SciELO.

A análise comparativa em atendimento aos critérios SciELO levou em consideração os seguintes parâmetros:

- Atende – quando o critério é atingido na integralidade;
- Atende parcialmente – quando o critério não é atingido na sua integralidade;
- Não atende – quando o critério não é atingido;
- Não se aplica – quando o critério não se aplica ao escopo da revista.

Segundo a SciELO (2014), as instruções aos autores devem apresentar pelo menos as seguintes características: tipos de documentos e escopo das pesquisas passíveis de submissão; descrição do procedimento de avaliação; e estrutura dos textos e normas bibliográficas adotadas. Além disso, os periódicos devem manter e enviar anualmente as instruções aos autores atualizadas.

3.2.3 Seleção dos periódicos

Foram selecionados para compor a amostra dessa etapa da pesquisa dez periódicos com base no fator de impacto (FI) das métricas SciELO, em um período de dois anos, considerando o ano de 2015, como também a similaridade com a temática da Visa em Debate, ou seja, que abordassem o tema da Saúde Coletiva. Dos 93 periódicos indexados na SciELO (<http://www.SciELO.br/>), como título corrente na área da Ciência da Saúde, foi escolhido o correspondente a

aproximadamente 10% do quantitativo classificado na área, com níveis e estratificações diferenciadas, com a certificação de que no mínimo três periódicos selecionados apresentassem FI, para comparação e análise documental a fim de verificar a inserção do projeto da revista no cenário político editorial. Ressaltamos que a busca pelo FI referente ao *Web of Science* também foi realizada na página eletrônica de cada periódico selecionado, e confirmados através de consulta direta no *ISI Web of Knowledg*.

Além disso, foi realizada a consulta da classificação de cada periódico no Qualis/CAPES, na Plataforma Sucupira, sendo considerada a estratificação na área de Saúde Coletiva e a classificação 2015. Esta estratificação do Qualis/CAPES tem como objetivo avaliar a qualidade científica da produção intelectual dos cursos de pós-graduação do país, variando em estratos de A, B e C, onde A1 – é o mais elevado, e na sequência, A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C – sem peso (CAPES, 2014).

Posteriormente a identificação dos dez periódicos, foi realizada a comparação documental das instruções aos autores de cada um dos periódicos selecionados com as instruções aos autores da *Visa em Debate*, a fim de identificar as similaridades e disparidades quanto aos critérios e à normalização, tendo como referência os critérios SciELO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DAS INFORMAÇÕES QUE SÃO VEICULADAS NA VISA EM DEBATE

Para a definição do perfil das informações veiculadas na Visa em Debate, foram analisados 634 registros presentes na tabela elaborada no aplicativo Excel, correspondentes a 166 manuscritos publicados (artigos, debates, relatos de experiência e resenhas), que compreende um total de 166 cadastros de autores principais e 468 cadastros de coautores. Além do universo de 739 cadastros de pareceristas. Além de verificar as 214 rejeições de manuscritos das 437 submissões realizadas no triênio. Ressalta-se que os nomes dos autores e coautores se repetiram quando presentes em mais de um manuscrito, e constaram da análise.

4.1.1 Análise das características dos manuscritos

A análise dos dados das características dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas foi realizada considerando as variáveis tipologia, ano de publicação e idioma.

A evolução dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados e analisados no triênio pode ser observada na **tabela 1**, que evidencia o aumento expressivo do número de artigos. Observa-se um aumento de mais de 100% do número de artigos ao compararmos os primeiros números publicados da revista nos volumes 1 e 3.

Tabela 1 – Manuscritos publicados e analisados no triênio 2013-2015

		Artigo	Debate	Relato	Resenha	Total
2013 Volume 1	Número 1	6	1	0	0	7
	Número 2	5	1	0	1	7
	Número 3	6	1	1	0	8
	*Número 4	12	0	0	0	12
	Subtotal	29	3	1	1	34
2014 Volume 2	Número 1	11	1	1	0	13
	Número 2	12	1	0	0	13
	Número 3	12	1	1	1	15
	*Número 4	15	0	0	0	15
	Subtotal	50	3	2	1	56
2015 Volume 3	Número 1	16	1	3	0	20
	Número 2	15	1	3	0	19
	Número 3	18	0	1	0	19
	*Número 4	17	0	1	0	18
	Subtotal	66	2	8	0	76
Total Geral		145 (87%)	8 (5%)	11 (7%)	2 (1%)	166 (100%)

*Números temáticos

Fonte: Elaboração própria. Março/2017.

Além disso, na **tabela 1** encontram-se indicados os tipos de manuscritos publicados na Visa em Debate por ano no período analisado. Observa-se que em 2015 a revista ultrapassou o um número mínimo de 60 (sessenta) artigos exigidos pela base indexadora SciELO e apresentou um aumento considerável no número de relatos de experiência.

Durante a análise comparativa das instruções aos autores dos dez periódicos indexados à SciELO, à saber: Cadernos de Saúde Pública, Cadernos Saúde Coletiva, Ciência & Saúde Coletiva, Epidemiologia e Serviços de Saúde, Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Physis: Revista de Saúde Coletiva, Revista Brasileira de Epidemiologia, Revista de Saúde Pública, Saúde e Sociedade e Saúde em Debate, observou-se que um deles limitava o número de autor/coautor por periódico, devido ao crescimento no número de coautores por manuscrito. Assim, ao verificarmos a frequência do número de autor e coautor por manuscrito publicado na Visa em Debate, observa-se que 89,15% dos manuscritos apresentaram um quantitativo aceitável, levando-se em consideração a variação de um a seis autores/coautores por manuscrito (**Tabela 2**).

Tabela 2 – Frequência do número de autor/ coautor por manuscrito

Nº autor/coautor n= 634	Frequência manuscrito n= 166	%
1	18	Até 1 = 10,84
2	34	Até 2 = 20,48
3	37	Até 3 = 22,29
4	30	Até 4 = 18,07
5	15	Até 5 = 9,04
6	14	Até 6 = 8,43
7	8	Até 7 = 4,82
8	1	Até 8 = 0,60
9	4	Até 9 = 2,41
10	3	Até 10 = 1,81
13	1	Até 13 = 0,60
15	1	Até 15 = 0,60
Total	166	100,00

Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

No entanto, a pesquisa em colaboração pode ocorrer em vários níveis, e vem sendo incentivada por governos, agências de fomento, instituições de pesquisa e

universidades, através de políticas e iniciativas que visaram a colaboração entre pesquisadores e instituições, com o intuito de aumentar inclusive o nível de colaboração internacional, trazendo um consenso geral de que o crescimento da autoria múltipla foi consequência do aumento da colaboração. Aspectos como financiamento da pesquisa, colaboração inter setorial, exigências de interdisciplinaridade e facilidade de comunicação após o incremento dos meios eletrônicos, desejo de interações intelectuais com outros cientistas e necessidade de especialização em certos campos científicos favoreceram também para o aumento da colaboração. Segundo Katz e Martin, a colaboração pode trazer benefícios à ciência através da partilha de conhecimentos, de habilidades e de técnicas, garantindo uma utilização mais eficaz dos talentos envolvidos. Além da transferência de competências (KATZ E MARTIN, 1997).

Gordon (1980, p. 198), encontrou uma relação significativa entre os níveis de autores múltiplos de artigos submetidos a uma revista de Astronomia e sua frequência de aceitação para publicação, por atribuir a colaboração de vários autores, uma qualificação da descoberta. E por especulação assemelhou a outras áreas por apresentar relações científicas e técnicas semelhantes, devido a utilização de equipamento experimental ou observação altamente complexo.

Embora os doze artigos do volume 1, número 4, "Nanotecnologia e Vigilância Sanitária" tenham sido também disponibilizados na versão bilíngue (português-inglês ou inglês-português), devido a financiamento de Projeto da CAPES, o número 4 foi computado somente uma vez para o período analisado para que não fosse configurada duplicidade. Verificou-se que a grande maioria dos manuscritos (89,16%) correspondeu à publicação no idioma português, e menos de 10% (9,64%) no idioma em inglês, percentual inferior aos percentuais mínimos e recomendados de artigos no idioma inglês estabelecidos tanto pela SciELO (mínimo 60% e recomendável 75%), quanto pela área temática "Saúde" (mínimo 80% e recomendado 80%). E somente um pequeno percentual de 1,20% da publicação no idioma espanhol.

Ao analisarmos os 18 manuscritos referentes aos idiomas inglês e espanhol, associados à instituição de afiliação do autor principal, verifica-se que metade são provenientes de universidades e a outra metade de Instituição de Pesquisa [Fiocruz e Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)]. Dentre esses, somente 1,20%

dos manuscritos foi publicado em espanhol, e menos de 10% no idioma em inglês (Tabela 3).

Tabela 3 – Frequência de manuscritos no idioma inglês e espanhol por afiliação no triênio 2013-2015

Idioma	Instituição	Instituição	Frequência	%
Espanhol	Universidade de São Paulo	USP	1	0,60
	Universidade Federal da Bahia	UFBA	1	0,60
Subtotal			2	1,20
Inglês	Fundação Oswaldo Cruz	Fiocruz	8	4,82
	Instituto Superior de Engenharia do Porto	ISEP	1	0,60
	Universidade Estadual da Zona Oeste	UEZO	1	0,60
	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	1	0,60
	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1	0,60
	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	1	0,60
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1	0,60
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	1	0,60
	Universidade Federal Fluminense	UFF	1	0,60
	Subtotal			16
Total			18	10,84

Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

Diante às exigências da SciELO para indexação de novos periódicos, este estudo apresenta uma reflexão atual, “como exigir de uma revista jovem tanto rigor para ser indexada, como por exemplo classificação do *qualis* da Capes e parâmetros de percentuais mínimos (tão elevados) a serem atingidos?

Se por um lado o conselho editorial investe em captação de artigos por outro lado, essa iniciativa, nos momentos iniciais, pode caracterizar endogenia, principalmente, para os periódicos que possuem aspectos regionais. Valerio (1994),

caracterizou a endogenia como a presença, na publicação, de número significativo de avaliadores, autores ou membros do Conselho Editorial pertencentes à instituição responsável pelo periódico. Não sendo um fator benéfico para a ciência, pois segundo o autor, apresenta um ponto de vista unilateral dos avaliadores e não viabiliza o intercâmbio nem tampouco a renovação de ideias.

Araújo (2015) afirmou que o processo de divulgação de conhecimento científico vem sendo impulsionado pelo uso do *marketing* científico digital⁴, devido às novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a *internet*, por contribuir para o aumento da visibilidade dos periódicos científicos bem como para o acompanhamento e a avaliação do periódico por meio de estudos métricos da informação científica na *web*, de uma maneira geral, é o grau de presença que apresentam nas fontes de informação da internet.

Para Ferreira e Targino (2008), a versão eletrônica de um periódico, de acesso livre e gratuito, aumenta potencialmente a visibilidade das revistas e a chance de ter seus artigos citados e, conseqüentemente o reconhecimento de seus autores.

Segundo Araújo (2015), ações de e-mail tem a função de divulgar e manter contato com a grupos de consumidores/usuários, porém, limitam o alcance de divulgação à base de usuários cadastrados e não ultrapassa esse público, o que no contexto atual, precisa ser repensado, inclusive na combinação com outras ações e canais de fontes eletrônicas de informação, como utilização de mídias, *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, dentre outros, fazendo do *marketing* científico digital um aliado na potencialidade de produção, circulação, acesso e avaliação de uso das revistas.

4.1.2 Análise da endogenia na Instituição Fundação Oswaldo Cruz e no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

⁴ O marketing digital é a aplicação de estratégias no ambiente digital que utilizam teorias e ferramentas de marketing já conhecidas (TORRES,2009)

Quanto à questão da endogenia, foi realizado o cálculo tanto em relação à Fiocruz quanto ao INCQS, já que essa é a unidade que hospeda a Visa em Debate. Com base no quantitativo do cadastro do autor principal (n=166), verificou-se que 47 (28,31%) autores foram oriundos da Fiocruz como um todo, sendo que desses, 26 (15,66%) eram do INCQS. No entanto, ao efetuarmos separadamente a mesma análise com base somente no cadastro de coautores (n=468) e logo após no quantitativo total correspondente ao autor e coautores (n=634) (**Tabela 4**), o percentual de endogenia da Fiocruz representa 27,35% e 27,60% respectivamente.

Tabela 4 – Comparativo da endogenia na Fiocruz e no INCQS por número de autores e coautores

Autores n	Fiocruz		Outras Instituições n (%)
	INCQS n (%)	Demais unidades n (%)	
166	26 (15,66)	21 (12,65)	119 (71,69)
468	84 (17,95)	44 (9,40)	340 (72,65)

n= 166, número de autores das publicações;

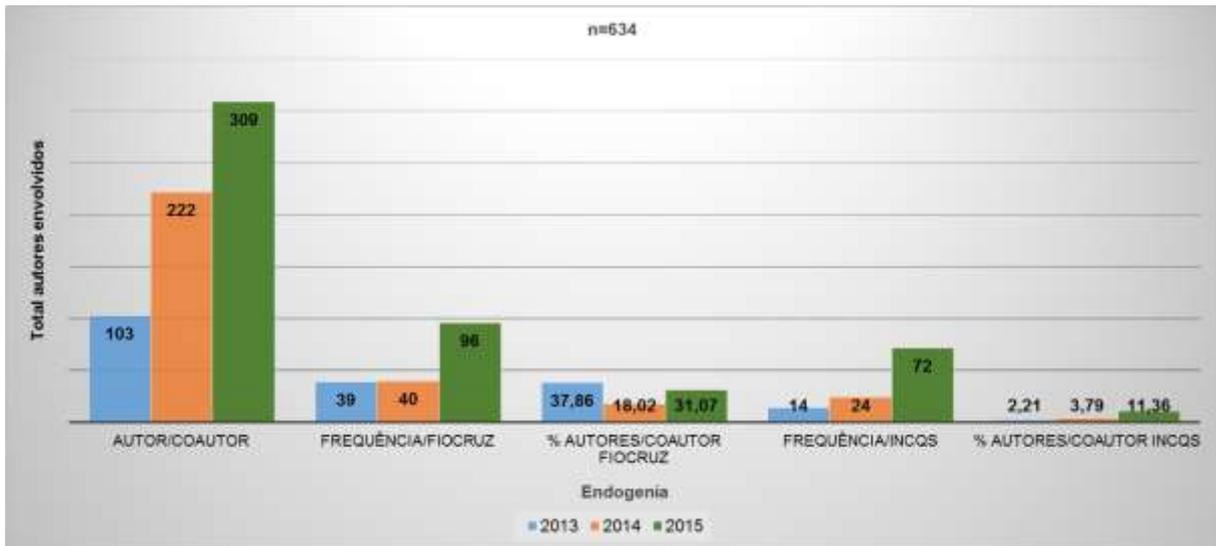
n= 468, número de coautores das publicações;

Total (%) = a soma do percentual da Fiocruz e demais instituições;

Fonte: elaboração própria. Março, 2017.

Quando analisada a endogenia da instituição ano a ano, com base no total de cadastros de autores e coautores, verifica-se que em 2014 houve uma queda considerável do percentual de endogenia na Fiocruz, de 37,86% em 2013 para 18,02% em 2014, voltando a crescer em 2015 (31,07%). Porém, essa distribuição começa a ser representada pelo aumento da participação de outros estados brasileiros, tais como: Bahia e Minas Gerais, além do Amazonas (**APÊNDICE A**). Nota-se que, houve evolução quanto ao percentual de endogenia no INCQS, passando de 2,21% em 2013 para 11,36% em 2015, conforme **figura 2**.

Figura 2 – Evolução da endogenia dos autores/coautores na Fiocruz e no INCQS por ano dentro do triênio 2013-2015



Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

4.1.3 Colaboração interinstitucional a partir da afiliação de autores e coautores dos manuscritos publicados

A SciELO, durante a avaliação para indexação, analisa os últimos 3 (três) fascículos publicados do periódico, e leva em conta a representatividade e a distribuição institucional e geográfica das afiliações institucionais do corpo de editores associados, editores *ad hoc* e pareceristas, considerando a concentração institucional ou geográfica como fator limitante para a admissão do periódico na coleção. Porém, não mensura em seu documento um percentual mínimo a ser considerado como fator limitante. Somente apresenta percentuais mínimos e recomendados (**Tabela 5**) para a internacionalização do corpo de editores, pareceristas e autores, ressaltando a internacionalização como um indicador positivo.

Tabela 5 – Porcentagem mínima SciELO de afiliação institucional no exterior e por área temática da Saúde

Comunidade	Área temática - Saúde		SciELO Brasil	
	Mínima	Recomendada	Mínima	Recomendada
Autores	25%	35%	20%	35%
Pareceristas	25%	30%	25%	35%
Editores associados	20%	30%	20%	35%

Fonte: SciELO Brasil. Fevereiro/2017.

Ao ser analisada a colaboração interinstitucional a partir da afiliação de autores e coautores dos manuscritos publicados, consideramos a participação de mais de duas afiliações por manuscrito como parâmetro da classificação de “sim” e de “não” para somente uma instituição. Dos 166 manuscritos publicados, 50,60% corresponderam a manuscritos que “não” possuíam colaboração interinstitucional, enquanto 49,40% corresponderam a “sim”, já que possuíam colaboração institucional”.

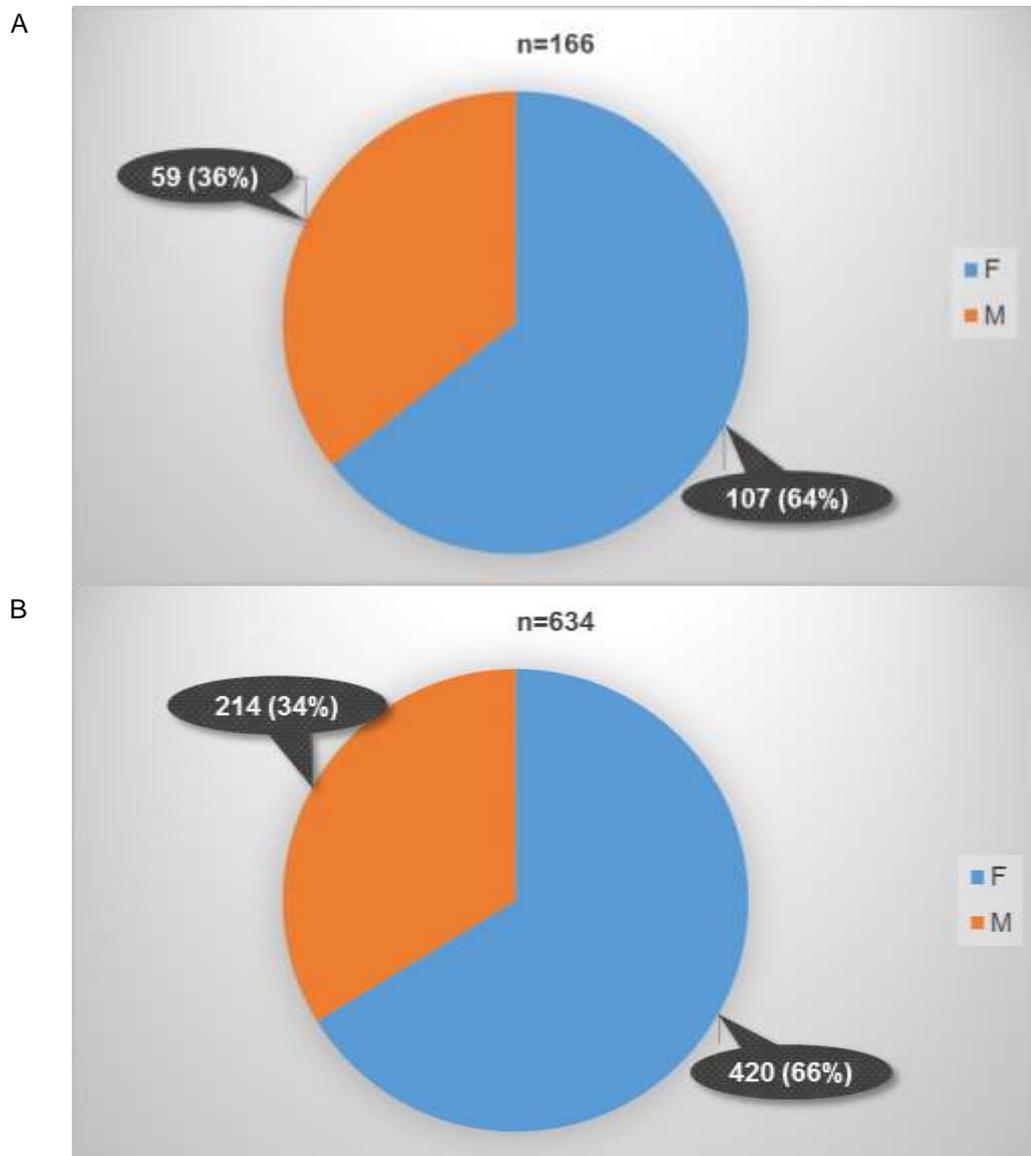
4.1.4 Análise das características dos autores principais, coautores e pareceristas

A análise das características dos autores principais, coautores e pareceristas, foi realizada considerando-se as variáveis gênero, escolaridade, tipo de instituição e local da instituição.

Comparando a publicação da Visa em Debate segundo o gênero, dos 166 autores, 64% dos autores dos manuscritos publicados foram do sexo feminino, e 36% do sexo masculino. Analisando o quantitativo de autores e de coautores, compreendendo um total de 634 cadastros, verificou-se uma diminuição da participação do sexo masculino, passando de 36% para 34% (**Figura 3**). Os casos onde foram observadas dúvidas quanto ao gênero durante o preenchimento da

planilha, foram resolvidos por consulta ao currículo Lattes.

Figura 3 – Distribuição do percentual de gênero de autores (A) e autores/coautores (B) por manuscritos publicados no triênio 2013-2015



Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

Embora, os autores e coautores do sexo feminino tenham tido maior participação nos manuscritos da amostra como um todo, ao fazer uma análise ano a ano, foi verificado que em 2013 a diferença de autoria entre os gêneros foi menor, 54

autores/coautores do sexo feminino e 49 autores/coautores do sexo masculino, aumentando significativamente nos demais anos analisados: 165 autores/coautores do sexo feminino e 57 autores/coautores do sexo masculino em 2014, e em 2015 foram 201 autores/coautores do sexo feminino e 108 autores/coautores do sexo masculino.

Em corroboração aos dados obtidos neste estudo, Rodrigues (2014, p. 32) ressaltou que, nas últimas décadas, o tema das relações entre ciência e gênero tem gerado uma intensa discussão, especialmente no que se refere à contribuição das mulheres na produção do conhecimento científico.

Tabela 6 – Distribuição de autores e coautores presentes nos manuscritos publicados por grau de instrução

Grau de escolaridade	Total	Percentual (%)
Doutorado	346	54,57
Doutorado em andamento	64	10,09
Mestrado	82	12,93
Mestrado em andamento	13	2,05
Mestrado profissional	8	1,26
Mestrado profissional em andamento	2	0,32
Especialização	29	4,57
Especialização em andamento	12	1,89
Graduação	20	3,15
Graduação em andamento	20	3,15
Graduação interrompida	1	0,16
Curso técnico/profissionalizante	1	0,16
Ensino médio	2	0,32
Ensino médio em andamento	1	0,16
Sem CV	33	5,21
Total Geral	634	100,00

Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

Em relação ao grau de instrução dos autores e coautores, observa-se uma predominância da área acadêmica, 64,66% dos autores/coautores possuíam doutorado ou a titulação encontrava-se em andamento, enquanto 16,56% possuíam mestrado ou a titulação em andamento. Verificou-se que 98,80% dos manuscritos publicados apresentaram participação de pelo menos um autor/coautor com doutorado, doutorado em andamento, mestrado, mestrado em andamento, mestrado profissional e/ou mestrado profissional em andamento, com exceção de dois manuscritos que possuíam somente autores/coautores com especialização (1 autor principal) e um “sem CV Lattes” encontrado (1 autor principal e 2 coautores), equivalendo a 1,20%. Esse grande percentual possivelmente indique que os manuscritos publicados sejam oriundos dos cursos de mestrado e doutorado. Ressaltamos que os 5,21% do total de autor/coautor, correspondente aos cadastros “sem CV Lattes”, deu-se pela ausência da informação completa principalmente do nome do coautor, dificultando a busca do currículo na plataforma Lattes e conseqüentemente o preenchimento da planilha. Quando não encontrado, utilizou-se a plataforma *Google* na segunda tentativa. Caso não encontrado, foram classificados como sem CV (**Tabela 6**).

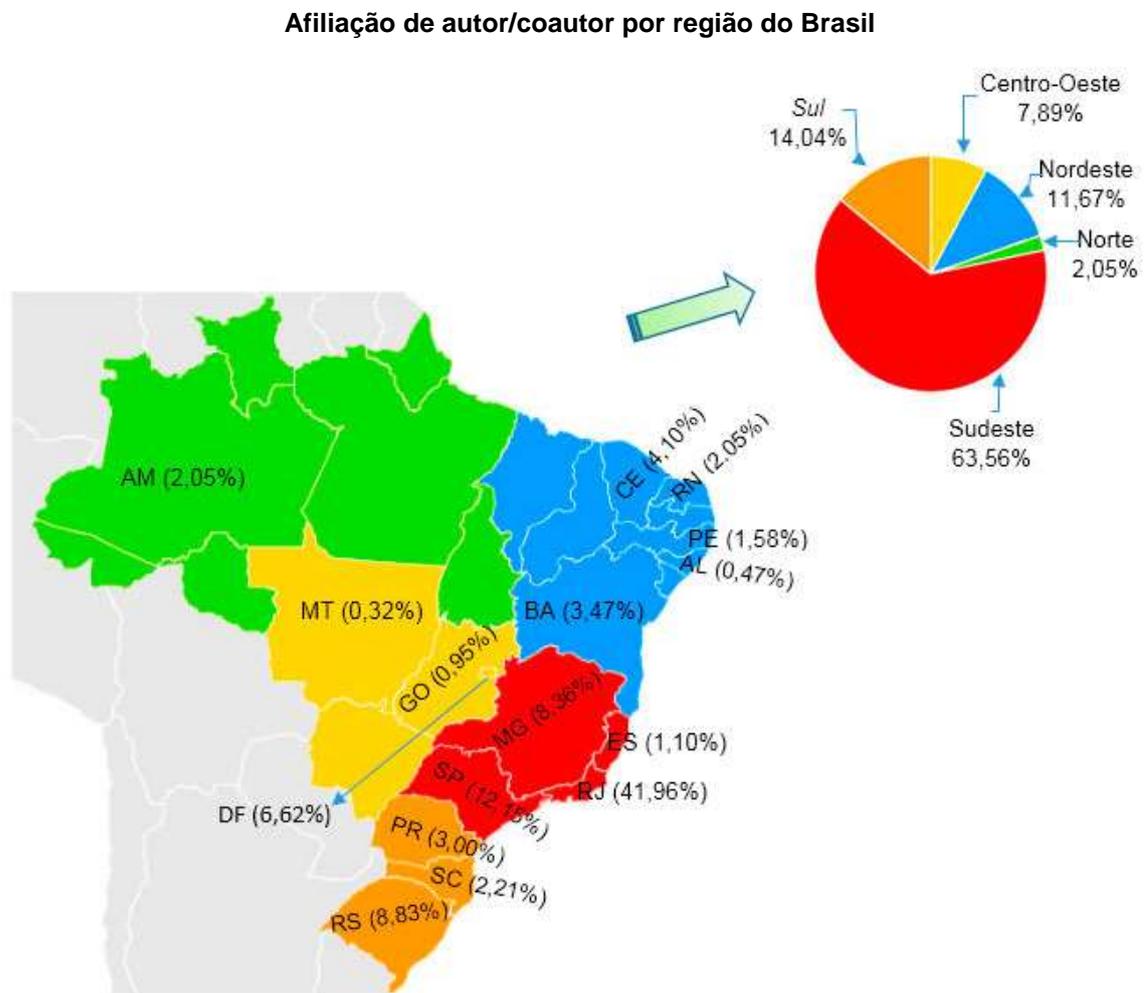
A maioria da afiliação (99,21%) dos 634 autores e coautores estava vinculada a instituições brasileiras e somente, 0,79% a instituições estrangeiras oriundas da Espanha (1), do México (1) e de Portugal (3).

Na correlação da afiliação do autor/coautor provenientes de instituições brasileiras, levando-se em consideração as regiões do Brasil, destaca-se a predominância da região Sudeste, em 63,56% dos manuscritos. Em seguida aparecem respectivamente as regiões Sul com 14,04% e Nordeste com 11,67%. A região Centro-Oeste teve participação de 7,89% da autoria/coautoria. E a menor representatividade foi da região Norte, com somente 2,05% do total (**Figura 4**).

Ao analisarmos a distribuição de autor/coautor por unidade federativa e região, quanto à participação na autoria do manuscrito, observa-se que na região Sudeste, o estado com maior expressão participativa foi o Rio de Janeiro com 41,96%. Seguido de São Paulo com 12,15% e de Minas Gerais com 8,36%. O Espírito Santo foi o estado com menor participação, com somente 1,10%. Já na região Sul, o Rio Grande do Sul foi o estado que obteve destaque com 8,83%. Paraná com 3,0% e Santa Catarina com 2,21%. No Nordeste, o maior percentual de distribuição foi entre

o Ceará (4,10%) e a Bahia (3,47%), seguidos do Rio Grande do Norte (2,05%) e Pernambuco (1,58%). O percentual com menos expressividade foi o do estado de Alagoas (0,47%), que apresentou menos de 1%. O Distrito Federal obteve destaque na região Centro-Oeste com 6,62% de participação; Goiás (0,95%) e Mato Grosso (0,32%) apresentaram baixo percentual de participação. Na região Norte, registrou-se somente a participação do Amazonas com 2,05% (**Figura 4**).

Figura 4 – Distribuição do percentual de participação de autor/coautor afiliados a instituições brasileiras por região geográfica

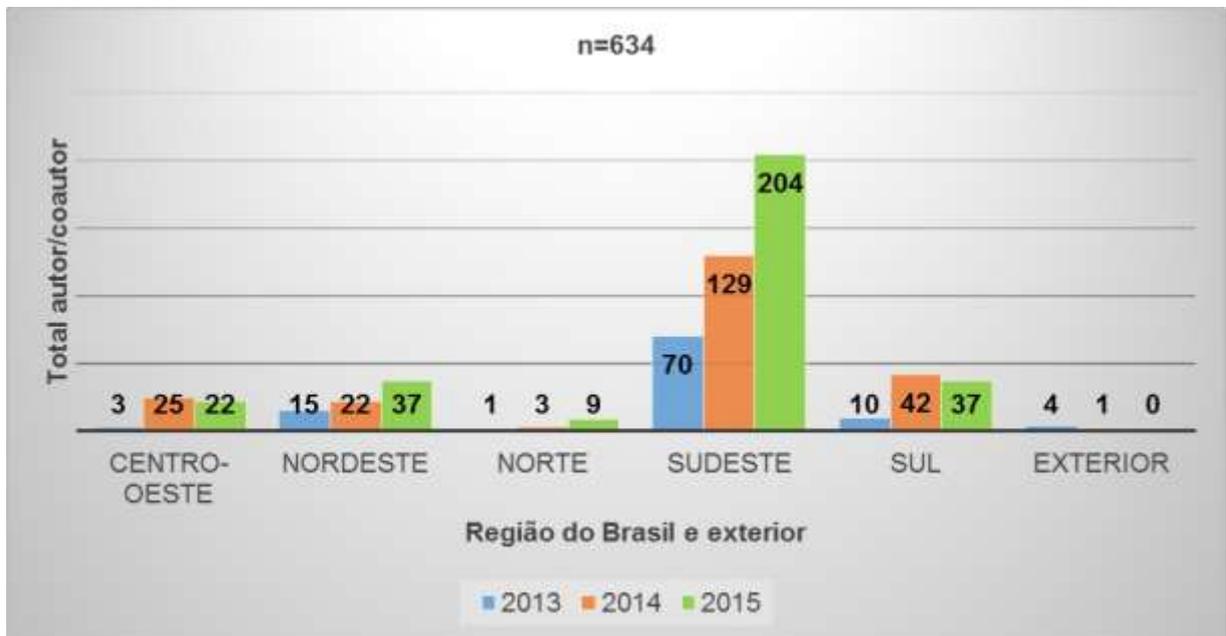


AL = Alagoas; AM = Amazonas; BA = Bahia; CE = Ceará; DF = Distrito Federal; ES = Espírito Santo; GO = Goiás; MG = Minas Gerais; MT = Mato Grosso; PE = Pernambuco; PR = Paraná; RJ = Rio de Janeiro; RN = Rio Grande do Norte; RS = Rio Grande do Sul; SC = Santa Catarina; SP = São Paulo.

Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

Na análise da evolução da afiliação de autor/coautor por região e afiliação estrangeira por ano de publicação, nota-se um aumento crescente da participação de todas as regiões brasileiras. Porém, observa-se um crescimento contínuo, com proporções diferenciadas, do número de autores/coautores por manuscrito nas regiões Nordeste e Sudeste (**Figura 5**). Embora, perceba-se o crescimento da difusão da Visa em Debate no Brasil, fica evidente a carência quanto ao critério da internacionalização ao verificar-se a evolução da afiliação estrangeira, já que somente em três manuscritos publicados foi verificada a presença de, 1 coautor da Espanha; 2 coautores e 1 autor de Portugal e 1 coautor do México, respectivamente.

Figura 5 – Evolução da afiliação de autor/coautor por região do Brasil e no exterior pelo ano de publicação



Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

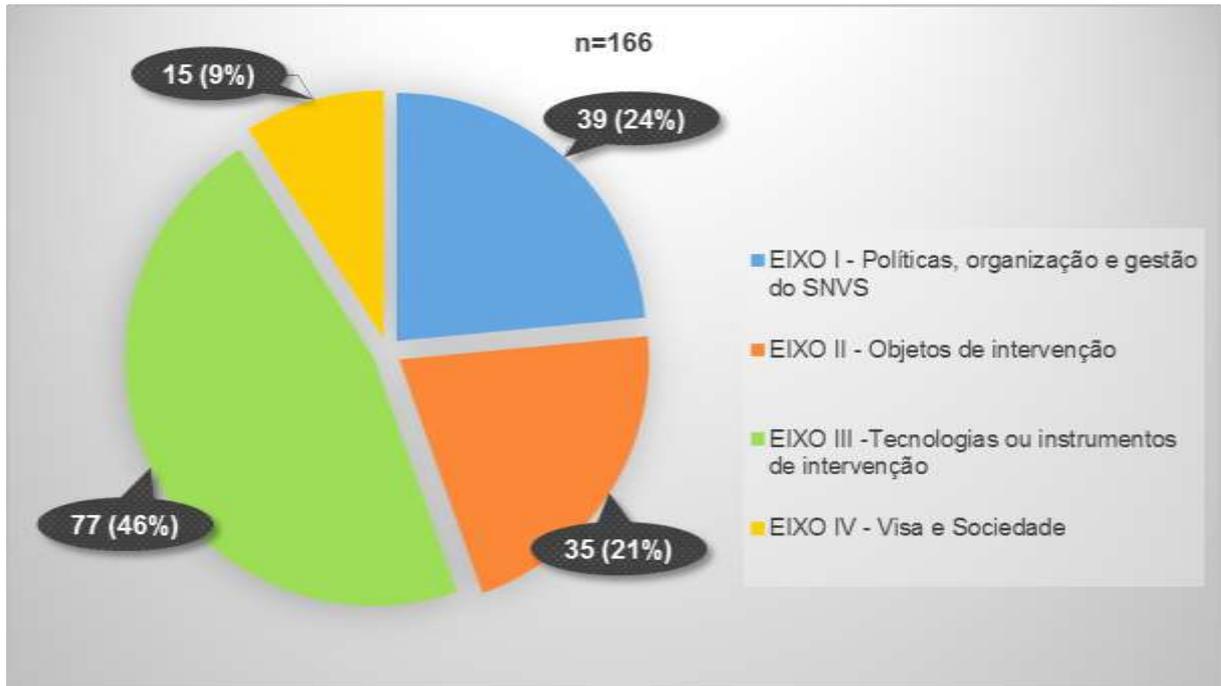
4.1.5 Análise do título e conteúdo dos resumos com relação ao PEP VISA e ANPPVISA

Com o objetivo de induzir a pesquisa em saúde, a partir de 2007, a Anvisa publicou vários documentos institucionais, como o PEP VISA e a ANPPVISA, adotando medidas a fim de redimensionar seu campo de atuação.

A análise do conteúdo dos resumos foi realizada com base na variável título. Encontramos uma proporção bem balanceada da publicação vinculada ao percentual presente no Eixo I e no Eixo II, com 24% e 21%, respectivamente, apresentando uma diferença entre esses dois eixos de somente 3%. Porém, a maior representatividade da área encontra-se na categorização do Eixo III, com 46% dos manuscritos publicados, conforme **figura 6**. O fato do maior quantitativo dos manuscritos ser representado pelo Eixo III “Tecnologias e instrumentos de intervenção” pode estar associado ao número temático de nanotecnologias.

A categorização dos manuscritos publicados com relação aos macroeixos temáticos retrata a necessidade de investimentos e estratégias capazes de nortear e induzir a realização de pesquisa e produção de conhecimento em VISA nos eixos com menor expressividade, contribuindo para o avanço científico nesta área, como o Eixo IV, que representa somente 9% dos 166 artigos publicados. O baixo quantitativo de manuscritos associados ao eixo IV pode estar expressando que os estudos nesse campo ainda são pouco explorados. Araújo et al (2014) encontraram resultados semelhantes associados à categorização de publicações em periódicos com macroeixos de pesquisa do PEP VISA, em que o eixo IV “Visa e Sociedade” também apresentou o menor índice. A maioria da produção encontrada por Araújo et al (2014), foi categorizada no eixo II “Objetos de intervenção”, seguido pelo eixo I “Políticas, organização e gestão do SNVS”, eixo III “Tecnologias e instrumentos de intervenção” e eixo IV “Visa e Sociedade”.

Figura 6 – Distribuição do percentual dos manuscritos publicados por Eixo Temático no triênio 2013-2015



Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

Fonseca (2013) afirmou que o tema VISA ainda é pouco abordado pela literatura científica brasileira e apontou a necessidade de incremento e investimentos por parte da Anvisa/MS em pesquisas sobre essa temática, ressaltando ainda ser pouco explorado no escopo de suas atribuições.

Verifica-se uma lacuna no campo da produção do conhecimento em VISA, que precisa ser estimulada e preenchida. No entanto, já existe a sinalização por parte da Anvisa, no que diz respeito à necessidade de desenvolvimento e disseminação do conhecimento produzido nessa área (COSTA; BOSCO FILHO; MEDEIROS, 2014).

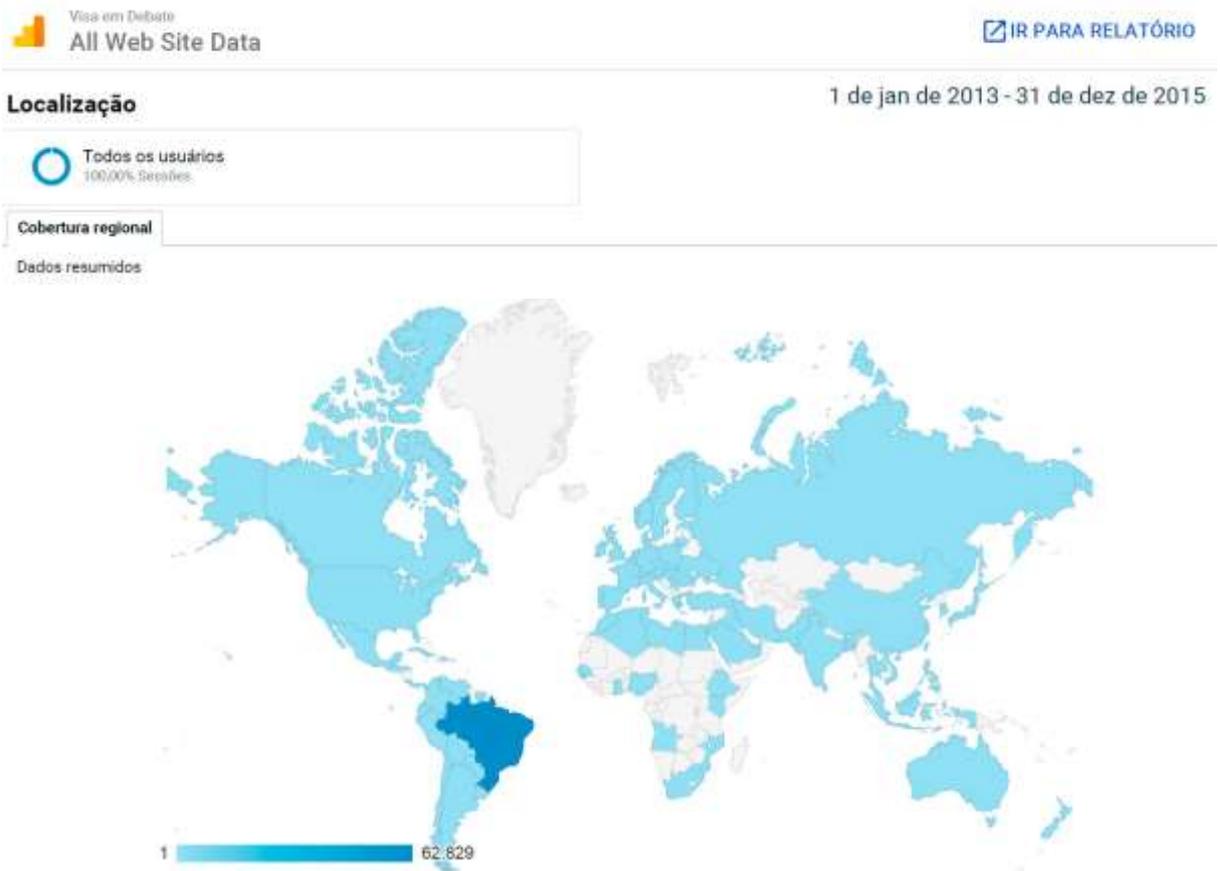
4.1.6 Difusão da Visa em Debate

Ainda que, consideremos a difusão da Visa em Debate no exterior – avaliada a partir do número de acessos à revista -, baseada nos relatórios de acesso emitidos pelo *Google Analytics*, referentes aos períodos: de janeiro/2013 a dezembro/2015 (**Figura 7**), e janeiro/2013 a dezembro/2016 (**Figura 8**), apresentando acessos de países como Estados Unidos, Portugal, Reino Unido, Índia, Espanha, Rússia e França no primeiro período analisado e o aparecimento da Colômbia e da China, no segundo período analisado, no *ranking* dos 10 primeiros países que exibiram maior número de acessos. Nota-se, que as taxas de rejeição se mostraram altas referentes aos dois períodos analisados, 40,28% e 39,80%, respectivamente. Tendo como parâmetro a descrição de rejeição como “uma sessão de página única no seu *site*”, em que uma sessão rejeitada tem duração de 0 segundos. A taxa de rejeição corresponde ao número de sessões de página única dividido pelo número total de sessões, configurando-se como sessões de página única nas quais não existiu interação com a página, ou seja, o visitante saiu da página sem realizar qualquer ação dentro do *site*. Para o *Google Analytics*, a taxa de rejeição elevada somente é considerada prejudicial ao periódico quando o sucesso do *site* depende da visualização de mais do que uma página. Ou seja, se a página inicial for o ponto de entrada para o restante do *site*, como por exemplo, para acesso a artigos, e outros documentos. Neste caso, consideramos as taxas de rejeição apresentadas como prejudiciais (GOOGLE ANALYTICS, 2017).

Sendo assim, a partir das taxas de rejeição apresentadas pelos relatórios do *Google Analytics*, direcionamos o olhar para a página da revista, na busca de identificar aspectos que pudessem atrair a atenção do leitor ou simplesmente desmotivá-lo a explorar as páginas seguintes da Visa em Debate. Seguindo as orientações para diminuição da taxa de rejeição recomendadas pelo *Google Analytics*, após selecionar a opção do idioma em inglês no canto superior esquerdo da página da revista, constatou-se que a página da Visa em Debate ainda não apresenta uma versão no idioma inglês do conteúdo da página em sua totalidade. As descrições de títulos ainda se mostram em português, como por exemplo: no interior

dos menus “HOME” (capa); “ANNOUNCEMENTS” (notícias) e “ISSUES” (edições), bem como a versão dos manuscritos para o idioma inglês. Outra recomendação, refere-se a questão do *marketing* utilizado para impulsionar leitores/autores a explorarem a página da revista. Neste item, ressaltamos que a questão da internacionalização ainda apresenta gargalos que necessitam de investimentos financeiros e profissionais. Além de verificar, se a página fornece caminhos fáceis para os passos a serem seguidos, na submissão de um artigo, por exemplo, conferimos que o passo a passo se apresentou na versão em inglês. Porém, será necessário verificar se a tradução do texto corresponde na íntegra ao texto em português. De um modo geral o *site* necessita de uma reformulação para se tornar mais “atrativo” ao leitor, de maneira a instigar a navegação pela página da revista.

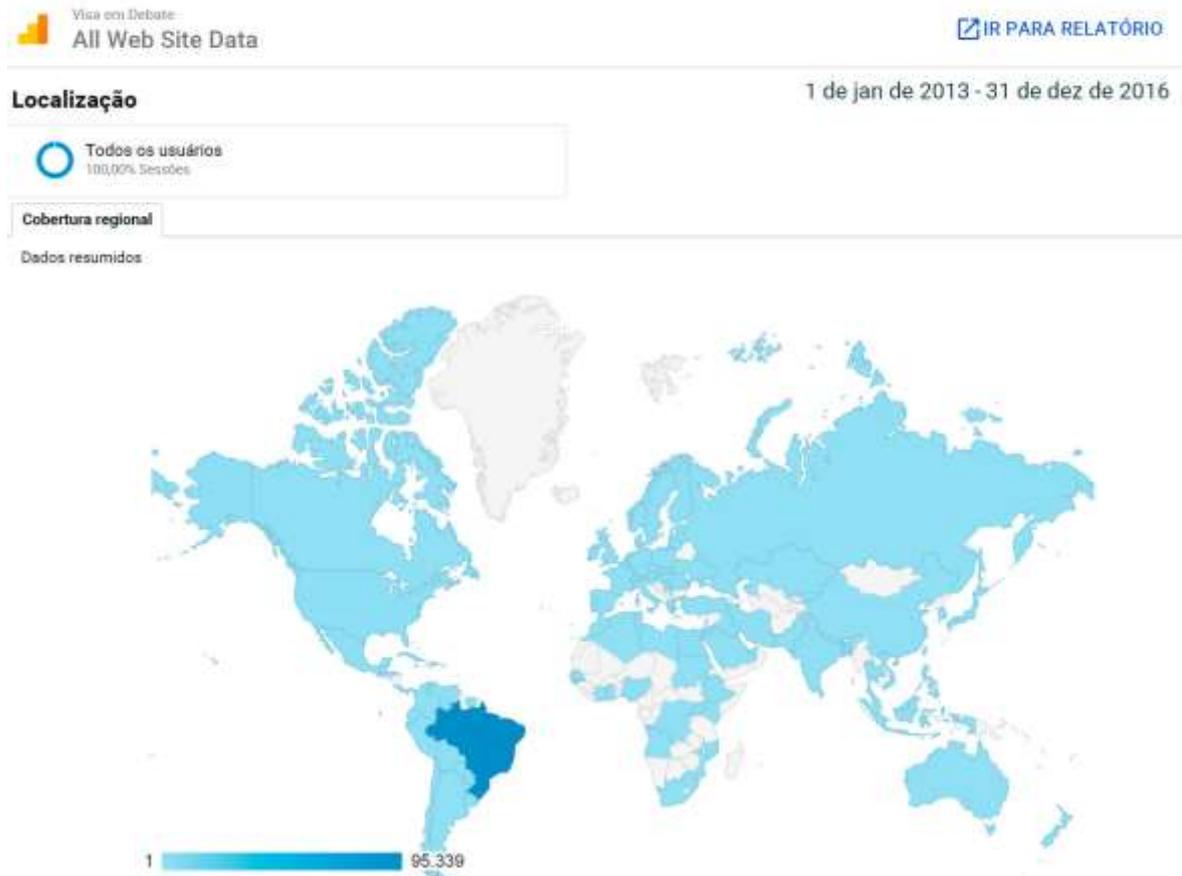
Figura 7 – Acessos a Visa em Debate, período de 1 de janeiro/2013 a 31 de dezembro/2015



País	Aquisição			Comportamento		
	Sessões	Porcentagem de novas sessões	Novos usuários	Taxa de rejeição	Páginas / sessão	Duração média da sessão
	66.003 Porcentagem do total: 100,00% (66.003)	61,54% Média de visualizações: 61,47% (0,11%)	40.615 Porcentagem do total: 100,11% (40.569)	40,28% Média de visualizações: 40,28% (0,00%)	5,93 Média de visualizações: 5,93 (0,00%)	00:05:01 Média de visualizações: 00:05:01 (0,00%)
1. Brazil	62.829(95,19%)	60,65%	38.108(93,83%)	39,16%	6,12	00:05:11
2. United States	789(1,20%)	80,23%	633(1,56%)	63,37%	1,99	00:01:12
3. Portugal	368(0,56%)	77,45%	285(0,70%)	60,87%	2,22	00:01:28
4. (not set)	254(0,38%)	83,46%	212(0,52%)	68,11%	1,93	00:00:53
5. United Kingdom	148(0,22%)	72,97%	108(0,27%)	60,14%	2,66	00:02:32
6. India	134(0,20%)	83,58%	112(0,28%)	65,67%	2,47	00:01:58
7. Spain	99(0,15%)	80,81%	80(0,20%)	58,59%	2,17	00:01:16
8. Russia	99(0,15%)	11,11%	11(0,03%)	87,88%	1,10	00:00:48
9. France	86(0,13%)	54,65%	47(0,12%)	29,07%	3,58	00:04:07

Fonte: Google Analytics. Janeiro/2017.

Figura 8 – Acessos a Visa em Debate, período de 1 de janeiro de 2013 a dezembro de 2016



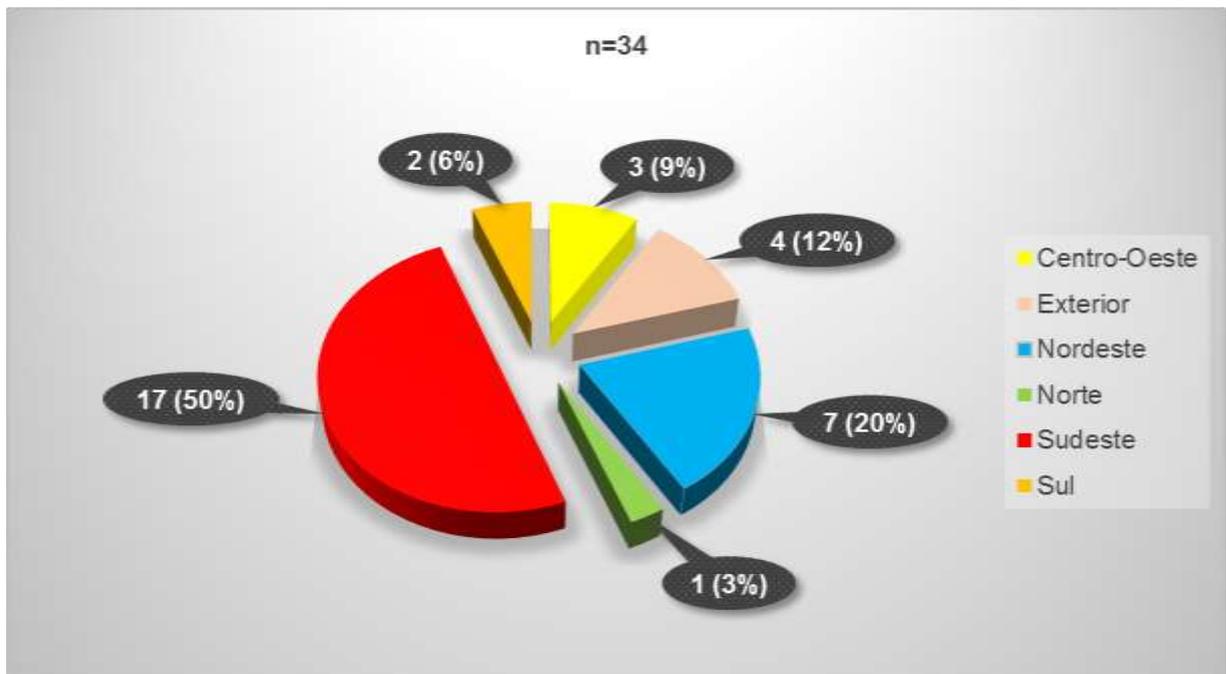
País	Aquisição			Comportamento		
	Sessões	Porcentagem de novas sessões	Novos usuários	Taxa de rejeição	Páginas / sessão	Duração média da sessão
	100.426 Porcentagem do total: 100,00% (100.426)	63,69% Média de visualizações: 63,62% (0,12%)	63.965 Porcentagem do total: 100,12% (63.891)	39,80% Média de visualizações: 39,80% (0,00%)	5,47 Média de visualizações: 5,47 (0,00%)	00:04:32 Média de visualizações: 00:04:32 (0,00%)
1. Brazil	95.339(94,93%)	62,80%	59.872(93,60%)	38,68%	5,63	00:04:42
2. United States	1.052(1,05%)	81,46%	857(1,34%)	63,31%	2,29	00:01:36
3. Portugal	538(0,54%)	81,60%	439(0,69%)	58,74%	2,48	00:01:25
4. United Kingdom	419(0,42%)	86,63%	363(0,57%)	71,12%	1,99	00:01:20
5. (not set)	374(0,37%)	87,17%	326(0,51%)	68,18%	2,06	00:00:48
6. Russia	241(0,24%)	7,47%	18(0,03%)	46,06%	1,53	00:02:53
7. India	233(0,23%)	83,69%	195(0,30%)	62,66%	4,97	00:01:51
8. Spain	136(0,14%)	80,88%	110(0,17%)	57,35%	2,56	00:01:34
9. China	131(0,13%)	88,55%	116(0,18%)	67,18%	1,50	00:00:59
10. Colombia	125(0,12%)	91,20%	114(0,18%)	52,00%	2,58	00:01:28

Fonte: Google Analytics. Janeiro/2017.

4.1.7 Características do conselho editorial da Visa em Debate

Observa-se que mesmo que metade da afiliação dos membros do Conselho Editorial (50%) da Visa em Debate esteja concentrada na região Sudeste do país, tendo participação equilibrada entre os estados de Minas Gerais (5), do Rio de Janeiro (6) e de São Paulo (6), há uma pequena participação das demais regiões, seguindo a ordem: Nordeste (20%), com maior expressividade para o Estado da Bahia (5). Ceará (1) e Pernambuco (1) com somente um membro cada; Centro-Oeste (9%) correspondente à Brasília; Sul (6%) com membros oriundos do Rio Grande do Sul; e Norte (3%) referente à Manaus. O Conselho Editorial mantém cooperação de 12% de membros com afiliação estrangeira, situados nos países: Cuba (1), Suíça (2) e República Tcheca (1), conforme **Figura 9**.

Figura 9 – Distribuição da afiliação dos membros do Conselho Editorial por região do Brasil e no Exterior



Fonte: Elaboração própria. Setembro/2016.

Segundo Trzesniak (2004), a composição do Corpo Editorial Científico será tanto mais saudável quanto maior for a variação em relação ao número de instituições, estados e países representados, e menor for a concentração de membros por instituição, estado e país.

Quanto à origem institucional do Conselho Editorial, constatou-se que não há endogenia nesse quesito. Mais da metade dos membros do conselho encontra-se afiliada a instituições de ensino superior (IES) (58,82%) e somente 11,76% corresponde a membros com afiliação Fiocruz. As demais afiliações compreendem instituições de pesquisa e serviços, conforme demonstrado na **tabela 7**.

Tabela 7 – Distribuição por afiliação institucional dos membros do Conselho Editorial

Instituição	Frequência	%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	1	2,94
<i>Centro para el Control Estatal de la Calidad de Los Medicamentos</i> (CECMED)	1	2,94
<i>Charles University in Prague</i>	1	2,94
<i>European Society of Toxicology In Vitro</i> (ESTIV)	1	2,94
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado (FMT- HVD)	1	2,94
Fundação Ezequiel Dias (FUNED)	1	2,94
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	4	11,76
Instituto Adolfo Lutz (IAL)	1	2,94
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)	1	2,94
Ministério da Saúde (MS)	1	2,94
Instituições brasileiras de Ensino Superior (*)	20	58,82
<i>World Health Organization</i> (WHO)	1	2,94
Total Geral	34	100,00

(*) Instituições brasileiras de Ensino Superior, encontram-se no Apêndice B.

Fonte: Elaboração própria. Setembro/2016.

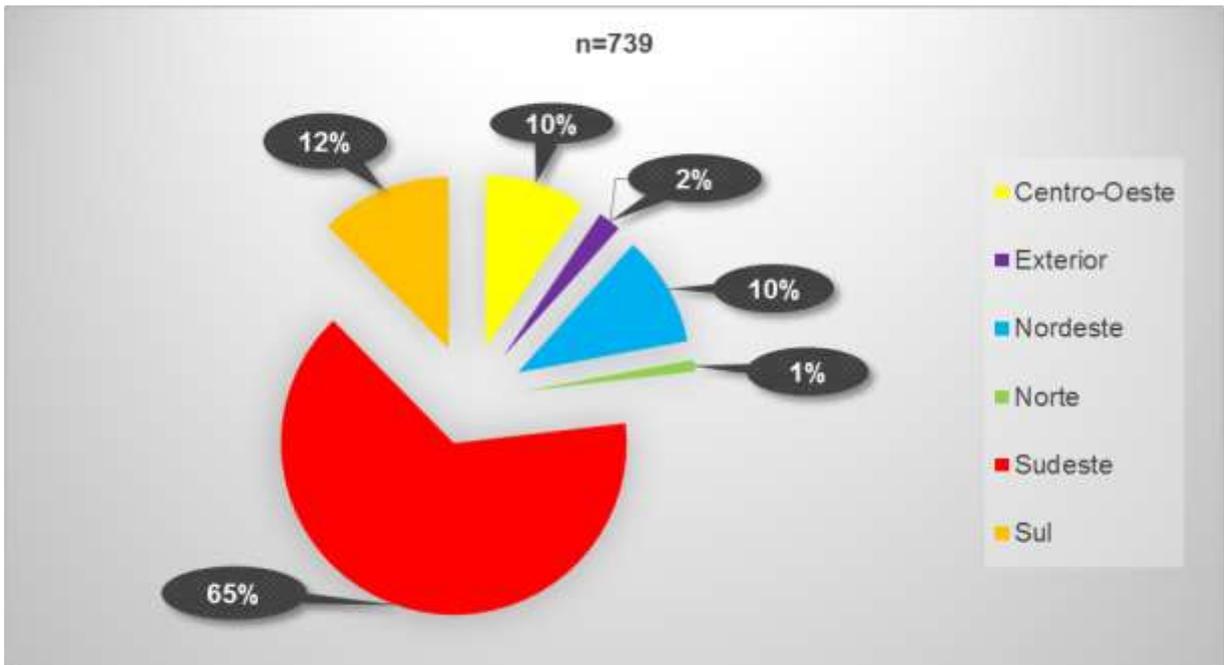
4.1.8 Análise das características do cadastro de pareceristas

Para Trzesniak (2004), não é necessário que as revistas mantenham cadastro de pareceristas *ad hoc*, mesmo que seja comum que o façam, devido às diversas finalidades, como agilizar a seleção, evitar sobrecargas, avaliar a rapidez e a qualidade das respostas etc. Foi recomendado por esse autor que o número de pareceristas de um periódico seja de duas a três vezes o da expectativa de submissões anuais de um periódico.

Verifica-se que, o cadastro de pareceristas da Visa em Debate supera essa estimativa. No entanto, ressaltamos que somente uma parcela desse quantitativo é acionada anualmente, não sendo utilizado na sua totalidade. Do quantitativo referente à afiliação dos pareceristas (739) cadastrados na Visa em Debate, extraídos do OJS em 31 de outubro de 2016 (**APÊNDICE C**), predominantemente, 98% correspondem à instituições brasileiras distribuídas nas seguintes regiões: 65% pertencentes a região Sudeste, seguidos por Sul (12%), Centro-Oeste (10%), Nordeste (10%), e Norte (1%), e somente 2% compreendendo à instituições estrangeiras (**Figura 10**):

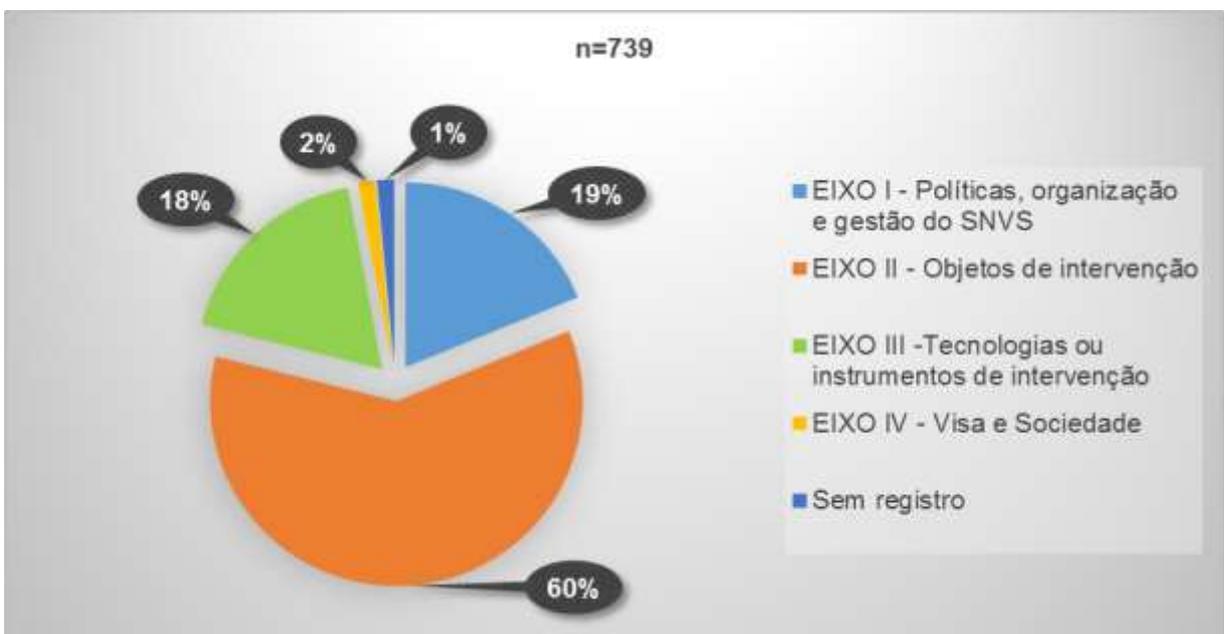
Quanto à classificação dos pareceristas (739) de acordo com os macroeixos temáticos do PEP VISA e ANPPVISA, considerando somente um eixo por parecerista, obteve-se um resultado diferente da categorização realizada com os manuscritos publicados. Mais da metade foram classificados no Eixo II “Objetos de intervenção” (60%). O Eixo I “Políticas, organização e gestão do SNVS” (19%) e o Eixo III “Tecnologias e instrumentos de intervenção” (18%) apresentaram proporções aproximadas. No entanto, no Eixo IV “Visa e Sociedade” (2%) foi obtido o menor percentual da classificação. O cadastro de pareceristas sem currículo Lattes correspondeu a 1%, conforme apresentado na **figura 11**.

Figura 10 – Distribuição do percentual de afiliação de parecerista por região brasileira e no exterior



Fonte: Elaboração própria. Dezembro/2016.

Figura 11 – Distribuição do percentual de parecerista por Eixo Temático de acordo com PEP VISA e ANPPVISA



Fonte: Elaboração própria. Dezembro/2016.

Ao ser verificada a frequência quanto à capacidade de avaliação de cada parecerista conforme a classificação dos Eixos Temáticos do PEP VISA e ANPPVISA, observou-se que 69,28% estão classificados em somente um Eixo de atuação. Aproximadamente um quarto dos pareceristas (25,98%) apresentou classificação em dois Eixos. E apenas 3,11% estavam classificados em três Eixos e menos de 1,00% em quatro Eixos (**Tabela 8**).

Tabela 8 – Frequência da capacidade de atuação do parecerista de acordo com os Eixos Temáticos do PEP VISA e ANPPVISA

EIXO	Frequência	(%)
Eixo 1	46	6,22
Eixo 2	330	44,65
Eixo 3	125	16,91
Eixo 4	11	1,49
Subtotal	512	69,28
Eixo 1; Eixo 2	23	3,11
Eixo 1; Eixo 3	18	2,44
Eixo 1; Eixo 4	30	4,06
Eixo 2; Eixo 3	106	14,34
Eixo 2; Eixo 4	6	0,81
Eixo 3; Eixo 4	9	1,22
Subtotal	192	25,98
Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3	11	1,49
Eixo 1; Eixo 2; Eixo 4	8	1,08
Eixo 1; Eixo 3; Eixo 4	2	0,27
Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4	2	0,27
Subtotal	23	3,11
Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3; Eixo 4	1	0,14
Subtotal	1	0,14
Sem registro	11	1,49
Subtotal	11	1,49
Total Geral	739	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dezembro/2016.

4.1.9 Análise das características do processo de avaliação

Na análise das características do processo de avaliação foram consideradas as variáveis: “data de submissão”, “data de publicação” e “tempo médio”, sendo calculada por intermédio de percentuais e médias aritméticas.

Quanto à participação dos editores científicos, executivos e assistentes no processo de avaliação dos manuscritos publicados, observa-se um aumento crescente relacionado ao aumento do fluxo de manuscritos processados pela revista. Ao analisarmos a distribuição por ano, verifica-se que em 2013 o maior percentual de atuação foi dos editores executivos (11,44%). Já em 2014 a atuação dos editores executivos (13,56%) e assistentes (13,85%) ficou equilibrada. Em 2015 o destaque foi para o desempenho dos editores assistentes, com 21,08% dos manuscritos publicados (**Tabela 9**).

O manuscrito que não apresentou editor cadastrado em 2014, refere-se a uma resenha em que o editor científico assumiu a responsabilidade. No entanto, por uma falha no sistema editorial não foi incluído esse registro no sistema.

Segundo Santana e Francelin (2016), para que um periódico exista é necessário estabelecer condições para que cumpra sua função de registro, arquivo e memória. Dentre essas condições, nota-se a criação de uma equipe editorial, capaz de organizar, conduzir e controlar os fluxos e procedimentos editoriais. Além de acompanhar o desempenho do periódico enquanto veículo de comunicação da comunidade científica.

Para Packer (2014), a estrutura e composição do corpo de editores deve se basear na divisão de responsabilidades. Os sistemas de gestão *online* de manuscritos viabilizam a internacionalização da gestão compartilhada e descentralizada com editores associados nas diferentes cidades do Brasil e do exterior. Acrescentou que, o principal desafio da gestão é assegurar o entendimento e aplicação o mais uniforme possível das políticas editoriais e particularmente de avaliação de manuscritos.

Tabela 9 – Distribuição de editores quanto à participação no processo de seleção

Ano	Editor	Frequência	
		Manuscrito	%
2013	Assistente 1	2	1,20
	Assistente 2	7	4,22
	Científico	6	3,61
	Executivo 1	10	6,02
	Executivo 2	9	5,42
	Subtotal	34	20,48
2014	Assistente 1	11	6,63
	Assistente 3	2	1,20
	Assistente 4	4	2,41
	Assistente 5	6	3,61
	Científico	8	4,82
	Executivo 1	13	7,23
	Executivo 2	4	2,41
	Executivo 3	7	4,22
	--- (*)	1	0,60
	Subtotal	56	33,73
2015	Assistente 1	9	5,42
	Assistente 2	5	3,01
	Assistente 3	6	3,61
	Assistente 4	7	4,22
	Assistente 6	8	4,82
	Científico	14	8,43
	Executivo 2	9	5,42
	Executivo 3	18	10,84
	Subtotal	76	45,78
	Total	166	100,00

(*) Resenha.

Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

Verificou-se que o tempo médio de processamento dos 166 manuscritos, desde a submissão até a publicação, foi de 245 dias, o equivalente a 8 meses. Período inferior ao aceitável pela SciELO (12 meses), porém superior ao recomendado, de acordo com a tendência internacional (6 meses) (SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ON-LINE, 2014), conforme **tabela 10**. No entanto, ao ser realizada uma análise do tempo médio de processamento do manuscrito por ano, desde a submissão até a publicação, nota-se um aumento considerável desse

tempo, passando de 142 dias em 2013 para 348 dias em 2015 (**Tabela 11**).

Tabela 10 – Valores de média, mediana e desvio padrão referentes ao tempo médio de publicação no triênio (2013 a 2015)

Publicações	Média	Desvio padrão	Mediana
n=166	245	132	234

Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

Quando analisado, ano a ano, o tempo médio de processamento entre a data de submissão até a data de decisão de aprovação do manuscrito, verificou-se que nos anos de 2013 e 2014 os manuscritos levaram aproximadamente 106 dias (3 meses) para serem aprovados, apresentando um aumento considerável desse tempo em 2015, em que os manuscritos passaram a levar 181 dias (6 meses) para decisão de aprovação. Embora os tempos de submissão à decisão de aprovação do manuscrito e de aprovação à publicação, estejam dentro dos limites aceitáveis pela SciELO, observou-se que houve uma espera de até seis meses para que esses manuscritos fossem publicados em 2015 (**Tabela 11**).

Buscando entender o motivo que levou ao aumento do tempo médio da publicação em 2015, verificou-se caso a caso os manuscritos que ultrapassaram um ano (365 dias) para publicação. Dos 166 manuscritos analisados, 28 (16,87%) ultrapassaram o período de um ano e todos compreendiam às publicações do ano de 2015. Sendo assim, dos 76 manuscritos publicados em 2015, 63,16% foram dentro do período de um ano, e 36,84% ultrapassaram esse período (**Tabela 12**).

Tabela 11 – Estatística do processamento do manuscrito por ano, considerando-se as variáveis: data de submissão, data de aprovação e data de publicação

Publicação		2013	2014	2015
(n=166)		(n=34)	(n=56)	(n=76)
Submissão até a				
publicação (dias)	Média	142	169	348
	Desvio Padrão	73	80	106
	Mediana	123	185	341
Submissão até a				
aprovação (dias)	Média	105	106	181
	Desvio Padrão	65	62	79
	Mediana	97	112.5	183
Aprovação até a				
publicação (dias)	Média	36	63	167
	Desvio Padrão	44	38	90
	Mediana	20	56	150

Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

Tabela 12 – Percentual dos manuscritos que ultrapassaram 1 ano para serem publicados, no triênio e no ano de 2015

Total de publicações (n=166)	N manuscritos	%
Até 1 ano	138	83,13
Ultrapassou 1 ano	28	16,87
Total	166	100,00
Publicações em 2015 (n=76)	N manuscritos	%
Até 1 ano	48	63,16
Ultrapassou 1 ano	28	36,84
Total	76	100,00

N = número

Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

Verificou-se também, a probabilidade dos manuscritos que ultrapassaram o período de um ano para publicação terem sido oriundos de chamada para número temático, sendo aprovado e posteriormente, publicado em números convencionais. No entanto, do quantitativo que ultrapassou esse período em 2015, somente 6 manuscritos (7,89%) foram oriundos de submissão para número temático (**Tabela 13**). A abordagem de mesma temática ou assunto, poderia também ter sido motivo de atraso da publicação do manuscrito, fazendo com que esse mesmo que aprovado aguardasse para ser publicado.

Tabela 13 – Percentual de manuscrito publicado em 2015 oriundo de chamada para número temático

Publicações em 2015	N manuscrito	%
Até 1 ano	48	63,2
Ultrapassou 1 ano	22	28,9
Ultrapassou 1 ano/Oriundo de chamada para número temático	6	7,89
Total	76	100,00

N = número

Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

Outro motivo que poderia ter elevado o tempo médio de publicação em 2015, refere-se aos atrasos gerados pelos envolvidos no processo de avaliação, conforme descrito por Ferreira e Caregnato (2008), embora o envio e recebimento dos artigos por meio eletrônico seja a prática comum, principalmente com a utilização do OJS, atrasos geralmente ocorrem pela complexidade do trabalho do *referee* em ler, avaliar e sugerir mudanças para os autores.

Para obter uma resposta à questão, “quanto tempo após aprovado os 28 manuscritos que ultrapassaram o período de um ano (365 dias) para a publicação levaram para serem publicados?”, foi calculado a estatística de processamento desses manuscritos. Verificou-se que os 28 manuscritos que ultrapassaram um ano (365 dias) para publicação, e conseqüentemente aumentaram o tempo médio da publicação do ano de 2015, levaram em média 216 dias para serem publicados após

a data de decisão de aprovação, o equivalente a sete meses. Observa-se que houve um aumento do tempo médio ao compararmos o tempo médio de publicação do triênio (245 dias) com o tempo médio de publicação dos 28 manuscritos (458 dias) (**Tabela 14**).

Tabela 14 – Estatística do processamento dos 28 manuscritos que ultrapassaram 1 ano para publicação, considerando as variáveis “data de submissão”, “data de aprovação” e “data de publicação”

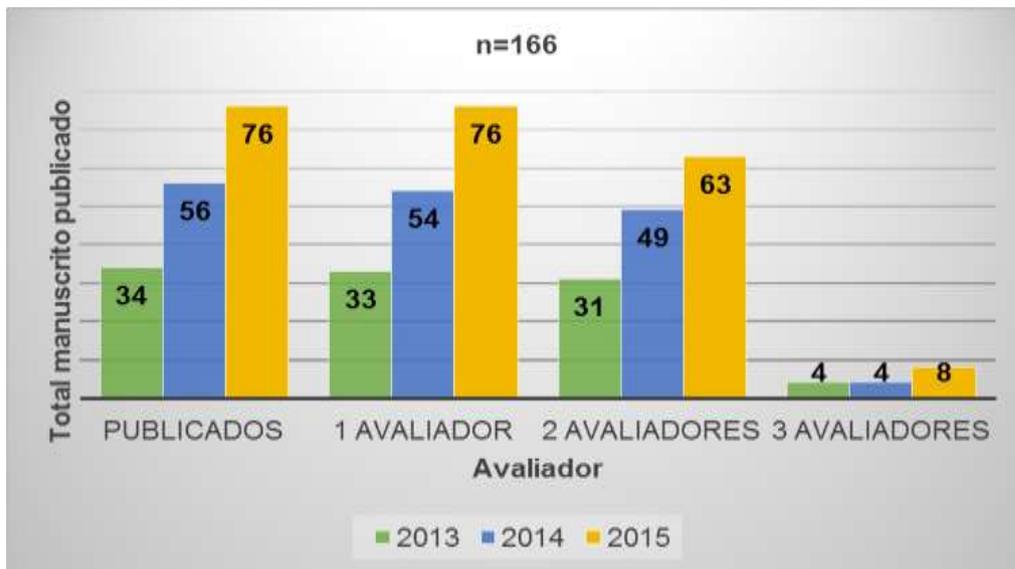
Publicações 2015		(n=76)	(n=28)
Submissão até a publicação (dias)	Média	348	458
	Desvio Padrão	106	66
	Mediana	341	452
Submissão até a aprovação (dias)	Média	181	242
	Desvio Padrão	79	68
	Mediana	183	239
Aprovação até a publicação (dias)	Média	167	216
	Desvio Padrão	90	102
	Mediana	150	178

Fonte: Elaboração própria. Novembro/2016.

Durante a análise do processo de avaliação por pares, considerando o número de 1 parecerista, 2 pareceristas e 3 pareceristas por manuscrito, em 2013, verificou-se que um manuscrito não apresentou registro referente a parecerista, tratando-se de uma resenha. De acordo com a equipe editorial, as resenhas são encomendadas, não havendo necessidade de passar pelo processo de avaliação convencional. O mesmo ocorreu em 2014, sendo que neste caso, uma resenha não apresentou registro de parecerista e nem de editor responsável. Também para um

debate não foi encontrado registro de parecerista, identificando mais uma vez, falha de registro no sistema. Quanto à avaliação do debate, a equipe editorial informou que nesse caso, a avaliação foi realizada via *e-mail*. Para efeito de cálculo do percentual da avaliação por pares, foram consideradas somente as informações registradas no OJS. Sendo assim, em 2013, 97,06% dos manuscritos foram avaliados por pelo menos um parecerista, 96,43% em 2014 e em 2015, 100,00% dos manuscritos foram avaliados por pelo menos um parecerista, conforme **figura 12**.

Figura 12 – Avaliação por pares e por ano de publicação do manuscrito



Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2016.

Recentemente, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da profissionalização no processo de gestão editorial, foi realizado o mapeamento de processo editorial da revista em parceria com a Direção do INCQS, como instrumento operacional que agrega valor de qualidade ao fluxo de gestão dos manuscritos. Esse processo possibilitou identificar pontos críticos que necessitam de melhorias, como: treinamento para pareceristas com a finalidade de tornar o trabalho no OJS mais amigável para o usuário e pensar em ações que possam agilizar o processo de avaliação de modo a melhorar o tempo médio de publicação.

Segundo Sabadini et al (2009), o Relatório de Gestão Anual de uma revista

deve ser publicado no primeiro fascículo de cada ano, com informações referentes ao ano anterior da publicação, compreendendo os itens: linha editorial; as quantidades de artigos submetidos, rejeitados e aceitos para publicação; o intervalo médio entre o recebimento, aprovação e publicação de um original. Ressaltou ainda, que as comissões de avaliação, agências de fomento e algumas bases de dados solicitam o relatório de gestão para fins de avaliação do periódico. Não foi identificada a elaboração de relatório anual por parte da gestão da revista. Deste modo, recomendamos a adoção da prática de elaboração de relatório, visando auxiliar quanto à métrica da Visa em Debate, com fins de contribuir para a gestão e tomada de decisão, bem como, a divulgação e difusão do conhecimento na área.

4.1.10 Taxas de submissão e rejeição

Buscou-se verificar o motivo de rejeição do manuscrito no triênio e tipo de análise realizada antes de ser rejeitado. Como resultado, foram obtidos dois tipos de análise: avaliação prévia do editor, que decidiu pela rejeição de 66 (30,84%) manuscritos, sem passar pelo processo de avaliação por pares; e avaliação por pares, que após o processo de avaliação, decidiu pela rejeição de 148 (69,18%) manuscritos do total de 214 rejeitados (**Tabela 15**).

Tabela 15 – Análise dos manuscritos rejeitados no triênio 2013-2015 de acordo com o tipo da análise realizada e o motivo das rejeições

Tipo de análise das rejeições	Escopo	%	Qualidade	%	Total	%
Avaliação por pares	0	0	148	69,16	148	69,16
Avaliação prévia do editor	34	15,89	32	14,95	66	30,84
Total de rejeição	34	15,89	180	84,11	214	100,00

Fonte: Elaboração própria. Março/2017.

Ao serem verificadas as taxas de submissão e rejeição dos manuscritos por ano de publicação, observa-se que em 2013 foram submetidos à *Visa em Debate* 91 manuscritos, sendo 39,56% rejeitadas. Em 2014 houve um aumento de mais de 100% do número de submissões (213), se comparado ao ano de 2013, voltando a cair em 2015 (133) (**Tabela 16**). Esse aumento em 2014 pode ser explicado pela chamada do número temático “Diversidades Culturais e Riscos Sanitários”, que não chegou a ser publicado, e também, pelo resultado da divulgação efetuada durante o 6º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa), evento específico da área onde foram discutidas as questões sobre a atualidade que desafiam a VISA. O 6º Simbravisa foi realizado no período de 26 a 30 de outubro de 2013, em Porto Alegre, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), com a função de promover diálogos: entre os serviços de saúde e a academia, entre os países da região e com a sociedade civil organizada, sendo considerado também, como um espaço para integração de diferentes culturas e tradições, de exploração da diversidade como fonte de riqueza para o enfrentamento dos desafios postos para a VISA e a saúde coletiva (SIMBRAVISA, 2013).

O percentual de rejeição encontrado para o triênio foi de 48,97%, atingindo em 2015 o melhor percentual de rejeição 58,65 (**Tabela 16**), conforme descrito por Abel Packer (2011), os periódicos de referência nas diferentes disciplinas operam normalmente com um índice de rejeição de mais de 50% dos manuscritos submetidos. Devido à queda do número de submissões em 2015, o número de publicações (76) e de rejeições (78) foi superior ao número de submissões, sendo publicado em 2015, parte dos manuscritos que se encontravam em avaliação nos anos de 2013 e 2014.

Nos primeiros anos da *Visa em Debate*, especificamente no triênio analisado, identifica-se, segundo Ferreira (2013) a árdua tarefa do editor em atrair artigos e zelar pelo desenvolvimento do processo editorial, no que diz respeito a garantir o fechamento de um número no prazo estipulado, de modo a manter no processo um conjunto de artigos que consiga sobreviver ao processo editorial até a publicação. Obviamente, nos periódicos com maior reputação, a tarefa do editor se mostra mais simplificada porque estes já atraem os melhores artigos (**Tabela 17**).

Tabela 16 – Taxa de submissão e rejeição de manuscrito por ano de publicação

Manuscrito	2013	% (n= 91)	2014	% (n= 213)	2015	% (n= 133)	Total	% (n=4 37)
Publicado	34	37,36	56	26,29	76	57,14	166	37,99
Rejeitado	36	39,56	100	46,95	78	58,65	214	48,97
Em avaliação (*)	21	23,08	57	26,76	(**) -	-	-	-
Submetido	91	100,00	213	100,00	133	100,00	437	100,00

(*) Foram considerados em avaliação aqueles manuscritos submetidos no ano corrente e que não obtiveram resultado dentro do mesmo período analisado;

(**) Em 2015 o número de rejeições e publicações foi superior ao número de submissões.

Fonte: Elaboração própria. Março/2017.

Tabela 17 – Evolução do tipo de avaliação e motivo de rejeição do triênio

Ano/Avaliação	Escopo	Qualidade do manuscrito	Total Geral
2013	5	31	36
Avaliação por pares	-	30	30
Avaliação prévia do editor	5	1	6
2014	21	79	100
Avaliação por pares	-	70	70
Avaliação prévia do editor	21	9	30
2015	8	70	78
Avaliação por pares	-	48	48
Avaliação prévia do editor	8	22	30
Total de rejeições	34	180	214

Fonte: elaboração própria. Março/2017.

De acordo com a literatura, os periódicos com alto FI possuem um alto índice de rejeição, como lembrado por Pamela Hines, editora da revista *Science* em entrevista a *Agencia Iberoamericana para la Difusión de la Ciencia y la Tecnología* (DiCYT, 2010), “o periódico *Science*, rejeitou cerca de 94% dos artigos recebidos em 2008”, durante o I Colóquio Brasileiro sobre Pesquisa e Publicações Científicas de

Alto Impacto, que ocorreu no Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, em São Paulo, com a participação de editores de periódicos científicos internacionais de alto impacto Como *The Lancet Infectious Diseases*, *Journal of the American Medical Association (Jama)* e o *Journal of Clinical Investigation (JCI)*.

Ferreira (2013), afirmou que o editor de um periódico possui autonomia para imediatamente, rejeitar um artigo por vários motivos: por não se enquadrar na missão ou foco da revista ou por opinião do editor, não apresentar qualidade suficiente para ser enviado para pareceristas, por erros que identifica na sua leitura ou até por a revista ter publicado recentemente artigo sob tema idêntico. Ressaltamos ainda outras razões como: estudos meramente confirmatórios de resultados anteriores, sem contribuição para novos insights, resultados muito preliminares, pouca relevância, discussões e conclusões pouco convincentes, entre outras. Ou seja, quando o autor submete um manuscrito para eventual publicação, o editor faz uma avaliação preliminar do manuscrito quanto à qualidade geral, contribuição, adequação à revista, qualidade da escrita etc.

4.1.11 Análise das citações

O resultado da consulta pelo nome da revista “Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia”, através da ferramenta de busca do *Google Acadêmico*, apresentou os quatro artigos mais citados e com índice h:5 (**Tabela 18**).

Na segunda consulta, utilizando os títulos dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados no triênio (2013 a 2015), buscou-se verificar a frequência com que os manuscritos da *Visa em Debate* foram citados e informações de quem os citou. Obteve-se o seguinte resultado: dos 166 manuscritos publicados, 67 foram citados num total de 135 vezes, mais da metade não apresentou citação (59,64%). Trinta e seis (21,69%) foram citados uma única vez, e 20 (12,05%) duas vezes. Os demais apresentaram 4 (2,41%) manuscritos com três citações; três (1,81%) com quatro citações; e um (0,60%) apresentou cinco citações (**Tabela 19**).

Tabela 18 – Artigos da Visa em Debate mais citados e com índice h

Título dos artigos	Quant. de citações
Avaliação da qualidade do leite cru comercializado informalmente em feiras livres no município de Santa Maria-RS	4
Condições higiênico-sanitárias de cozinhas de escolas públicas de Itaqui, Rio Grande do Sul, Brasil	4
Desafios para a avaliação toxicológica de agrotóxicos no Brasil: desregulação endócrina e imunotoxicidade	6
Segurança Transfusional: um método de Vigilância Sanitária para avaliação de riscos potenciais em serviços de hemoterapia	5
Total Geral	19

Fonte: *Google Scholar Metrics*. 2017.

Tabela 19 – Frequência geral das citações da publicação do triênio (2013 a 2015)

Quantidade de vezes citados	Quantidade de manuscritos	Total citações	%
1	36	36	21,69
2	20	40	12,05
3	4	12	2,41
4	3	12	1,81
5	1	5	0,60
9	2	18	1,20
12	1	12	0,60
Não houve Citação	99	0	59,64
Total Geral	166	135	100,00

Fonte: Elaboração própria. Janeiro/2017.

Verificando as citações pela tipologia do manuscrito, obteve-se o seguinte resultado: os três manuscritos que apresentaram maior número de citações foram dois artigos com nove citações, e um debate com doze citações. Dos 36 manuscritos que apresentaram uma citação, 32 eram artigos e quatro eram relatos de experiência. O ano de 2014 apresentou o maior número de artigos citados, conforme exposto na **tabela 20** abaixo:

Tabela 20 – Apresentação do número de citações de manuscritos dentro do triênio analisado

Número de manuscritos por período						
Número de citações	2013	2014	2015	Total Geral	Total de citações	% (n=166)
Artigo	29	50	66	145		
1	7	15	10	32	32	19
2	6	3	8	17	34	10
3	2	1	-	3	9	2
4	-	2	1	3	12	2
5	1	-	-	1	5	1
9	-	2	-	2	18	1
Não houve Citação	13	27	47	87	0	52
Debate	3	3	2	8	-	-
2	-	2	-	2	4	1
3	1	-	-	1	3	1
12	1	-	-	1	12	1
Não houve Citação	1	1	2	4	0	2
Relato de Experiência	1	2	8	11	-	-
1	1	1	2	4	4	2
2	-	1	-	1	2	1
Não houve Citação	-	-	6	6	0	4
Resenha	1	1	-	2	-	-
Não houve Citação	1	1	-	2	0	1
Total Geral	34	56	76	166	135	100

Fonte: Elaboração própria. Março/2017.

Kimura (2015) chamou a atenção para a importância do autor estabelecer um padrão para referências a seus trabalhos, ressaltando o fato de nomes de autores representarem fonte de confusão comum, dificultando a indexação das informações, e na implicação de diferentes métricas de produtividade de um determinado autor, como por exemplo, as abordagens distintas em relação à ordem entre nome e

sobrenome, à acentuação dos nomes próprios ou à inclusão de sufixos como Filho e Neto, podem implicar diferentes métricas de produtividade de um determinado autor. Assim, o acompanhamento de métricas não depende somente da adequada marcação XML, como também da padronização, por parte do autor, de suas informações, permitindo que trabalhos do autor sejam melhor rastreados em medidas alternativas como as do *Altmetrics*.

4.2 ALINHAMENTO DO PROJETO EDITORIAL DA REVISTA COM O CENÁRIO POLÍTICO EDITORIAL

Diante da reformulação dos critérios SciELO (2014), a partir de 2015, além do desempenho individual dos periódicos, a SciELO passou a considerar também a avaliação de desempenho da coleção por áreas temáticas e para o conjunto dos periódicos vinculados a cada área, especificando e recomendando indicadores mínimos às grandes áreas de conhecimento, que passou a ser fator condicionante ao ingresso de novos periódicos e a permanência dos que já estavam indexados. Além disso, privilegiou a admissão e a permanência dos periódicos que em sua operação consigam progredir rumo à profissionalização, à internacionalização e a modelos de financiamento sustentável. Nesse documento foi ressaltado ainda, que a maioria dos periódicos de cada área do conhecimento deverá progressivamente obedecer a essas recomendações. Meneghini (1998) já previa o estabelecimento de novos critérios para que novas revistas fossem incorporadas à SciELO, fazendo com que houvesse maior cuidado na constituição de corpos editoriais, maior rigor no processo de revisão e que as revistas tivessem mais empenho quanto à periodicidade de circulação.

A visualização da análise comparativa quanto ao atendimento aos critérios SciELO pela *Visa em Debate* pode ser observada no **quadro 1**. A *Visa em Debate* atende na íntegra 66,67% dos 21 critérios estabelecidos para admissão na coleção SciELO. Outros 23,81%, se referem a critérios atendidos parcialmente, pois estão diretamente ligados ao percentual anual mínimo esperado e recomendado que os

periódicos devem obedecer, a partir de 2016, segundo a área temática da Visa em Debate e também para a coleção como um todo. E somente 4,76% dos critérios não atendem e outros 4,76% não se aplicam ao escopo da revista.

Quadro 1 – Comparativo dos critérios SciELO com aqueles considerados na política editorial da Visa em Debate, com base nos percentuais exigidos para área da Saúde

	Crítérios	Descrição SciELO	Visa em Debate
1	Caráter científico	Publicar predominantemente artigos originais e de revisão	Atende. Publica textos multi- e interdisciplinares inéditos articulados à vigilância sanitária
2	Tipos de documentos	Documentos que apresentem conteúdo científico relevante	Atende. Manuscritos com temas relevantes de cunho crítico e reflexivo: Artigo, carta, debate, resenha, resumo e revisão. Todos possuem autoria com a afiliação completa
3	Gestão editorial	Deve compreender: sobre o periódico; instruções aos autores; fluxo editorial; composição da equipe editorial - Porcentagem mínima de 20% de editores associados ativos com afiliação estrangeira e recomendada de 30%	Atende parcialmente. Ainda não atingiu o percentual mínimo de editores associados com afiliação estrangeira

	Crítérios	Descrição SciELO	Visa em Debate
4	Avaliação de manuscrito	Realizada por meio de um ou mais editores e pareceristas; o procedimento adotado deve ser especificado nas instruções aos autores; processo de arbitragem deve ser transparente e documentado; O tempo médio ⁵ de processamento dos manuscritos recomendado é de até 6 (seis) meses, conforme tendência internacional; parecerista nacional e estrangeiro reconhecido pela área - Porcentagem anual mínima de 25% de pareceristas com afiliação estrangeira e recomenda de 30%	Atende parcialmente. O tempo médio recomendado de processamento dos manuscritos e o percentual mínimo de pareceristas com afiliação estrangeira ainda não foram atingidos
5	Fluxo de produção editorial	A periodicidade e o número de artigos publicados por ano - número mínimo de 60 artigos e recomendado 80 artigos/ano; prática de <i>ahead of print</i> recomendada	Atende. O quantitativo de manuscritos publicados por ano vem aumentando gradativamente. E o <i>ahead of print</i> é prática usual da revista
6	Tempo de existência para admissão	4 (quatro) números publicados	Atende. 16 (dezesesseis) números publicados
7	Pontualidade para admissão	Periodicidade	Atende. Mantém a periodicidade desde o lançamento do primeiro número
8	Idioma dos títulos, resumos, palavras-chave e texto	Devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma original do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não for o idioma original - Porcentagem mínima/recomendada de 80% de artigos no idioma inglês por área temática	Atende parcialmente. Ainda não atingiu o percentual mínimo de artigos no idioma inglês

⁵ O tempo médio aceitável pela SciELO, de processamento dos manuscritos deve ser de até 6 (seis) meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e de decisão final quanto à publicação, e de até 12 (doze) meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e publicação do manuscrito. Entretanto, recomenda-se um ciclo total médio de 6 (seis) meses considerando a tendência internacional (SciELO. Janeiro/2017).

	Crêterios	Descri�o SciELO	Visa em Debate
9	Afilia�o de autores	Devem conter a especifica�o completa das instâncias a qual estão afiliados cada um dos autores. Cada instância � identificada por nomes de até três níveis hierárquicos institucionais; periódicos endógenos não serão admitidos. Os periódicos devem maximizar a internacionaliza�o da afilia�o dos autores - Porcentagem mínima de 25% de autores com afilia�o institucional estrangeira e recomendada de 35%	Atende parcialmente. Ainda não atingiu o percentual mínimo de autores com afilia�o institucional estrangeira
10	Cita�es recebidas	Deverá apresentar um �ndice de cita�es e de autocita�es compatível com os demais periódicos da mesma área temática. Serão consideradas as cita�es nos índices bibliográficos <i>Google Metrics</i> e outras	Atende. Utiliza os índices bibliográficos do <i>Google Metrics</i>
11	Normaliza�o das cita�es e referências bibliográficas	Deve especificar a norma que segue para a estrutura�o e apresenta�o dos textos e para a apresenta�o das cita�es e das referências bibliográficas	Atende. Apresenta normaliza�o das cita�es e referências bibliográficas
12	Política de acesso aberto	Publicados em acesso aberto na modalidade dourada (*)	Atende. Utiliza o <i>Creative Commons</i>
13	Registro de ensaios clínicos	Devem incluir nas instru�es aos autores a recomenda�o para registro prévio dos ensaios clínicos e número de identifica�o como condi�o para aceita�o dos manuscritos	Não se aplica
14	Registro de material biológico de referência e de sequências de DNA	Devem incluir nas instru�es aos autores a recomenda�o para registro e depósito prévio de material de referência em cole�es registradas e de acesso público e exigir o respectivo número de identifica�o	Não atende. Precisa ser incluído nas instru�es aos autores

	Crítérios	Descrição SciELO	Visa em Debate
15	Disponibilização dos dados da pesquisa	Seguir padrões de registro que assegurem a autoria, o uso e citação dos dados	Atende. Os dados da pesquisa estão disponíveis nos manuscritos completos
16	<i>Digital Object Identifier (DOI)</i> e link para os textos completos	Apresentar DOI registrado na base de dados da agência <i>CrossRef</i> . O DOI deve ser especificado no texto em XML e conter obrigatoriamente um link para o texto completo	Atende. DOI atribuído aos manuscritos desde o primeiro número
17	Textos completos em XML	Deve ter os artigos dos textos completos estruturados em XML. O arquivo XML dos diferentes tipos de documentos deve vir acompanhado das imagens em alta definição e do arquivo PDF	Atende. Todos os manuscritos possuem textos completos em XML
18	<i>Marketing</i> e divulgação	Devem contar com um plano operacional de marketing e divulgação, exigindo-se como mínimo, gestão de uma lista atualizada de pesquisadores, autores e usuários nacionais e internacionais, leitores e instituições. Produção de <i>press releases</i> de cada novo número ou de novos artigos selecionados. Utilizar as redes sociais para disseminação das novas pesquisas	Atende parcialmente. A divulgação é efetuada após o lançamento de cada número através das redes sociais e de e-mail, com listas estruturadas a instituições, autores, pareceristas e possíveis leitores, inclusive disponibilização do número na íntegra no Porta de Periódicos da Fiocruz. Porém, a divulgação não atinge níveis internacionais. Quanto ao <i>press releases</i> , é efetuada. Ainda não há utilização de redes sociais para uma divulgação mais abrangente
19	Erratas e retratações	Envio de carta indicando os motivos da retratação	Atende.
20	Responsabilidades sobre os conteúdos publicados	Responsabilidade pelo conteúdo dos periódicos é dos autores e dos editores, conforme acordos estabelecidos entre as partes	Atende. Condições para submissão - Declaração de direitos autorais

	Crêterios	Descri�o SciELO	Visa em Debate
21	Declara�o da contribui�o de autores e colaboradores	Devem apresentar uma política para registro de contribui�o de autores e colaboradores, expressa nas instru�es aos autores, com utiliza�o de dois critérios mínimos de autoria: participar ativamente da discussão dos resultados; revisão e aprova�o da versão final do trabalho	Atende. Condi�es para submissão - Carta de autoriza�o para publica�o

(*) Modalidade dourada, são periódicos financiados por institui es, porém de acesos aberto desde o início (SPINAK, 2017).

Fonte: elabora o própria. janeiro/2017.

Durante a 4^a Reunião Anual da SciELO, Abel Laerte Packer, diretor do programa SciELO, anunciou que as novas medidas para indexa o na plataforma, levariam a uma “progressiva reconfigura o dos periódicos do Brasil e das pesquisas que comunicam no contexto internacional da ciência”. Segundo ele “A ciência  , por natureza, internacional”, sendo assim, afirmou ser através do aumento da colabora o internacional que a pesquisa que se faz no país ganhar  visibilidade, onde os periódicos brasileiros irão desempenhar um importante papel (FAPESP, 2014).

Para Trzesniak (2004), cada membro do corpo editorial e assessores são formadores de autores, ou seja, o corpo editorial assegura a credibilidade de uma revista e tem responsabilidades que vão além das atividades descritas para cada fun o.

Mesmo com a ado o de algumas estratégias, como a mobiliza o dos editores para o atendimento aos percentuais mínimos da SciELO, podemos observar que não foram obtidos resultados significativos até o momento quanto a internacionaliza o da Visa em Debate⁶. Assim, serão necessários esforços e estratégias específicas para capta o de autores, editores e pareceristas com afilia o estrangeira de forma a aumentar o percentual atual. Benchimol et al (2014)

⁶ Informa o obtida por meio de consulta a atas de reuniões realizadas com a equipe da Visa em Debate, durante o ano de 2016.

em suas reflexões sobre os desafios dos editores científicos, ressaltou a relevância da internacionalização de uma revista em relação a mobilização de pareceristas estrangeiros para avaliar trabalhos produzidos localmente, de maneira a forçar a sintonia de seus autores com o estado internacional da arte e a elevar o reconhecimento do periódico fora do país, como veículo respeitável para colaboradores externos.

Nesse sentido, ressaltamos a afirmativa de Coura e Willcos (2003) quando apontaram para o fato de Informações extremamente importantes que deixaram de ser divulgadas adequadamente por não serem consideradas ciência universal, ou seja, excelentes artigos não são aceitos em revistas estrangeiras por serem considerados de “interesse local”.

A revista conta atualmente com financiamento da Anvisa para cinco anos (Nov/2016 – Ago/2020). Parte desse financiamento será destinada ao serviço de editoração e tradução de manuscritos para o idioma inglês (EQUIPE EDITORIAL, 2016). Esse fato coloca a Visa em Debate numa posição favorável quanto à sua sustentabilidade financeira, conseqüentemente, contribuindo positivamente para em breve atingir o percentual mínimo de artigos no idioma inglês por área temática recomendado pela SciELO. No entanto, para Benchimol et al (2014), a tradução não se configura como fator suficiente para internacionalizar a revista. Para a autora, a linguagem faz parte da cultura e se associa a um estilo de expressão. Acrescenta que para os brasileiros, um estudo sobre o Brasil é de natureza geral, e o estudo de caso trata de uma cidade ou região, um evento ou processo localizado no tempo. O que para o leitor estrangeiro, geral é o processo que tem ou teve lugar nos Estados Unidos da América ou na Europa, considerando o Brasil um caso particular. Sendo assim, é importante que o artigo vertido estabeleça uma relação entre o objeto da pesquisa e o universo do leitor estrangeiro.

Alguns periódicos brasileiros, como a Visa em Debate, possuem especificidades próprias. É característica da VISA ter foco em temas de conhecimento local, como por exemplo na área de “serviços”. No entanto, temas como nanotecnologia, métodos alternativos e produtos biológicos, representam muitas vezes novos desafios para a área da regulação sanitária, podendo assim, serem considerados de caráter internacional. A revista deve investir no potencial de internacionalização dos artigos relacionados a esses temas, porém, sem

descaracterizar o perfil da Visa em Debate. Essa questão, configura-se um desafio ao conselho editorial. Sendo assim, uma proposta interessante seria a indução de novas sessões no escopo da revista que induzam a internacionalização.

A literatura e as instituições indexadoras e reguladoras de publicações científicas, introduzem a normalização de uma publicação como um dos principais critérios para inclusão na base de dados. Embora a qualidade do conteúdo do periódico seja o que efetivamente determina a qualidade de uma revista científica, a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) define normalização como “processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas”. Rother (2007) expandiu esse conceito, como “atividade reguladora que unifica formatos, procedimentos, favorece e facilita o registro, a transferência das informações para os meios impressos e/ou eletrônicos e permite a recuperação mais efetiva de documentos em sistemas de informação, além de garantir uma padronização que facilita o uso e a disseminação de seu conteúdo”.

Baseado nas diretrizes para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros propostas Braga e Oberhofer (1982), ressalta-se a preocupação da Visa em Debate em relação à qualidade da forma e as variáveis quanto aos aspectos intrínsecos, extrínsecos e de linguagem relacionados à estrutura do periódico como a normalização (legenda Bibliográfica, ISSN, endereço, periodicidade, instruções aos autores, sumário, referências bibliográficas, afiliação do autor e coautor, resumo, abstract, descritores, data de recebimento do manuscrito e periodicidade), periodicidade (período ininterrupto de existência e de publicação) e divisão do conteúdo (artigo, carta, debate, relato de experiência, resenha, resumo e revisão) desde sua primeira publicação. Aspectos que favoreceram a sua indexação em bases indexadoras como a Latindex e a LILIACS.

Quanto à divulgação por meio das redes sociais, percebemos ainda uma utilização incipiente desses meios por parte da Visa em Debate, necessitando de profissionalismo com a *expertise* necessária para uma melhor abrangência e um resultado mais eficiente. A profissionalização de equipes editoriais tem sido tema frequente de discussão entre editores e pesquisadores que analisam o desempenho de periódicos científicos (BAUMGARTEN, 2015; BENCHIMOL; CERQUEIRA; PAPI, 2014).

Packer (2014) defendeu o uso das redes como forma eficaz de *marketing* científico. Ressaltou que a profissionalização da disseminação e *marketing* tem como prioridade maximizar a presença dos periódicos e artigos nas redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, dentre outras. Além do aperfeiçoamento e racionalização dos processos, a profissionalização visa também melhorar a relação custo-qualidade.

Para Silva e Cunha (2002), o profissional do futuro deverá interagir com a modernidade, com máquinas sofisticadas e inteligentes, se tornando um agente no processo de tomada de decisão. E complementa afirmando que a realidade em que vivemos, dentro de um contexto globalizado, exige dos profissionais de todas as áreas melhor desempenho e mais eficiência. A expansão da produção editorial acaba demandando a participação de vários profissionais (MAIMONE; TÁLAMO, 2008).

4.3 ATUALIZAÇÃO DO DOCUMENTO INSTRUÇÃO AOS AUTORES

Levando-se em consideração os critérios de seleção anteriormente mencionados na metodologia, foram analisados os periódicos indexados na SciELO: Cadernos de Saúde Pública (Saúde Pública); Cadernos Saúde Coletiva; Ciência & Saúde Coletiva (Saúde Pública); Epidemiologia e Serviços de Saúde; Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; Physis: Revista de Saúde Coletiva; Revista Brasileira de Epidemiologia; Revista de Saúde Pública (Saúde Pública); Saúde e Sociedade e Saúde em Debate.

Sendo assim, em 22 de março de 2016, durante reunião de equipe da revista, foi proposta a atualização e adequação do documento referente às “Instruções aos autores” da *Visa em Debate* após a análise comparativa dos 10% dos periódicos selecionados da área da Ciência da Saúde, de modo a deixá-lo mais claro e objetivo. Recomendamos, por exemplo, o detalhamento sobre o processo de avaliação, a inclusão dos eixos temáticos, a definição de resumo estruturado, dentre outros

ajustes (**APÊNDICE D**). Das instruções aos autores analisadas, não foi constatada uma padronização desse documento quanto às características mínimas exigidas pela SciELO, já que alguns documentos disponíveis nos sítios eletrônico dos periódicos pesquisados apresentavam informações mais detalhada que outros.

Segundo Braile, Brandau e Monteiro (2007), a indexação contribuiu para a sobrevivência da revista, pelas vantagens ofertadas de visibilidade e acessibilidade, como facilidades relacionadas à localização e ao acesso ao conteúdo completo. Sendo vista como um serviço que oferta facilidades às revistas indexadas. Ribeiro (2006) ressaltou que a indexação de um periódico denota um parâmetro de qualidade ao periódico e reconhecimento de seu mérito, conseqüentemente para os autores que constantemente passam por mensurações de seu desempenho acadêmico. Apresenta desta forma a questão da qualidade associada ao uso de indicadores e a visibilidade ofertada pela indexação às revistas e aos autores.

Em anuência com o pensamento de Abel Packer (2013), em entrevista com o “Boletim do Portal de Revistas Eletrônicas da PUC-SP”, a indexação no SciELO representa uma certificação de que o periódico cumpre todos os critérios que o programa estabelece quanto ao uso dos padrões de comunicação científica e da qualidade das pesquisas que publica. Segundo Packer, o programa visa aumentar a visibilidade, acessibilidade, uso, impacto e credibilidade dos periódicos que indexa. Os objetivos, princípios, metodologia e tecnologia do Programa SciELO da FAPESP são compartilhados com outros países que, de modo similar, desenvolvem coleções nacionais dos seus periódicos de qualidade. Além disso, a coleção SciELO reúne revistas científicas produzidas no Brasil e na América Latina que interoperam com todos os índices internacionais por meio dos metadados dos artigos (REVISTA PESQUISA FAPESB, 2002).

Oliveira (2005) explica que a indexação de um periódico na SciELO segue critérios de seleção adotados por bases de dados internacionais, e por isso, conseqüentemente, os periódicos ali indexados ganham visibilidade internacional. Fato que vem atraindo o interesse de editores em aprimorar as publicações para que elas possam ser incluídas na SciELO.

Dessa forma, percebe-se que o mercado de editoração científica no Brasil tem passado por diversas mudanças. Kimura (2015), afirmou que a partir de 2014,

dois eventos geraram debates acerca de importantes alterações na dinâmica de periódicos científicos no Brasil, que valem a pena ser citados: a proposta da CAPES em financiar a publicação de revistas nacionais por editoras internacionais, e os novos critérios para admissão e permanência de periódicos na coleção SciELO. O autor enfatizou que essa iniciativa da CAPES encontrou tanto apoiadores quanto críticos.

A participação de periódicos em editais de agências de fomento passou a estar associada a exigências de indexação a bases de dados como a SciELO e à classificação do Qualis CAPES, como foi o caso dos Editais da CAPES e do CNPq, ambos lançados em 2016, para apoio à publicação de periódicos científicos, em que existia a exigência que os periódicos participantes fossem indexados na SciELO e com classificação mínima B2 no Qualis da área ou subárea de conhecimento para o qual estivesse se candidatando (CAPES, 2016, CNPq, 2016).

Dos 10% dos periódicos da área Ciência da Saúde comparados com a *Visa em Debate*, foram encontrados apenas os FI dos periódicos “Memórias do Instituto Oswaldo Cruz”, “Ciência & Saúde Coletiva” e “Revista de Saúde Pública” (**Tabela 21**). O FI dos periódicos científicos é um dos instrumentos bibliométricos existentes e tem como objetivo aferir a produção científica dos autores, a qualidade das publicações e classificar os periódicos científicos inseridos no *Journal Citations Reports do ISI* (RUIZ, GREGO, BRAILE, 2009).

Não obtivemos resposta positiva no resultado da busca da classificação do Qualis para o periódico “Physis: Revista de Saúde Coletiva”, pois não existiam dados cadastrados para a pesquisa realizada, conforme **tabela 21**. Observa-se que o FI e a avaliação do *Qualis* da CAPES não foram fatores determinantes para indexação na SciELO.

Segundo Maíra Baumgarten (2015), a profissionalização das equipes editoriais é um dos mais significativos problemas enfrentados pelos periódicos, uma vez que, os editores são também professores, pesquisadores e não têm como assumir o trabalho de gestão executiva, que envolve conhecimento aprofundado dos sistemas de gerenciamento editorial. Por outro lado, a própria atividade de coordenação editorial já é uma atividade bastante absorvente (BAUMGARTEN, 2015).

Tabela 21 – Periódicos selecionados e os fatores de impacto no SciELO e no *Web of Science*, além da classificação no Qualis/CAPES

Periódicos	Fator de impacto SciELO	Web of Science Journal Impact Factors	Qualis CAPES (*)
Cadernos de Saúde Pública (Saúde Pública – ISSN 0102-311X)	0,4435	0,920	A2
Cadernos Saúde Coletiva (ISSN 1414-462X)	0,2479	NP	B2
Ciência & Saúde Coletiva (Saúde Pública – ISSN 1413-8123)	0,4419	0,669	B1
Epidemiologia e Serviços de Saúde (ISSN 2237-9622)	NP	NP	B2
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (ISSN 1678-8060)	0,3220	1,789	B1
Physis: Revista de Saúde Coletiva (ISSN 0103-7331)	0,4141	NP	NP
Revista Brasileira de Epidemiologia (ISSN 1415-790X)	0,4879	NP	B1
Revista de Saúde Pública (Saúde Pública – ISSN 0034-8910)	0,3992	NP	A2
Saúde e Sociedade (ISSN 0104-1290)	0,3602	NP	B1
Saúde em Debate (ISSN 0103-1104)	0,3373	NP	B2

NP = não possui

(*) Área de Saúde Coletiva, ano base 2015

Fonte: SciELO. *Impact factor on a two-year basis*; Plataforma Sucupira/CAPES e o sítio eletrônico de cada periódico pesquisado, fevereiro de 2017.

No entanto, Packer (2014) afirmou que os periódicos brasileiros vêm obtendo bons resultados quanto ao aperfeiçoamento da gestão e profissionalismo dos processos editoriais, publicação, disseminação e marketing, sem perder o caráter científico. Esses resultados estão alinhados à promoção da profissionalização, internacionalização e sustentabilidade dos periódicos, aspectos que a SciELO vêm priorizando para o aumento continuado da credibilidade, visibilidade, influência e impacto das pesquisas publicadas nos periódicos brasileiros.

5 CONCLUSÕES

Ao analisar a evolução dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas publicados no triênio observou-se que em 2015 a revista atingiu o número mínimo de artigos exigidos pela base indexadora SciELO.

Verificou-se que a maioria dos manuscritos correspondeu à publicação no idioma português.

Embora o percentual de endogenia institucional tenha se apresentando consideravelmente alto, as afiliações dos coautores, em sua maior parte não pertenciam a Fiocruz ou ao INCQS.

A região Sudeste apresentou maior representatividade na distribuição de autor/coautor por região brasileira, e o Rio de Janeiro foi o estado com maior expressão participativa.

Em relação à classificação dos macroeixos da VISA com os manuscritos publicados e atuação dos pareceristas, foi verificado que o eixo IV “Sociedade e Vigilância Sanitária” ainda apresenta baixa representatividade. Mesmo com esforços e investimentos por parte da Anvisa desde a criação do documento do PEP Visa.

A Visa em Debate atende grande parte dos critérios exigidos pela SciELO, no entanto, um dos desafios a ser superado é o da internacionalização. A revista apresenta dificuldades em atingir os percentuais mínimos anuais recomendados para a diversidade de editores associados, de pareceristas e de autores com afiliação estrangeira.

O tempo médio obtido para publicação dos artigos, debates, relatos de experiência e resenhas do triênio, está dentro do aceitável pela SciELO, de até doze meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e publicação do manuscrito, e de até seis meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e de decisão final quanto à publicação. Embora o envio e o recebimento dos manuscritos sejam por meio eletrônico. Um ponto que necessita de aprimoramento, é o processo de revisão por pares, no sentido de diminuir o tempo médio de publicação.

Podemos considerar adequada a taxa de rejeição da Visa em Debate, quanto ao escopo e qualidade dos manuscritos, das publicações do triênio analisado, levando em relação ao seu período de existência, as dificuldades em atrair artigos, garantir o fechamento de um número e manter a periodicidade.

Os manuscritos publicados no triênio estão sendo citados. Porém, um estudo mais aprofundado será necessário para avaliar o índice das citações e o alcance a outros periódicos.

Podemos observar que em relação à forma, a Visa em Debate foi criada com padrões normativos compatíveis com os da SciELO, a normalização técnica da revista apresentou padronização desde os números iniciais, o que facilitará tanto a recuperação quanto a disseminação das informações das pesquisas.

Ao término da análise documental, das “instruções aos autores” dos periódicos analisados indexados à SciELO, foi constatado que não há um impedimento para a indexação de novos periódicos em relação ao fator de impacto ou à classificação do Qualis da CAPES.

Em suma, considerando o período analisado da revista, podemos afirmar que o conselho editorial da Visa em Debate possui atualmente, como maior desafio, a internacionalização do periódico visando à indexação em novas bases científicas. Principalmente, por se tratar de um periódico com especificidades próprias e características da VISA devido ao foco em temas de conhecimento local, como por exemplo na área de “serviços”.

No entanto, mesmo com a identificação de questões a serem aperfeiçoadas, considera-se que a Visa em Debate se configura como principal veículo de publicação e divulgação científica da área de Vigilância Sanitária.

6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TECNOLÓGICO ESPERADO

Relatório de análise crítica das informações do primeiro triênio (2013-2015) de existência da Visa em Debate, visando contribuir com o planejamento das ações da revista para os próximos anos, bem como, com a indexação em novas bases.

Este estudo será encaminhado à Direção do INCQS e a Diretoria Colegiada da Anvisa com o intuito de fornecer informações que elucidem questões e possibilite subsidiar à elaboração de políticas de pesquisa na área de VISA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Victor. **Centro Brasileiro do ISSN lança nova página na web**. Brasília: Núcleo de Comunicação Social do IBICT, 2017. Disponível em: <<http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2017/centro-brasileiro-do-issn-lanca-nova-pagina-na-web>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

AGENCIA IBEROAMERICANA PARA LA DIFUSIÓN DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGÍA. **O que podemos aprender com editores de periódicos de alto impacto?** Ciência Brasil. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.dicyt.com/noticia/o-que-podemos-aprender-com-editores-de-periodicos-de-alto-impacto>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em vigilância Sanitária (ANPPVISA)**. Brasília: Núcleo de Educação, Pesquisa e Conhecimento, 2011. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3048f900474576208428d43fbc4c6735/Prioridades_de_Pesquisa_em_Vigilancia_Sanitaria.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Plano Estratégico de Pesquisa em Vigilância Sanitária (PEP VISA)**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/divulga/reportagens/pep-visa.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

ANGELON, Elisabete Maria; COLEPICOLO, Eliane. **CAPES lança edital para apoiar publicação de periódicos científicos até 17 de julho de 2016**. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufscar.br/noticias/capes-lanca-edital-para-apoiar-publicacao-de-periodicos-cientificos-ate-17-de-julho-de-2016>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ARAÚJO, Daniella Guimarães de et al. Produção Científica Brasileira em Vigilância Sanitária. **Visa em Debate**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 22-26, 2014.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, 1999.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 2, n. 3, p.67-84, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS. 2017. Disponível em: <<https://www.abecbrasil.org.br/novo/abec-brasil/>>. Acesso em: fev. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. GT Vigilância Sanitária/REVISA, 2006. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/grupos/menu_extra.php?id_gt=14&id_gt_menu=1>. Acesso em: fev. 2017.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Orgs.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005

BAUMGARTEN, Maíra. Gestão de periódicos científicos em ciências sociais: uma experiência. **Pensata**, São Paulo, v.4, n.2, 2015. Disponível em: < <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/Maira.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

BENCHIMOL, Jaime; CERQUEIRA, Roberta; PAPI, Camilo. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.40, n.2, p. 347-364, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a04.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**. São Paulo, v.75, 2016. Disponível em: < <http://revistas.bvs-vet.org.br/rialutz>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Revista Brasileira de Vigilância Sanitária = Brazilian Journal of Health Surveillance**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://ses.sp.bvs.br/lis/resource/18328#.WMmt_vkrLIV>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39). p. 122-155.

BRAGA, Gilda Maria; OBERHOFER. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Revista Latino-americana de Documentación**, v. 2, n. 1, p. 27-31, 1982.

BRAILE, Domingo M., BRANDAU, Ricardo, MONTEIRO, Rosângela. A Importância da Indexação para as Revistas Científicas. **Revista brasileira de cardiologia invasiva**. São Paulo, v. 15, n. 4, p. 341-342, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.527 de acesso à informação**. 18 nov. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2015.

BUSS, Paulo Marchiori; GADELHA, Paulo. Fundação Oswaldo Cruz: experiência centenária em biologia e saúde pública. **São Paulo em Perspectiva**. v. 16, n. 4, p. 73-83, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000400012>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

CARVALHO, Leandro et al. Produção e citação em Saúde Coletiva: um olhar a partir dos periódicos Cadernos de Saúde Pública e Revista de Saúde Pública. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12 p.3023-3030, 2007.

COHEN, Mirian Miranda. **Produção científica e inovação na gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: rede de autoria e complexo industrial da saúde (1999-2009)**. 2011. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública)– Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares. Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 883-888, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Chamada MCTIC/CNPq Nº 25/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://resultado.cnpq.br/4422375891307986>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Qualis-Periódicos**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

COSTA, Ediná Alves. **Vigilância Sanitária: proteção e defesa da saúde**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, 2004. 496 p.

COSTA, Raphel Raniere de Oliveira; FILHO, João Bosco; MEDEIROS, Soraya Maria de. Perfil das publicações de vigilância sanitária em periódicos nacionais indexados na SciELO. **Visa em Debate**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 14-21, 2014.

COSTA, Sely. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, 2008, Rio de Janeiro, p. 218-232. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

COURA, José Rodrigues; WILLCOS, Luciane de CB. Impact factor, scientific production and quality of brazilian medical journals. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v.98, n.3, p. 293-7, 2003.

ENTREVISTA com Albel L. Packer. **Boletim do Portal de Revistas Eletrônicas da PUC-SP**, São Paulo, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/acessoaberto/article/view/13650/10151>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FERNANDES, Maria Judite Bittencour. **Atuação da ABEC na Gestão dos Periódicos Técnicos-científicos Brasileiros**. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/ix/downloads/Workshop%20Editores-Anpcont%20-%20Ma.Judite-.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa,

2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/12040>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. A Editoração Eletrônica de Revistas Científicas Brasileiras: o Uso de SEER/OJS. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 80-171, 2008.

_____. Visibilidade de revistas científicas: um estudo no Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 177-190, 2014.

FERREIRA, Elisabete Lorensi. **Periódicos científicos na área de turismo no Brasil**: avaliação de seus aspectos formais e visibilidade. 2009, 86 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Manuel Aníbal Silva Portugal Vasconcelo. O processo editorial: da submissão à rejeição (ou aceite). **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, São Paulo, v.12, n.3, 2013. Disponível em: <file:///D:/simone.teixeira/Downloads/O_Processo_Editorial_da_Submissao_a_Rejeicao_ou_Ac.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Senac-SP; Cengage-Learning, 2008.

FONSECA, Emilio Prado. Novos rumos para a pesquisa em Vigilância Sanitária no Brasil. **Visa em Debate**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 22-26, 2013. Disponível em: <<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/27/42>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Vigilância Sanitária Ganha Revista**. Agência Fapesp: São Paulo, 2005. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/vigilancia_sanitaria_ganha_revista/3331/>. Acesso em 12 jan. 2017.

_____. **SciELO, um modelo reconhecido**. Pesquisa Fapesp: São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2002/03/01/scielo-um-modelo-reconhecido/>>. Acesso em 10 mar. 2017.

_____. **SciELO anuncia medidas para internacionalização de periódicos científicos**. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/scielo_anuncia_medidas_para_internacionalizacao_de_periodicos_cientificos/20356/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. SciELO, um modelo reconhecido. **Revista Pesquisa**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.org/local/content/pdf/060.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). **Plano Quadrienal da Fiocruz 2005-2008**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

_____. **Na Fiocruz: contexto.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/na-fiocruz>>. Acesso em: 27 out. 2015.

_____. **Portaria da Presidência nº 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas, São Paulo, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Atlas, São Paulo, 2008.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Disponível em: <<http://www.ial.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GORDON, M. D. A critical reassessment of inferred relations between multiple authorship, scientific collaboration, the production of papers and their acceptance for publication. **Scientometrics**, v.2, n.3, 1980, 193-201.

GRUSZYNSKI, Ana. **Periódicos científicos eletrônicos e critérios de qualificação da comunicação científica.** Porto Alegre: UFRGS, [2012]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propesq1/sobrelinks/arquivos/texto_orientacao_oficina.pdf>. Acesso em 12 out. 2015.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Instruções aos autores da Revista do Instituto Adolfo Lutz.** São Paulo, [2015]. Disponível em: <<http://www.ial.sp.gov.br/ial/publicacoes/revista-do-instituto-adolfo-lutz/politica-editorial>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Política editorial.** São Paulo, [2015]. Disponível em: <<http://www.ial.sp.gov.br/ial/publicacoes/revista-do-instituto-adolfo-lutz/politica-editorial>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E CIÊNCIA EM TÉCNOLOGIA. Disponível em: <www.ibict.br>. Acesso em: 5 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAÚDE. Disponível em: <https://www.incqs.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=68>. Acesso em: 10 jan. 2017.

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Ben R. What is research collaboration? **Research Policy**, v. 26, 1997. Disponível em: <http://users.sussex.ac.uk/~sylvank/pubs/Res_col9.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

KIMURA, Herbert. Desafios da Editoração de Periódicos Científicos no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea.** Curitiba, v.19, n.1, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552015000100002>. Acesso em: 11 fev. 2017.

KRZYŻANOWSKI, Rosaly Fávero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27,

n. 2, p. 165-175, 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/798>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

LIMA, Nísia Trindade. **Fiocruz terá campus virtual até o final de 2015**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <<http://www.politica.org.br/cct/?p=2219>>. Acesso em: 12 out. 2015.

LUCHESE, Geraldo. **A vigilância Sanitária no Sistema Único de Saúde**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 1, 2001, Brasília. Brasília: ANVISA, 2001. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/conavisa/cadernos/eixo2_texto05.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MAIMONE, G; TÁLAMO, Maria de Fátima. A atuação do bibliotecário no processo de editoração de periódicos científicos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.2, p. 301-302, 2008.

MALAVOLTA, Eduardo Angeli; GOBBI, Riccardo Gomes; MANCUSO Filho, José Antonio; DEMANGE, marco, Kawamura. Análise crítica das publicações científicas da revista brasileira de ortopedia no período de 2006 a 2010. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v.48, n.3, p.211-215, 2013.

MARCHLEWSKI, Camila et al. A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.17 n.1, p.104-116, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/motriz/v17n1/a12v17n1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

MENEGHINI, Rogério. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.2, p. 219-220, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/meneghini.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLO, Miguel Ángel Márdero. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 76-86, 2005.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.2, p.27-38, 2006.

NAHASI, Fabio Xerfan; FERREIRA, Lydia Masako. A escolha do periódico: How to choose a journal to submit an article. **Acta Cirurgica Brasileira**, São Paulo, v.20, suppl. 2, 2005.

OLIVEIRA, Érica Beatriz. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.2, p.34-42, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28553.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. 2017.

OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise dos periódicos Brasileiros de contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v.13, n.29, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772002000200005>. Acesso em 7 mai. 2016.

PACKER, Abel. Os desafios da profissionalização. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2014/06/16/os-desafios-da-profissionalizacao/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Os periódicos brasileiros e a comunicação da pesquisa nacional. **Revista USP**, São Paulo, n.89, p.26-61, 2011. Disponível em: <<http://rusp.scielo.br/pdf/rusp/n89/04.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PACKER, Abel L.; MENEGHINI, Rogério. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. **Comunicação & Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angel Lara, 2006. Cap. 9, p. 237-259.

PAKER, Abel L. et al. Acelerando a comunicação das pesquisas: as ações do SciELO. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2016/03/10/acelerando-a-comunicacao-das-pesquisas-as-aco-es-do-scielo/>>. Acesso em 20 fev. 2017.

PENDERGAST, G. The art of reviewing. **International Journal of Advertising**, v.26, n.2, 2007.

RIBEIRO, Maria Piedade Fernandes. A importância da indexação para a difusão do conhecimento comunicado nas revistas técnico-científicas. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/376>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ROTHER, Edna Terezinha. O papel da normalização nas publicações científicas. **Revista brasileira de oftalmologia**. Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802007000400001>. Acesso em: 12 jul. 2016.

RUIZ, Milton Artur; GRECO, Oswaldo Tadeu; BRAILE, Domingo Marcolino. Fator de impacto: importância e influência no meio editorial, acadêmico e científico. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, v.24, n.3, São José do Rio Preto, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382009000400004>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; NASCIMENTO, Maria Marta. Preparando um periódico científico. In: _____. **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, 2009. Cap. 2, p. 35-74.

SANTANA, Solange Alves; FRANCELIN, Marivalde Moacir. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.12, n.1, p. 2-26, 2016.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ON-LINE. Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.SciELO.br/avaliacao/20141003NovosCriterios_SciELO_Brasil.pdf>. Acesso em: 03 mar 2016.

_____. **SciELO – modelo de publicação eletrônica para países em desenvolvimento**. São Paulo, [2014]. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; CUNHA, Miriam Vieira. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300008>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertações**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SPINAK, Ernesto. Os artigos em acesso aberto chegaram para ficar: em menos de 10 anos aproximam de 50% do nível mundial. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2013/08/28/os-artigos-em-acesso-aberto-chegaram-para-ficar-em-menos-de-10-anos-aproximam-de-50-do-nivel-mundial/#.WNsph_krLIV>. Acesso em: 15 de fev. 2017..

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DA SAÚDE. Simbravisa 2013. **Notícias**, 2013. Disponível em: <<http://www.suvisa.ba.gov.br/content/simbravisa-2013>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

TORRES, Claudio. **A bíblia do marketing digital**: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Novatec, 2009.

TRZESNIAK, Piotr. A estrutura editorial de um periódico científico. In: SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Publicar em psicologia**: um enfoque para a revista científica. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 87-102. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233401784_A_estrutura_editorial_de_um_periodico_cientifico>. Acesso em: 15 jul. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FSP lança Revista Brasileira de Vigilância Sanitária. **Agência USP de Notícias**, São Paulo, Boletim 1635 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/bols/2005/rede1635.htm#tercdestaq>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VALERIO, Palmira Moriconi. **Espelho da ciência**: avaliação do programa setorial de publicações em ciência e tecnologia da Finep. Rio de Janeiro: Finep, 1994.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webmetria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.352, n.2, p.152-162, 2002.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/20008/11612>>. Acesso em: 15 out. 2015.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM DEBATE: sociedade, ciência & tecnologia. Rio de Janeiro, [2012]. Disponível em: <<http://www.visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate>>. Acesso em: 22 set. 2014.

VILLAS BÔAS, Maria Helena Simões; PINTO, Alicia Viviana. **Ensino e pesquisa no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde**. INCQS/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000200017>. Acesso em: 15 de nov. 2016.

ZELDITCH, Morris. Processes of legitimation: recent developments and new directions. *Social Psychology Quarterly*, Washington, v.64, n.1, p.4-17, 2001. Disponível em: <<http://www-jstor-org.ez68.periodicos.capes.gov.br/stable/pdf/3090147.pdf?acceptTC=true>>. Acesso: 02 nov. 2015.

(Cont.) Demonstrativo dos manuscritos publicados por afiliação do autor principal e coautor por regiões brasileiras e filiação estrangeira. A coluna Instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após a afiliação estrangeira.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																Total Geral
	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MT	PE	PR	RJ	RN	RS	SC	SP	
Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)																1	1
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)																1	1
Instituto de Botânica (IBOT)																5	5
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)																1	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)												7					7
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)														4			4
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)															4		4
Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertão-PE)										4							4
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)												2					2
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)												15					15
Instituto Piagaçu (IPi)		1															1
Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA)				7													7
Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz (LACEN-BA)			2														2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)					1												1
Ministério da Defesa (MD)												1					1

(Cont.) Demonstrativo dos manuscritos publicados por afiliação do autor principal e coautor por regiões brasileiras e filiação estrangeira. A coluna Instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após a filiação estrangeira.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																Total Geral
	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MT	PE	PR	RJ	RN	RS	SC	SP	
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)												1					1
Prefeitura Municipal								2	2			4				1	9
Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT)					6												6
Secretaria Estadual de Saúde (SES)		1	1					1		3	1	2				3	12
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)		2						3				1	3				9
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)														1			1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)															3		3
Universidade de Brasília (UNB)					9												9
Universidade de Caxias do Sul (UCS)														2			2
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)				1													1
Universidade de Franca (UNIFRAN)																3	3
Universidade de São Paulo (USP)																26	26
Universidade de Taubaté (UNITAU)																1	1
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)													1				1
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)			3														3
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)												5					5

(Cont.) Demonstrativo dos manuscritos publicados por afiliação do autor principal e coautor por regiões brasileiras e filiação estrangeira. A coluna Instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após a afiliação estrangeira.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																Total Geral
	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MT	PE	PR	RJ	RN	RS	SC	SP	
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)																1	1
Universidade Potiguar (UNP)													1				1
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo (URISAN/RS)														4			4
Universidade Veiga de Almeida (UVA)												1					1
Subtotal	3	13	22	26	42	7	6	53	2	10	19	266	13	56	14	77	629
Instituições estrangeiras																	
Instituto Superior de Engenharia do Porto (Requimte)																	3
Universidad Autonoma de Zacatecas (UAZ)																	1
Universidad del Pais Vasco																	1
Subtotal																	5
Total Geral	3	13	22	26	42	7	6	53	2	10	19	266	13	56	14	77	634

AL = Alagoas; AM = Amazonas; BA = Bahia; CE = Ceará; DF = Distrito Federal; ES = Espírito Santo; GO = Goiás; MG = Minas Gerais; MT = Mato Grosso; PE = Pernambuco; PR = Paraná; RJ = Rio de Janeiro; RN = Rio Grande do Norte; RS = Rio Grande do Sul; SC = Santa Catarina; SP = São Paulo.

Fonte: Elaboração própria através de consulta a Plataforma da revista Visa em Debate Em 17 jan. 2016.

APÊNDICE B

Demonstrativo de afiliação do conselho editorial por instituições brasileiras de ensino superior, por ordem alfabética.

Instituição brasileira de ensino superior	Número de membros do Conselho editorial
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG)	1
Faculdade de Ciências Médicas, Universidade de Pernambuco (FCMUPE)	1
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)	1
Universidade de Brasília (UNB)	1
Universidade de São Paulo (USP)	3
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	4
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	3
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	1
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1

Fonte: Elaboração própria. Fevereiro/2017.

(Cont.) Demonstrativo dos pareceristas por afiliação de regiões brasileiras e afiliação estrangeira. A coluna da instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após, as instituições estrangeiras por ordem alfabéticas.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																				Total	
	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC	SP		TO
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)												1										1
Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)																		1				1
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)																				1		1
Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE)																				1		1
DKMA ADVOGADOS															1							1
Departamento de Segurança da Informação e Comunicação (DSIC)				1																		1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)				4											4						2	10
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)																			1			1
Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo (Episus-SP)																				1		1

(Cont.) Demonstrativo dos pareceristas por afiliação de regiões brasileiras e afiliação estrangeira. A coluna da instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após, as instituições estrangeiras por ordem alfabéticas.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																			Total			
	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC		SP	TO	
Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD)	1																						1
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)															1				1		4		6
Fundação Ezequiel Dias (FUNED)							7																7
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)																			1				1
Governo do Estado de Goiás (GOVGO)						1																	1
Granado Farmácias (Granado)															1								1
Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)																				2			2
Hospital Sanatório Partenon (HSP)																				1			1
Instituto Agrônômico de Campinas (IAC)																					2		2
Instituto Adolfo Lutz (IAL)																					9		9
Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos (IBTec)																				1			1
Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)																					1		1
Instituto Evandro Chagas (IEC)											1												1
Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa (IEP)																					1		1

(Cont.) Demonstrativo dos pareceristas por afiliação de regiões brasileiras e afiliação estrangeira. A coluna da instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após, as instituições estrangeiras por ordem alfabéticas.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																			Total			
	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC		SP	TO	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)															2								2
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)														1									1
Instituto Nacional de Tecnologia (INT)															3								3
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)																					2		2
Instituto de Saúde (IS)																					1		1
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (ISCOMPA)																		1					1
Instituto de Tecnologia de Alimento (ITAL)																					4		4
Laboratório de Saúde Pública (LACEN)						3						1		1									5
Laboratório de Micotoxinas (LAV)							1																1
Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie)																					1		1
Ministério da Saúde (MS)				2																			2
Ministério dos Transportes (MT)				1																			1
Laboratório Nanophoton (Nanophoton)																					1		1

(Cont.) Demonstrativo dos pareceristas por afiliação de regiões brasileiras e afiliação estrangeira. A coluna da instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após, as instituições estrangeiras por ordem alfabéticas.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																				Total		
	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC	SP		TO	
Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)				2																			2
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO)															2								2
Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás)															1								1
Pontifícia Universidade Católica (PUC)						1	1							2	1								5
Rede Metrológica do Estado de São Paulo (Remesp)																					1		1
Rede Nacional Para Investigação de Surtos e Eventos Adversos em Serviços de Saúde (Reniss)															1								1
Hospital Samaritano de São Paulo (Samaritano)																					1		1
Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (SBPC)															1								1
Secretaria de Estado de Saúde (SES)		1				1	4				1			1	2	1					3		14
Hospital Sírio-Libanês (Sírio-Libanês)																					1		1
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)							1								1								2
Instituto de Arte & Humanismo (StudioClio)																			1				1

(Cont.) Demonstrativo dos pareceristas por afiliação de regiões brasileiras e afiliação estrangeira. A coluna da instituição encontra-se por ordem alfabética e logo após, as instituições estrangeiras por ordem alfabéticas.

Instituições Brasileiras	Unidade Federativa																				Total		
	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RR	RS	SC	SP		TO	
Jeanne de Flandre Children's Hospital																							1
Pan American Health Organization (PAHO)																							1
Universidad de Buenos Aires (UBA)																							1
Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)																							1
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Utad)																							1
Universidade do Porto (U.Porto)																							2
University of Manitoba																							1
Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM)																							1
World Health Organization (WHO)																							1
Subtotal																							16
Total Geral																							739

Fonte: Elaboração própria. Jan/2017.

AM = Amazonas; BA = Bahia; CE = Ceará; DF = Distrito Federal; ES = Espírito Santo; GO = Goiás; MG = Minas Gerais; MS = Mato Grosso do Sul; MT = Mato Grosso; PA = Pará; PB = Paraíba; PE = Pernambuco; PI = Piauí; PR = Paraná; RJ = Rio de Janeiro; RN = Rio Grande do Norte; RR = Roraima; RS = Rio Grande do Sul; SC = Santa Catarina; SP = São Paulo; TO = Tocantins.

APÊNDICE D

Proposta de documento atualizado referente às “Instruções aos autores”.

Diretrizes para Autores

1. Objetivo e política editorial

Visa em Debate publica textos multi e interdisciplinares inéditos que contribuam ao estudo da Vigilância Sanitária e das disciplinas afins.

A publicação dos manuscritos depende de avaliação por pares e aprovação por parte dos membros da Comissão Editorial. A aprovação para publicação será baseada no conteúdo científico e na apresentação do manuscrito. Aceitam-se textos em português, inglês e espanhol.

Na intenção de evitar possíveis conflitos de interesse com os pareceristas, pede-se para que os autores não se identifiquem no corpo do texto.

A periodicidade da revista é trimestral, podendo ser publicados números temáticos que abordem temas relevantes de cunho crítico e reflexivo.

O periódico está disponível online, de acesso aberto e gratuito, portanto, livre para qualquer pessoa ler, baixar e divulgar os textos com fins educacionais e acadêmicos.

Os manuscritos deverão estar inseridos no âmbito dos quatro eixos temáticos norteadores da vigilância sanitária (<http://www.anvisa.gov.br/divulga/reportagens/pep-visa.pdf>):

1. Políticas, organização e gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
2. Objetos de Intervenção;
3. Tecnologia ou instrumentos de intervenção;
4. Vigilância Sanitária e Sociedade.

2. Seções de publicação

Os manuscritos enviados para análise podem inserir-se nas seguintes seções:

Artigo – Resultado de investigação empírica, experimental ou conceitual sobre determinado tema (máximo de 7.000 palavras e 5 ilustrações);

Carta - Comentário sobre a edição anterior (máximo de 1.200 palavras);

Comunicação breve – contempla resultados preliminares de pesquisa, ou ainda resultados de estudos originais que possam ser apresentados de forma sucinta (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações);

Debate – Debate sobre tema relevante que expresse a posição dos autores e que poderá ser confrontado ou complementado por um ou mais textos com opiniões distintas ou alinhadas com as do primeiro texto (máximo de 7.000 palavras e 5

ilustrações). Os manuscritos submetidos à seção Debate serão sempre requisitados aos autores por meio de convite;

Relato de experiência – Exposição de uma determinada atividade prática ou experiência laboratorial que ocorra durante a implementação de um programa, projeto ou situação problema, sem o objetivo de testar hipóteses. Deve ser fundamentada por aporte teórico (máximo de 3.500 palavras e 3 ilustrações);

Resenha – Resenha crítica de livro publicado nos últimos dois anos relacionada ao tema da vigilância sanitária e disciplinas afins (máximo de 1.200 palavras);

Resumo - Documento apresentando resumo de pesquisa divulgada ou publicada anteriormente em anais de congressos;

Revisão - Revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à vigilância sanitária com descrição de métodos e procedimentos consagrados para revisão (máximo de 7.000 palavras e 5 ilustrações).

3. Apresentação dos manuscritos

Formato dos manuscritos

O arquivo com o texto do manuscrito deve estar nos formatos .doc (Microsoft Word), .rtf (Rich Text Format) ou .odt (Open Document Text).

A formatação do texto deve seguir os seguintes padrões: utilizar fonte Arial, parágrafo com alinhamento justificado e com espaçamento entre linhas de 1,5. A fonte deve estar em negrito e em tamanho 16 para o título, 14 para os subtítulos. Em itálico e tamanho 12 para a identificação dos autores. Para o corpo do texto, fonte normal e em tamanho 12. Favor não escrever nem título, nem subtítulo em letras capitais. O texto deverá ser numerado por linhas.

As figuras deverão vir na extensão .tiff ou .jpg em alta qualidade, sem compressão e com definição mínima de 300 dpi. Tabelas e legendas de figuras devem ser submetidas no corpo do texto, próximas de onde foram citadas. As ilustrações deverão ser encaminhadas como arquivo suplementar. Notas de rodapé e anexos não serão aceitos.

Estrutura

Dependendo da seção em que o manuscrito for submetido esse, obrigatoriamente, deverá conter: seção na qual o manuscrito se insere, título, título corrido, resumo estruturado, palavras-chave (no máximo cinco), introdução, método, resultados, discussão, conclusões, agradecimentos e referências.

Título – deve ser sucinto, preciso e refletir claramente o conteúdo do manuscrito (no idioma original e em inglês).

Título corrido – poderá ter no máximo 50 caracteres com espaços.

Nome(s) do(s) autor(es) – todos devem informar o nome completo e a afiliação institucional (em ordem crescente, por exemplo: Departamento, Faculdade e Universidade), cidade, estado e país, além de e-mail. O autor correspondente e responsável pela submissão deverá informar seu endereço, telefone e e-mail.

Resumo estruturado – deve ser preparado de forma concisa, descrevendo a finalidade e os resultados do estudo. O resumo deverá conter no máximo 200 palavras e possuir os seguintes itens: introdução, objetivo, métodos, resultados e conclusões. Os textos em português e espanhol devem apresentar resumo com versão em inglês. Se o original estiver em inglês, apresentar versão em português (Ex.: Visa em Debate v. 4, n. 3 (2016). p.35).

Palavras-chave – no mínimo 3 e no máximo de 5, traduzidas em cada língua (keywords, palabras clave), dando-se preferência aos Descritores para as Ciências da Saúde (DeCS, <http://decs.bvs.bvs.br/>) na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) visando a indexação do texto.

Introdução – Deve determinar resumidamente o propósito do estudo, apresentando claramente as justificativas, seus objetivos, o estado da arte e informações que possibilitem ao leitor a compreensão adequada dos resultados apresentados.

Método (*) – Artigos originais devem descrever o detalhamento das técnicas utilizadas de modo que favoreça a compreensão, julgamento e validação do estudo. As revisões devem possuir desenho metodológico apropriado no qual especifique critérios de inclusão e exclusão de estudos e estratégia de busca bibliográfica consistente e compatível com a finalidade do estudo. Os relatos de experiência devem descrever o contexto institucional, local e tempo de realização da experiência como também os procedimentos para alcançar os objetivos propostos na intervenção.

Resultados (*) – Oferecem uma descrição pontual dos resultados obtidos nas experiências necessárias para sustentar as conclusões da pesquisa. A seção pode ser dividida em subseções, cada uma com um subtítulo. Não repetir no texto todos os dados contidos em tabelas e ilustrações.

Discussão – Deve limitar-se à importância das novas informações, relacionando-as ao conhecimento já existente. Somente citações indispensáveis devem ser incluídas.

Resultados e discussão – Podem ser apresentados de forma combinada.

Conclusões – Devem ser apresentadas de forma clara e concisa.

Agradecimentos – Devem ser breves e citar pessoas, bolsas, projetos e apoio recebido de organismos de fomento. Os nomes de organizações de financiamento devem ser escritos integralmente. Esta seção é opcional.

Citações no texto – Devem ser indicadas em sobrescrito utilizando números arábicos, em correspondência com as referências listadas, de acordo com a sequência em que forem apresentadas no texto. No caso de citação nominal, quando houver mais de três autores, deve ser citado apenas o primeiro, seguido de “et al.”. Exemplos: Boas et al.¹⁰; Silveira e Silva²¹; Corção, Dantas e Silva⁵.

(*) Os manuscritos submetidos na seção Artigo deverão compreender todos os itens que constam da estrutura. No caso dos manuscritos submetidos nas seções Debate e Relato de Experiência não será necessária a inclusão dos itens métodos e resultados

Referências

As referências devem seguir as Normas de Vancouver, sendo numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem citadas no texto. Para mais esclarecimentos, consultar <http://www.bu.ufsc.br/ccsm/vancouver.html> (em português) ou <http://www.icmje.org> (em inglês). Resultados não publicados não devem ser incluídos na lista de referências. Os nomes das revistas devem ser abreviados de acordo com o estilo usado no *Index Medicus* (<http://www.nlm.nih.gov/>).

Alguns exemplos de referências:

I - Artigos em periódicos

a) Artigo padrão (inclua até seis autores, seguidos de et al. se esse número for excedido). Por exemplo:

Pelegri ML, Castro JD, Drachler ML. Equidade na alocação de recursos para a saúde: a experiência no Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2005;10(2):275-86. doi:10.1590/S1413-81232005000200002

Maximiano AA, Fernandes RO, Nunes FP, Assis MP, Matos RV, Barbosa CGS, et al. Utilização de drogas veterinárias, agrotóxicos e afins em ambientes hídricos: demandas, regulamentação e considerações sobre riscos à saúde humana e ambiental. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2005;10(2):483-91. doi:10.1590/S1413-81232005000200026

b) Instituição como autor:

The Cardiac Society of Australia and New Zealand. Clinical exercise stress testing: safety and performance guidelines. *Med J Aust*. 1996;164(5):282-4.

c) Sem indicação de autoria:

Cancer in South Africa [editorial]. *S Afr Med J*. 1994;84:15.

d) Número com suplemento:

Duarte MFS. Maturação física: uma revisão de literatura, com especial atenção à criança brasileira. *Cad Saúde Pública* 1993;9(Supl 1):71-84. doi:10.1590/S0102-311X1993000500008

e) Indicação do tipo de texto, se necessário:

Enzensberger W, Fischer PA. Metronome in Parkinson's disease [carta]. *Lancet*. 1996;347(9011):1337. doi:10.1016/S0140-6736(96)90987-3

II - Livros e outras monografias

a) Indivíduo como autor:

Cecchetto FR. *Violência, cultura e poder*. Rio de Janeiro: FGV; 2004.

Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8a ed. São Paulo:Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco; 2004.

b) Organizador ou compilador como autor:

Bosi MLM, Mercado FJ, organizadores. *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde*. Petrópolis: Vozes; 2004.

c) Instituição como autor:

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. *Controle de plantas aquáticas por meio de agrotóxicos e afins*. Brasília, DF::Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; 2001.

d) Capítulo de livro:

Sarcinelli PN. A exposição de crianças e adolescentes a agrotóxicos. In: Peres F, Moreira JC, organizadores. *É veneno ou é remédio: agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 43-58.

e) Resumo em Anais de congressos:

Kimura J, Shibasaki H. Recent advances in clinical neurophysiology. In: *Proceedings of the 10th International Congress of EMG and Clinical Neurophysiology*; 1995 Oct 15-19; Kyoto, Japan. Amsterdam: Elsevier; 1996.

f) Trabalhos completos publicados em eventos científicos:

Coates V, Correa MM. Características de 462 adolescentes grávidas em São Paulo. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de adolescência*; 1993; Belo Horizonte. p. 581-2.

g) Dissertação e tese:

Carvalho GCM. *O financiamento público federal do Sistema Único de Saúde 1988-2001 [tese]*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; 2002.

Gomes WA. *Adolescência, desenvolvimento puberal e sexualidade: nível de informação de adolescentes e professores das escolas municipais de Feira de Santana - BA [dissertação]*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; 2001.

III - Outros tipos de trabalho publicado:

a) Artigo de jornal:

Novas técnicas de reprodução assistida possibilitam a maternidade após os 40 anos. *Jornal Brasil*. 31 jan 2004; p. 12.

Lee G. Hospitalizations tied to ozone pollution: study estimates 50,000 admissions annually. The Washington Post. 21 jun 1996;Sect. A:3 (col. 5).

b) Material audiovisual:

HIV+/AIDS: the facts and the future [videocassete]. St. Louis: Mosby-Year Book; 1995.

c) Documentos legais:

Brasil. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial União. 19 set 1990.

IV - Material no prelo:

Leshner AI. Molecular mechanisms of cocaine addiction. N Engl J Med. In press 1996.

Cronemberg S, Santos DVV, Ramos LFF, Oliveira ACM, Maestrini HA, Calixto N. Trabeculectomia com mitomicina C em pacientes com glaucoma congênito refratário. Arq Bras Oftalmol. No prelo 2004.

V - Material eletrônico:

a) Artigo em formato eletrônico:

Morse SS. Factors in the emergence of infectious diseases. Emerg Infect Dis. 1995[acesso 5 jun 1996];1(1). Disponível em: <http://www.cdc.gov/ncidod/EID/eid.htm>

Lucena AR, Velasco e Cruz AA, Cavalcante R. Estudo epidemiológico do tracoma em comunidade da Chapada do Araripe - PE - Brasil. Arq Bras Oftalmol. 2004[acesso 12 jul 2004];67(2). Disponível em: <http://www.abonet.com.br/abo/672/197-200.pdf>

b) Monografia em formato eletrônico:

Reeves JRT, Maibach H. CDI, clinical dermatology illustrated [CD-ROM]. . 2a ed. Version 2.0. San Diego: CMEA; 1995.

c) Programa de computador:

Hemodynamics III: the ups and downs of hemodynamics [programa de computador]. Version 2.2. Orlando: Computerized Educational Systems; 1993.

4. Ineditismo

Visa em Debate só aceita manuscritos inéditos e originais. Desse modo, durante o processo de submissão, os autores deverão declarar que seu texto não foi e nem será proposto ou enviado concomitantemente para nenhum outro periódico. Qualquer divulgação posterior do manuscrito em outra publicação deve ter

aprovação expressa dos editores de ambos os periódicos. A publicação secundária deve indicar a fonte da publicação original.

Caso seja identificada a publicação ou submissão simultânea em outro periódico o manuscrito será desconsiderado, lembrando-se que tal episódio constitui grave falta de ética do autor.

5. Ética científica

Além de atenderem as legislações específicas do país no qual a pesquisa foi realizada, as questões éticas referentes às publicações de pesquisa com seres humanos são de inteira responsabilidade dos autores e devem estar em conformidade com os princípios contidos na Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1989, 1996 e 2000). O manuscrito deverá conter o número do processo e o nome do Comitê de Ética ao qual foi submetido e declarar, quando for o caso, que os sujeitos da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O Conselho Editorial da *Visa em Debate* se reserva o direito de solicitar informações adicionais sobre os procedimentos éticos executados na pesquisa.

Os editores aceitarão manuscritos descrevendo experimentos conduzidos usando animais. Esses experimentos deverão ser realizados em acordo com a legislação vigente e autorizados por Comitê de Ética no Uso de Animais. É recomendado que os autores sigam as diretrizes presentes no Guia ARRIVE (*Animal Research: Reporting of In Vivo Experiments*) que pode ser encontrado no periódico *PLoS Bio* 8(6), e1000412, 2010.

6. Conflitos de interesse

Os autores devem informar qualquer potencial conflito de interesse com pares e instituições. Inclui-se interesses políticos ou financeiros associados a patentes ou propriedade, provisão de materiais ou insumos e equipamentos utilizados no estudo pelos fabricantes.

7. Registro de material biológico de referência e de sequências de DNA

No caso de manuscritos que utilizem material biológico de referência e sequências de DNA, recomendamos que o registro e o depósito prévio desse material e das sequências sejam efetuados em coleções registradas e de acesso público, além da inclusão do respectivo número de identificação no manuscrito.

8. Autoria

Cada autor deve especificar detalhadamente o tipo de contribuição dada na elaboração da pesquisa e do manuscrito dela resultante. Tal especificação deverá vir

juntamente com a “Carta de autorização para publicação”, assinada por todos os autores, digitalizada em formato .pdf e enviada como documento suplementar.

9. Submissão *online*

A submissão de manuscritos é feita pela página da Visa em Debate (<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br>). Inicialmente é necessário efetuar o cadastro como autor, na opção cadastre-se. Após o cadastro, o autor deverá confirmar todas as condições para a submissão, inclusive a “carta de autorização para publicação” e a “declaração de direito autoral”, preencher os dados do manuscrito, passando pelos passos abaixo, para então concluir o envio.

- a) Iniciar submissão;
- b) Transferência do manuscrito;
- c) Inclusão de metadados;
- d) Transferência de documentos suplementares;
- e) Confirmação.

Se desejar, o autor poderá sugerir, potenciais consultores (nome, e-mail e instituição) que julgue capaz de avaliar o manuscrito. Esse documento deverá ser anexado no sistema no momento da transferência dos documentos suplementares. Caberá aos editores da revista a decisão de acatar ou não as sugestões dos autores.

10. Condições para submissão (os autores devem verificar e atender as condições de submissão). Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados nas condições para submissão e neste documento. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Algumas considerações deverão ser observadas:

- a) O manuscrito deverá conter os metadados (estrutura do manuscrito) de acordo com a seção em que será submetido. No entanto, alguns metadados são pertinentes a todas as seções, devendo vir nos idiomas português e inglês, como: título, resumo e palavras-chave. Manuscritos submetidos em outros idiomas também deverão apresentar os metadados no idioma português.
- b) Nos metadados da submissão é de suma importância a inclusão completa de todos os autores envolvidos no manuscrito. Os cadastros do autor e coautores deverão ser preenchidos com nome completo para efeito de emissão de documentos.
- c) No item *Indexação*, todos os campos deverão ser devidamente preenchidos.
- d) Envio da carta de autorização para publicação, digitalizada em formato .pdf e inserida como documento suplementar, no ato da submissão, devendo especificar detalhadamente o tipo de contribuição dada na elaboração da pesquisa e do manuscrito dela resultante e assinada por todos os envolvidos. Veja modelo abaixo:

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Ao Conselho Editorial da revista Vigilância Sanitária em Debate – Sociedade, Ciência & Tecnologia (Visa em Debate)

Título do Artigo:

Nome(s) do(s) autor(es):

O(s) autor(es) do presente trabalho se compromete(m) a cumprir as seguintes normas:

- 1) Todos os autores relacionados acima participaram do trabalho e responsabilizam-se publicamente por ele.
- 2) Todos os autores revisaram a forma final do trabalho e o aprovam para publicação na revista Vigilância Sanitária em Debate – Sociedade, Ciência & Tecnologia (Visa em Debate).
- 3) Este trabalho, ou outro substancialmente semelhante em conteúdo, não foi publicado, nem está sendo submetido a outro periódico ou foi publicado como parte de livro.
- 4) Especificar a contribuição individual de cada autor.
- 5) O(s) autor(es) concordam em ceder os direitos autorais do artigo à revista Vigilância Sanitária em Debate – Sociedade, Ciência & Tecnologia (Visa em Debate).

Local/Data

Assinatura do Autor Responsável

Assinatura do(s) Coautor(es)

f) Envio da Declaração de Direito Autoral, basta os autores concordarem com os termos da Declaração de Direito Autoral no ato da submissão. Veja modelo abaixo:

Declaração de Direito Autoral

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS O(s) autor(es) doravante designado(s) CEDENTE, por meio desta, cede e transfere, de forma gratuita, a propriedade dos direitos autorais relativos à OBRA à REVISTA Vigilância Sanitária em Debate – Sociedade, Ciência & Tecnologia (Visa em Debate) e, representada por FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, estabelecida na Av. Brasil, nº 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 21045-900, doravante designada CESSIONÁRIA, nas condições descritas a seguir: 1. O CEDENTE declara que é (são) autor(es) e

titular(es) da propriedade dos direitos autorais da OBRA submetida. 2. O CEDENTE declara que a OBRA não infringe direitos autorais e/ou outros direitos de propriedade de terceiros, que a divulgação de imagens (caso as mesmas existam) foi autorizada e que assume integral responsabilidade moral e/ou patrimonial, pelo seu conteúdo, perante terceiros. 3. O CEDENTE cede e transfere todos os direitos autorais relativos à OBRA à CESSIONÁRIA, especialmente os direitos de edição, de publicação, de tradução para outro idioma e de reprodução por qualquer processo ou técnica. A CESSIONÁRIA passa a ser proprietária exclusiva dos direitos referentes à OBRA, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outro meio de divulgação, impresso ou eletrônico, sem que haja prévia autorização escrita por parte da CESSIONÁRIA. 4. A cessão é gratuita e, portanto, não haverá qualquer tipo de remuneração pela utilização da OBRA pela CESSIONÁRIA.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

11. Processo de julgamento dos manuscritos

Os manuscritos submetidos que atenderem às “Diretrizes para os autores” e estiverem de acordo com a política editorial da revista serão encaminhados para avaliação. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação cega por pares serão seguidas.

Para ser publicado, o manuscrito deve ser aprovado nas seguintes etapas:

Pré-análise: a primeira análise é realizada pelo núcleo editorial. Consiste na revisão de aspectos de forma e redação científica, com base na originalidade, pertinência, qualidade acadêmica e relevância do manuscrito para a Vigilância Sanitária;

Avaliação externa por pares: os manuscritos selecionados na pré-análise serão submetidos à avaliação de especialistas na temática abordada. Nesta etapa, os revisores *ad hoc* avaliarão o mérito científico e o conteúdo dos manuscritos, com fins de aprimoramento. Os pareceres serão analisados pelos editores assistentes, que poderão propor aos Editores Científicos a aprovação ou não do manuscrito;

Redação/ Estilo: A leitura técnica dos textos e a padronização ao estilo da Revista finalizam o processo de avaliação.

Ressalta-se que, em todas as etapas, poderá ser necessária mais de uma rodada de revisão.

Em todas as etapas do processo editorial, as considerações serão enviadas aos autores com prazo definido para devolução da versão reformulada do manuscrito. Recomenda-se aos autores atenção às comunicações que serão enviadas ao endereço de e-mail informado no momento da submissão, assim como para a observação dos prazos para resposta. A não observação dos prazos para resposta,

especialmente quando não justificada dentro do prazo determinado, poderá ser motivo para descontinuidade do processo editorial do manuscrito.

Manuscritos recusados, mas com a possibilidade de reformulação, poderão retornar como novo trabalho, dando início a outro processo de julgamento.

ANEXO 1

Documento referente aos “Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil”.



Scientific Electronic Library Online

**Critérios, política e procedimentos para a admissão
e a permanência de periódicos científicos na
Coleção SciELO Brasil**

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Objetivos dos Critérios SciELO Brasil	4
3. O Comitê Consultivo SciELO Brasil	6
4. Escopo da Coleção SciELO Brasil.....	7
5. Critérios SciELO Brasil para admissão e permanência de periódicos	7
5.1. Critérios para admissão automática durante 1999, 2000 e 2001	7
5.2. Critérios de avaliação de periódicos para admissão e permanência na Coleção SciELO Brasil.....	8
5.2.1. <i>Caráter científico</i>	8
5.2.2. <i>Tipos de documentos</i>	9
5.2.3. <i>Gestão editorial</i>	9
5.2.4. <i>Avaliação de manuscritos</i>	12
5.2.7. <i>Pontualidade para admissão</i>	15
5.2.8. <i>Idioma dos títulos, resumos, palavras-chave e texto</i>	15
5.2.11. <i>Normalização das citações e referências bibliográficas</i>	18
5.2.12. <i>Política de acesso aberto</i>	18
5.2.13. <i>Registro de ensaios clínicos</i>	18
5.2.14. <i>Registro de material biológico de referência e de sequências de DNA</i>	19
5.2.15. <i>Disponibilização dos dados da pesquisa</i>	19
5.2.16. <i>Digital Object Identifier (DOI) e link para os textos completos</i>	19
5.2.17. <i>Textos completos em XML</i>	19

5.2.18. <i>Marketing e divulgação</i>	20
5.2.19. <i>Erratas e retratações</i>	20
5.2.20. <i>Responsabilidades sobre os conteúdos publicados</i>	20
5.2.21. <i>Declaração da contribuição de autores e colaboradores</i>	21
5.3. <i>Procedimentos do processo de avaliação para admissão</i>	21
5.3.1. <i>Pré-avaliação de escopo, arbitragem por pares, tempo de existência e pontualidade</i>	21
5.3.2. <i>Avaliação de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica</i>	22
5.3.3. <i>Avaliação de mérito científico por pares</i>	22
5.3.4. <i>Avaliação da admissão de periódicos pelo Comitê Consultivo</i>	22
5.4. <i>Avaliação de conjuntos de periódicos por área temática</i>	23
6. <i>Critérios de avaliação de desempenho para permanência na Coleção SciELO</i>	24
6.1. <i>Pontualidade no envio dos arquivos</i>	24
6.2. <i>Indicador de uso do periódico por downloads</i>	24
6.3. <i>Indicador de impacto de citações por artigo</i>	25
6.4. <i>Indicador de influência e presença dos artigos na Web</i>	25
6.5. <i>Indicadores de internacionalização dos periódicos</i>	25
6.6. <i>Relatório anual de desempenho</i>	26
7. <i>Parecer do processo de exclusão de títulos</i>	26
8. <i>Recursos contra decisões do Comitê Consultivo</i>	27
9. <i>Readmissão</i>	27
10. <i>Resultados das reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil</i>	27

1. Introdução

Este documento descreve os critérios, políticas e procedimentos de avaliação de periódicos científicos, adotados pelo Programa SciELO para a admissão e permanência de títulos na Coleção SciELO Brasil, também utilizado como documento de referência para a avaliação de periódicos nas demais coleções nacionais e temáticas da Rede SciELO.

O objetivo deste documento é orientar e fortalecer o desenvolvimento da qualidade científica da Coleção SciELO Brasil e contribuir para o aumento sustentável da sua visibilidade e impacto como um todo e, individualmente, dos periódicos que indexa e publica, de acordo com os padrões internacionais de indexação, publicação, interoperabilidade e avaliação de desempenho de periódicos de qualidade.

Os critérios para avaliação, indexação e permanência de periódicos na Coleção SciELO, assim como a política e os procedimentos para a sua aplicação, foram discutidos originalmente no "Seminário sobre Critérios de Avaliação e Seleção de Periódicos Científicos", realizado em abril de 1999 na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovados para a sua adoção no Projeto SciELO. Desde então, o documento é atualizado periodicamente de modo a acompanhar a evolução e prioridades da Coleção SciELO Brasil.

O documento é referido doravante como Critérios SciELO Brasil considerando que os critérios definidos e as políticas e procedimentos para sua aplicação são contextualizados para as condições e características da pesquisa e comunicação científica brasileira e as linhas prioritárias de ação do Programa SciELO/FAPESP em prol da profissionalização, internacionalização e financiamento sustentável dos periódicos que indexa e publica.

2. Objetivos dos Critérios SciELO Brasil

Os Critérios SciELO Brasil são definidos no contexto do Programa SciELO/FAPESP, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). O objetivo do SciELO é contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica por meio do aperfeiçoamento e da ampliação dos meios, infraestruturas e capacidades de comunicação e avaliação dos seus resultados veiculados por periódicos de qualidade crescente do Brasil publicados em acesso aberto.

Para a consecução de seu objetivo, o SciELO contribui para o aumento sistemático e sustentável da visibilidade, acessibilidade, qualidade, credibilidade, uso e impacto nacional e internacional de periódicos de qualidade por meio da sua indexação, publicação e interoperabilidade na Web em coleções nacionais, regionais, globais ou temáticas. O SciELO promove o desenvolvimento e operação das coleções nacionais por meio da Rede SciELO, de modo a assegurar em todas elas a adoção e obediência aos mesmos princípios, objetivos, metodologias e tecnologias.

A consecução dos objetivos do SciELO requer o aperfeiçoamento continuado dos periódicos indexados, cada um no cumprimento da sua missão e alinhados com o estado da arte

internacional em editoração, publicação, disseminação e marketing científico. Nesse sentido, a manutenção e atualização dos critérios de avaliação de periódicos, assim como das políticas e procedimentos para sua aplicação, constituem uma linha de ação fundamental do Programa SciELO. Em resumo, os Critérios SciELO Brasil têm por objetivo geral orientar o desenvolvimento da Coleção SciELO Brasil. Seus objetivos específicos são:

- a. Contribuir para o aumento da qualidade, desempenho, disponibilidade, influência e impacto dos periódicos indexados e da coleção como um todo;
- b. Contribuir para o fortalecimento da profissionalização, internacionalização, sustentabilidade financeira e inovação dos processos de indexação, editoração, publicação e interoperabilidade dos periódicos indexados e da coleção como um todo;
- c. Promover e orientar a avaliação sistemática do desempenho e impacto da coleção como um todo e especificamente dos periódicos, para contribuir em seu aperfeiçoamento e determinar a sua permanência na coleção;
- d. Manter atualizado estes critérios e os procedimentos de avaliação da qualidade e desempenho dos periódicos de acordo com as principais áreas do conhecimento científico para determinar a sua admissão e permanência na coleção, alinhados com os objetivos do Programa SciELO e o estado da arte internacional em editoração, publicação e avaliação de periódicos;
- e. Servir de referência para o desempenho das demais coleções nacionais e temáticas da Rede SciELO; e
- f. Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e infraestruturas de comunicação do sistema de ensino e pesquisa do Brasil e sua inserção internacional.

A partir de 2015, além do desempenho individual dos periódicos, os Critérios SciELO Brasil passam a orientar também a avaliação do desempenho da coleção por áreas temáticas e para o conjunto dos periódicos. O desempenho da coleção é um determinante da evolução da sua composição geral e por áreas temáticas. Para tanto, os indicadores dos critérios são especificados em termos de valores mínimos esperados e recomendados, que são ajustados para as grandes áreas do conhecimento. Os valores mínimos esperados devem ser obedecidos pelo conjunto dos periódicos de cada área temática como condição para o ingresso de novos periódicos e a permanência dos que já estão indexados. Entretanto, a maioria dos periódicos de cada área do conhecimento deverá progressivamente obedecer aos valores recomendados.

O conteúdo e a aplicação dos Critérios SciELO Brasil deverão balizar o caráter científico do Programa SciELO e da Coleção SciELO Brasil, servindo de referência para o desenvolvimento das coleções nacionais e temáticas da Rede SciELO.

3. O Comitê Consultivo SciELO Brasil

O Comitê Consultivo tem por objetivo assistir o desenvolvimento da Coleção SciELO Brasil de acordo com os objetivos do Programa SciELO e dos Critérios SciELO Brasil. Assim, com base no estabelecido neste documento, os membros do Comitê Consultivo têm a função de analisar, discutir e propor recomendações nas seguintes áreas temáticas e linhas de ação:

- a. Aperfeiçoamento do caráter científico, do desempenho, impacto e influência da Coleção SciELO Brasil como um todo e dos periódicos individualmente;
- b. Inclusão de novos periódicos na Coleção;
- c. Exclusão de periódicos da Coleção;
- d. Avaliação periódica do desempenho da Coleção SciELO Brasil como um todo e dos periódicos individualmente, propondo recomendações para seu aperfeiçoamento;
- e. Atualização dos critérios de avaliação para admissão e permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil; e
- f. Definição e aperfeiçoamento do funcionamento do Comitê, de modo a cumprir eficientemente os objetivos anteriores.

O Comitê Consultivo opera no âmbito do Programa SciELO/FAPESP e da Coleção SciELO Brasil e é constituído por cientistas editores em representação do conjunto dos editores dos periódicos SciELO Brasil segundo as principais áreas do conhecimento e por representantes de instituições de fomento à pesquisa e comunicação científica. O Comitê possui a seguinte composição:

- a. Cinco Editores Científicos em representação dos editores das áreas de Ciências Agrárias, Biológicas (incluindo Saúde), Exatas (compreendendo Engenharias e Exatas e da Terra), Humanas (incluindo Ciências Sociais Aplicadas) e Letras, Linguística e Artes, eleitos entre os editores dos periódicos das respectivas áreas indexados na Coleção SciELO Brasil, com mandato de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução consecutiva;
- b. Representante da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC);
- c. Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP);
- d. Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- e. Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e
- f. Diretor do Programa SciELO/FAPESP ou seu representante que atua como Coordenador do Comitê Consultivo.

Cada uma das representações acima deverá contar com um titular e um suplente.

O Comitê deverá reunir-se, pelo menos, três vezes ao ano e poderá contar também, em suas reuniões e atividades, com a participação de consultores e especialistas para atender finalidades específicas, quando necessário. O comitê poderá também recomendar a formação de grupos técnicos temporários para a análise de áreas temáticas e demandas específicas. Em

todo caso, a responsabilidade das decisões sobre o ingresso e exclusão de periódicos é do comitê.

Cabe ao Programa SciELO a responsabilidade de prover as funções de secretaria técnica de apoio ao funcionamento do Comitê Consultivo.

4. Escopo da Coleção SciELO Brasil

A Coleção SciELO Brasil indexa, disponibiliza e dissemina online em acesso aberto textos completos de periódicos científicos do Brasil de todas as áreas do conhecimento que publicam predominantemente artigos inéditos resultantes de pesquisa científica original, que utilizam o procedimento de avaliação por pares dos manuscritos que recebem ou encomendam e que apresentam desempenho crescente nos indicadores de cumprimento dos critérios de indexação. A coleção privilegia a admissão e permanência dos periódicos que em sua operação avançam na profissionalização, internacionalização e modelos de financiamento sustentável.

A coleção dos números e artigos de cada título individual na Coleção SciELO Brasil deve iniciar-se a partir de sua aprovação para admissão na coleção, sendo agregados paulatinamente os números retrospectivos até, pelo menos 2 anos anteriores, ou a partir do primeiro número para periódicos criados nos últimos 2 anos. Entretanto, os periódicos são livres para aportarem a publicação dos números dos anos anteriores, formatados de acordo com a metodologia SciELO.

Os textos dos periódicos podem estar escritos em qualquer idioma, de preferência nos idiomas inglês e/ou português. Entretanto, os metadados, compreendendo o título, resumo e palavras-chaves devem ter versão no idioma inglês, quando o idioma do texto é diferente do inglês.

Para a indexação e publicação na Coleção SciELO Brasil, não é necessária a publicação em papel.

O envio dos artigos dos periódicos ao SciELO deve ocorrer sem atraso, de preferência no primeiro mês do período de cobertura do novo número. Não serão incluídos ou permanecerão na coleção periódicos com números atrasados ou que pratiquem embargo, que consiste no adiamento da publicação em acesso aberto dos novos fascículos que ficam disponíveis apenas em sistemas de acesso restrito.

5. Critérios SciELO Brasil para admissão e permanência de periódicos

5.1. Critérios para admissão automática durante 1999, 2000 e 2001

Esta seção se mantém por razões de registro histórico devido ao fato de que a coleção inicial foi selecionada com base no cumprimento de condições predefinidas.

Os Critérios SciELO Brasil para admissão de novos títulos de periódicos consideraram, até o ano de 2001, as avaliações a que esses periódicos foram submetidos anteriormente, incluindo

sua participação em índices internacionais selecionados, a avaliação da FAPESP, de 1997, e a avaliação do CNPq/FINEP, também de 1997.

Até o ano de 2001, um título de periódico estaria automaticamente habilitado para admissão, caso fosse indexado em um dos índices selecionados ou caso tivesse obtido alta pontuação nas avaliações da FAPESP e do CNPq/FINEP.

Os periódicos do Brasil indexados nos seguintes índices internacionais foram automaticamente habilitados para sua primeira admissão na Coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001:

- Journal Citation Reports do então Institute of Scientific Information (ISI)
- MEDLINE/Index Medicus da National Library of Medicine (NLM) dos EUA
- PsycInfo da American Psychological Association (APA)

Os periódicos do Brasil avaliados pela FAPESP, durante o ano de 1997, que obtiveram classificação de conteúdo prioritário e desempenho classificado como “muito bom” e “bom”, foram automaticamente habilitados para sua primeira admissão na Coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001.

Os periódicos do Brasil classificados como Grupo A pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq/FINEP, durante o ano de 1997, foram indexados automaticamente na Coleção SciELO Brasil, até o ano de 2001. Entretanto, a permanência dos periódicos deste grupo na Coleção SciELO Brasil é determinada com base nos indicadores de desempenho definidos no item 6.

A partir de 2001, o ingresso e permanência de um periódico na Coleção SciELO Brasil é determinado exclusivamente por decisão do Comitê Consultivo com base na aplicação dos critérios, conforme se define a continuação em sua versão atualizada.

5.2. Critérios de avaliação de periódicos para admissão e permanência na Coleção SciELO Brasil

A seguir são descritos os critérios que são aplicados para a avaliação dos periódicos indexados na Coleção SciELO Brasil. A partir de 2015, os critérios passam a considerar também o desempenho da coleção como um todo, ou seja, a avaliação para inclusão e permanência de periódicos na coleção leva em conta a sua contribuição no desempenho do conjunto dos periódicos da área temática correspondente, que devem obedecer aos critérios mínimos estabelecidos.

5.2.1. Caráter científico

Os periódicos passíveis de indexação devem publicar predominantemente artigos originais e de revisão, entendidos como artigos de pesquisa científica e/ou ensaios relevantes para a área temática.

Os periódicos podem incluir outros tipos de documentos, como editorial, estudo ou relato de

caso, tradução e resenha crítica que não serão contabilizados como artigos originais para os indicadores de avaliação.

5.2.2. Tipos de documentos

A partir de 2015, somente serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho dos periódicos da Coleção SciELO Brasil, documentos que apresentem conteúdo científico relevante.

Editorial ou apresentação de um número, quando utilizados pelos periódicos, devem apresentar conteúdo científico que justifiquem sua indexação, publicação e seguimento de desempenho, devendo incluir dados de autoria, afiliação institucional, referências bibliográficas e conteúdo que apresente potencial para receber citações. Da mesma forma somente serão aceitas resenhas de caráter crítico que apótem novos conhecimentos além do simples resumo de uma obra.

Os seguintes tipos de documentos serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho pelo SciELO: adendo, artigo de pesquisa, artigo de revisão, carta, coleção, comentário de artigo, comunicação breve, comunicação rápida, discurso, discussão, editorial, errata, introdução, norma, relato de caso, resenha crítica de livro, resposta, retratação e retratação parcial e "outro" (quando o documento é indexado mas nenhum dos tipos anteriores se aplica). Os seguintes tipos de documentos não serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO: anúncio, calendário, chamadas, livros recebidos, notícia, obituário, reimpressão, relatório de reunião, resumo, revisão de produto, tese, tradução. O Anexo 1 descreve cada um destes tipos de documento.

Todos os documentos, sem exceção, devem ter autoria com a afiliação completa para serem aceitos pelo SciELO como especificado no item 5.2.10.

O Comitê Consultivo SciELO Brasil poderá solicitar a opinião de pareceristas para verificar a predominância de contribuições originais.

5.2.3. Gestão editorial

A gestão editorial adotada pelos periódicos indexados no SciELO deve ser devidamente informada e deve compreender como mínimo a seguinte documentação atualizada periodicamente:

- **Sobre o periódico.** Os periódicos indexados no SciELO são descritos com a seguinte documentação mínima:
 - o Título, ISSN's, data de criação, títulos anteriores se for o caso;
 - o Nome da entidade ou entidades responsáveis legalmente;
 - o Estatuto e/ou outro documento sobre a institucionalidade;
 - o Modelo de financiamento;
 - o Missão;

- Cobertura temática codificada de acordo com a classificação do CNPq, identificando primeiro e segundo nível;
 - Resumo histórico, compreendendo a origem e principais marcos no desenvolvimento do periódico, com destaque para as indexações alcançadas.
- **Instruções aos autores.** Todos os periódicos devem atualizar anualmente as instruções aos Autores, incluindo como mínimo as seguintes características:
- Tipos de documentos e escopo das pesquisas passíveis de submissão;
 - Descrição do procedimento de avaliação; e
 - Estrutura dos textos e normas bibliográficas adotadas.

O editor-chefe deve enviar ao SciELO as instruções aos autores atualizadas. O Comitê Consultivo SciELO Brasil poderá solicitar ao editor-chefe esclarecimentos sobre as instruções aos autores e fazer recomendações para seu aperfeiçoamento.

- **Fluxo editorial.** O fluxo da gestão dos manuscritos adotado pelo periódico deve ser devidamente documentado, incluindo as etapas de processamento desde o recebimento até a decisão final e os atores envolvidos. As exceções ao fluxo regular devem ser também documentadas, como por exemplo avaliação acelerada quando as circunstâncias justifiquem. No caso de apresentação de dossiês e suplementos, as responsabilidades e o fluxo editorial devem ser especificados, seja no editorial, apresentação ou introdução ao dossiê.
- **Composição da equipe editorial.** Os periódicos adotam diferentes estruturas de gestão editorial. Entretanto, essas estruturas e seu funcionamento devem ser documentados formalmente.
- **Editores-chefes.** Todos os periódicos devem ter um ou mais editores-chefes definidos, com afiliação nacional ou estrangeira. Os editores-chefes são pesquisadores nacionais ou estrangeiros reconhecidos na área do periódico e sua afiliação institucional e seus currículos atualizados devem estar disponíveis online. São responsáveis pela gestão editorial e pelo desempenho final dos periódicos. As funções principais dos editores referem-se ao desenvolvimento da política editorial e avaliação de manuscritos. São responsáveis pelo cumprimento dos critérios de indexação do SciELO. Ainda no nível de coordenação editorial, periódicos podem ter vice-editores ou editores assistentes.
 - **Corpo de editores associados ou de seção.** A gestão editorial deve contar com um ou mais grupos definidos de editores que colaboram ativa e sistematicamente com o editor-chefe na gestão do fluxo de avaliação de manuscritos, com ênfase na seleção e interação com os pareceristas e autores. Em geral, estes editores são agrupados sob a denominação de editores associados ou editores de seção, são parte formal da equipe editorial e contribuem sistematicamente na avaliação de manuscritos. São considerados editores *ad hoc* quando colaboram na avaliação esporádica de manuscritos, após solicitação do editor-chefe ou mesmo de um editor associado. Uma

opção para destacar o trabalho do editor associado é publicar o seu nome no início do artigo.

Os editores (associados ou de seção ou outra denominação) são pesquisadores com afiliação nacional ou estrangeira, reconhecidos na área sob sua responsabilidade e seus currículos atualizados devem estar disponíveis online.

Quando cientistas ou personalidades são referenciados por motivo honorário ou para agregar prestígio ao periódico sem entretanto participar ativamente na gestão editorial, os nomes devem ser listados separadamente sob denominação correspondente que evidencie que não atuam como editores na gestão dos manuscritos.

Os periódicos indexados pelo SciELO devem maximizar a internacionalização do corpo de editores. A partir de janeiro de 2016, os periódicos indexados no SciELO devem atender às porcentagens mínimas esperadas e recomendadas de editores associados ativos com afiliação institucional no exterior, segundo a área temática e para a coleção toda, conforme a distribuição da **Tabela 1**.

Tabela 1. Porcentagem de editores associados com afiliação estrangeira por área temática

Área temática	Porcentagem de editores associados ativos com afiliação estrangeira	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	20%	30%
Biológicas	25%	50%
Engenharias	25%	50%
Exatas e da Terra	25%	50%
Humanas	15%	25%
Linguística, Letras e Artes	15%	25%
Saúde	20%	30%
Sociais Aplicadas	15%	25%
SciELO Brasil	20%	35%

Esta tabela de controle não se aplica aos periódicos com baixo número de manuscritos e cujo editor-chefe centraliza a responsabilidade pela seleção dos pareceristas e do acompanhamento dos processos de avaliação.

- **Conselho Editorial.** Quando existe, tem a função de assessorar a instituição responsável pelo periódico, o editor-chefe e os editores associados, avaliar o desempenho do periódico e elaborar recomendações para o seu aperfeiçoamento. Os membros do conselho editorial devem ser cientistas

reconhecidos na área do periódico com afiliação institucional no Brasil ou no exterior. Os editores associados ou de seção são parte integrante do conselho editorial ou devem participar das suas reuniões. O conselho editorial deve reunir-se periodicamente, de forma presencial ou online.

A composição da equipe editorial e suas atividades no processo de arbitragem dos manuscritos deverão ser registradas no sistema de gestão de manuscritos adotado pelo periódico, como se indica na próxima seção.

5.2.4. Avaliação de manuscritos

A avaliação dos manuscritos submetidos a um periódico indexado pelo SciELO ou dos manuscritos encomendados por seus editores deve ser realizada por meio de um ou mais editores e pareceristas, cujas recomendações apoiam os editores nas decisões de aprovação ou rejeição de manuscritos. O editor-chefe ou o editor de seção correspondente é o responsável final pelas decisões, segundo o fluxo de processamento adotado pelo periódico.

Os periódicos podem adotar diferentes processos de avaliação e denominação das instâncias responsáveis que conduzem à aprovação ou rejeição de manuscritos. Entretanto, o procedimento adotado deve ser especificado formalmente nas instruções aos autores. O processo de arbitragem deve ser transparente e documentado. O autor deve ter sempre acesso ao estado de avanço da avaliação e os periódicos devem assegurar aos autores a possibilidade de recorrer das decisões editoriais.

É obrigatória a indicação nos artigos publicados das principais datas do processo de arbitragem, compreendendo pelo menos as datas de recebimento e de aprovação.

Todos os periódicos SciELO devem até o final de 2015 operar com apoio de um sistema de gestão online de manuscritos, visando maximizar a eficiência do processo de avaliação, minimizar o tempo entre a submissão e o parecer final, permitir que as partes envolvidas acompanhem o processo de avaliação e dispor de registros e estatísticas de controle do fluxo de gestão dos manuscritos, acesso a um sistema ou serviço de controle de plágio e acesso a um sistema ou serviço de cobrança de taxa de publicação por artigo aprovado (Article Processing Charge) quando utilizado pelo periódico. Assim, os sistemas devem atender as seguintes características mínimas:

- Registrar o processo de avaliação dos manuscritos com ênfase nas recomendações dos editores e dos pareceristas;
- Possibilitar que o autor acompanhe online a evolução da avaliação do manuscrito, a partir da sua submissão, com indicação das datas de início e fim de cada uma das etapas do processo de avaliação;
- Interoperar com sistemas de cobrança de taxas de publicação de artigos para os periódicos que adotam esta opção;
- Fornecer estatísticas do processo de avaliação, compreendendo, entre outras, o número dos manuscritos que foram recebidos, dos rejeitados na primeira avaliação pelo editor-chefe ou associado, dos enviados para editores associados (ou de seção) quando for o caso, dos enviados para pareceristas e do resultado final de aprovados e

- rejeitados. As estatísticas sobre os manuscritos devem ser controladas pela origem geográfica e institucional dos autores, idioma e área ou áreas temáticas;
- Fornecer estatísticas da duração das etapas de processamento dos manuscritos entre o recebimento e a primeira avaliação, as interações entre o editor, editores associados (ou de seção) e os autores até o parecer final;
 - Fornecer número de manuscritos gerenciados pelos editores e pareceristas, incluindo afiliação institucional e país de origem.

Estas estatísticas farão parte do relatório anual de desempenho dos periódicos e serão utilizadas pelo Comitê Consultivo como uma das fontes de avaliação do desempenho do periódico. O comitê poderá solicitar ao editor esclarecimento sobre o procedimento de revisão por pares adotado pelo periódico.

O tempo médio de processamento dos manuscritos deve ser de até 6 (seis) meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e de decisão final quanto à publicação, e de até 12 (doze) meses, considerando o tempo entre as datas de submissão e publicação do manuscrito. Entretanto, recomenda-se um ciclo total médio de 6 (seis) meses considerando a tendência internacional.

A submissão de manuscritos deve operar de forma contínua, ou seja, os periódicos indexados no SciELO não devem suspender a recepção de manuscritos em nenhum período por nenhuma razão. O SciELO poderá assistir os periódicos ou indicar consultores para promover o aperfeiçoamento dos processos de gestão de manuscritos de modo a evitar a retirada do periódico da coleção.

Para a revisão dos manuscritos, os pareceristas são pesquisadores nacionais e estrangeiros (preferencialmente com abrangência em todos os continentes) e reconhecidos nas áreas dos periódicos que colaboram e, especialmente do assunto dos manuscritos que avaliam. Os periódicos indexados pelo SciELO devem maximizar a participação de pareceristas afiliados a instituições do exterior. A partir de 2016, a **Tabela 2** será considerada como referência para avaliar o número de pareceristas que arbitram pelo menos um manuscrito com afiliação estrangeira. A tabela estabelece as porcentagens anuais mínimas esperadas e as recomendadas que os periódicos devem obedecer, segundo a sua área temática e para a coleção como um todo.

Tabela 2. Porcentagem mínima de pareceristas com afiliação institucional no exterior por área temática

Área temática	Porcentagem de pareceristas ativos com afiliação estrangeira	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	25%	30%
Biológicas	30%	40%
Engenharias	30%	40%
Exatas e da Terra	30%	40%
Humanas	20%	25%
Linguística, Letras e Artes	20%	25%
Saúde	25%	30%
Sociais Aplicadas	20%	25%
SciELO Brasil	25%	35%

5.2.5. Fluxo de produção editorial

A periodicidade e o número de artigos publicados por ano são indicadores do fluxo da produção editorial do periódico e da produção científica da área temática que cobre. Os valores de referência requeridos pela indexação no SciELO dependem da área temática na qual o periódico é classificado. É também um indicador relacionado com a oportunidade e velocidade da comunicação.

A **Tabela 3** indica, para cada grande área temática, os valores mínimos esperados e recomendados para a periodicidade e número de artigos publicados por ano, a partir de 2015.

Para os periódicos que publicam os números conforme uma determinada periodicidade, a publicação dos artigos em modalidade avançada ou *ahead of print*, ou seja, tão logo os manuscritos aprovados sejam editados para publicação, é considerada uma prática altamente recomendada.

Para os periódicos de publicação contínua, ou seja, que publicam os artigos à medida que a sua edição esteja finalizada, a avaliação do fluxo de produção será realizada considerando a distribuição da publicação dos artigos ao longo do ano. A soma dos artigos deverá obedecer aos valores mínimos e recomendados, correspondente à sua área temática.

Tabela 3. Fluxo de produção editorial segundo periodicidade e número de artigos mínimo e recomendado por ano e área temática

Área temática	Periodicidade		Número de artigos	
	Mínima	Recomendada	Mínimo	Recomendado
Agrárias	Trimestral	Bimestral	60	75
Biológicas	Trimestral	Bimestral	65	85
Engenharias	Trimestral	Bimestral	48	60
Exatas e da Terra	Trimestral	Bimestral	45	55
Humanas	Quadrimestral	Trimestral	25	35
Linguística, Letras e Artes	Quadrimestral	Trimestral	20	25
Saúde	Trimestral	Bimestral	60	80
Sociais Aplicadas	Quadrimestral	Trimestral	25	35

5.2.6. Tempo de existência para admissão

O periódico deve ter, pelo menos, 4 (quatro) números publicados ou equivalente para ser considerado no processo de avaliação da Coleção SciELO Brasil.

5.2.7. Pontualidade para admissão

A publicação deve ser pontual, de acordo com a respectiva periodicidade. Periódicos que apresentem dois ou mais fascículos em atraso não serão considerados no processo de avaliação da Coleção SciELO Brasil.

5.2.8. Idioma dos títulos, resumos, palavras-chave e texto

Os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma original do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não for o idioma original.

Os textos dos periódicos da coleção SciELO Brasil podem ser publicados em qualquer idioma, com ênfase no português e inglês. O modelo SciELO permite a publicação simultânea em dois ou mais idiomas. Os periódicos SciELO devem maximizar o número de artigos originais e de revisão no idioma inglês de acordo com sua área temática e orientação principal.

A **Tabela 4** detalha as porcentagens anuais mínimas esperadas e recomendadas de artigos originais e de revisão no idioma inglês que os periódicos SciELO devem obedecer integralmente por área temática e para a coleção toda a partir do ano 2016.

Tabela 4. Porcentagem mínima de artigos no idioma inglês por área temática

Área temática	Porcentagem de artigos originais e de revisão em inglês	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	50%	75%
Biológicas	85%	85%
Engenharias	70%	85%
Exatas e da Terra	70%	85%
Humanas	25%	30%
Linguística, Letras e Artes	20%	30%
Saúde	80%	80%
Sociais Aplicadas	25%	30%
SciELO Brasil	60%	75%

O uso apropriado do idioma, a qualidade das traduções e o uso de lista controlada de palavras-chave são considerados na avaliação.

O uso de resumos estruturados segundo as seções dos artigos é recomendado para periódicos de determinadas áreas temáticas. O Comitê Consultivo do SciELO determinará que periódicos devem, segundo a prática internacional, utilizar preferencialmente resumos estruturados.

5.2.9. Afiliação de autores

Todos os artigos originais, de revisão e outros tipos de documentos, sem exceção, devem conter a especificação completa das instâncias a qual estão afiliados cada um dos autores. Cada instância é identificada por nomes de até três níveis hierárquicos institucionais ou programáticos e pela cidade, estado e país em que está localizada. Quando um autor é afiliado a mais de uma instância, cada afiliação deve ser identificada separadamente. Quando dois ou mais autores estão afiliados à mesma instância, a identificação da instância é feita uma única vez.

As instâncias acadêmicas são as mais comuns de afiliação dos autores-pesquisadores. Uma estrutura típica de afiliação acadêmica são as que combinam departamento-faculdade-universidade, programa de pós graduação-faculdade-universidade, instituto de pesquisa-universidade, hospital-faculdade de medicina-universidade, etc. São comuns também institutos, empresas ou fundações públicas ou privadas, relacionadas com pesquisa e desenvolvimento. Ocorrem também instâncias que desenvolvem ou participam de pesquisa que são órgãos de governo, ligados a ministérios, secretarias estaduais ou municipais. Outros autores são ainda afiliados a empresas nacionais e multinacionais. Muitos autores são afiliados a instâncias programáticas ou envolvendo comunidades de pesquisadores ou profissionais que funcionam em torno de um programa, projeto ou rede e podem ter vida limitada.

A apresentação da afiliação deve guardar uniformidade em todos os documentos e recomenda-se o seguinte formato:

- A identificação das afiliações deve vir agrupada, logo abaixo dos nomes dos autores, em linhas distintas;
- A identificação das instâncias deve, sempre que aplicável, indicar as unidades hierárquicas correspondentes. Recomenda-se que as unidades hierárquicas sejam apresentadas em ordem decrescente, por exemplo, universidade, faculdade e departamento;
- Em nenhum caso as afiliações devem vir acompanhadas das titulações ou mini currículos dos autores;
- O endereço de correspondência do autor deve ser apresentado separadamente e pode vir no final do artigo;
- Os nomes das instituições e programas deverão ser apresentados preferencialmente por extenso e na língua original da instituição ou na versão em inglês quando a escrita não é latina.
- Recomenda-se que, no processo de submissão, seja registrado o número ORCID de cada um dos autores.

Periódicos endógenos, ou seja, que publicam artigos de autores cujas afiliações, em sua maior parte, são de uma única instituição ou região geográfica não serão admitidos.

Os periódicos indexados no SciELO devem maximizar a internacionalização da afiliação dos autores com base na **Tabela 5**, que apresenta as porcentagens anuais mínimas esperadas e recomendadas de autores com afiliação institucional no Exterior por área temática, que deverão ser cumpridas por áreas temáticas e para o conjunto da coleção a partir do ano de 2016.

Tabela 5. Porcentagem mínima de autores com afiliação institucional estrangeira

Área temática	Porcentagem de autores com afiliação estrangeira	
	Mínima	Recomendada
Agrárias	15%	30%
Biológicas	30%	40%
Engenharias	30%	40%
Exatas e da Terra	30%	35%
Humanas	20%	25%
Linguística, Letras e Artes	20%	25%
Saúde	25%	35%
Sociais Aplicadas	20%	25%
SciELO Brasil	20%	35%

5.2.10. Citações recebidas

O periódico deverá apresentar um índice de citações recebidas de artigos de outros periódicos e de autocitações compatível com os demais periódicos da mesma área temática. Para admissão serão consideradas as citações nos índices bibliográficos *Google Metrics* e demais índices que porventura o periódico esteja indexado.

Para os periódicos já indexados, o *SciELO Citation Index* que compreende os periódicos SciELO e WoS será utilizado como índice de referência.

5.2.11. Normalização das citações e referências bibliográficas

O periódico deve especificar a norma que segue para a estruturação e apresentação dos textos e para a apresentação das citações e das referências bibliográficas, de modo que seja possível avaliar a obediência às normas indicadas.

Para as citações e referências bibliográficas recomenda-se a adoção fiel de uma das normas estabelecidas formalmente como padrão nacional e/ou internacional e mais utilizada internacionalmente na área temática do periódico. A adoção precisa da norma bibliográfica é essencial para viabilizar o processo de marcação e geração estruturada dos textos em XML.

Somente as referências listadas no final do texto em uma seção bem definida serão marcadas de modo a possibilitar sua carga nas bases de dados para inclusão nas métricas de citações. As referências bibliográficas que aparecem em notas de rodapé e não incluídas na lista de referências ao final do artigo não serão marcadas e não participarão das métricas do SciELO.

5.2.12. Política de acesso aberto

Todos os periódicos e artigos indexados no SciELO são publicados em acesso aberto na modalidade dourada, sem embargo. O Programa SciELO formaliza o acesso aberto por meio da adoção de atribuições de acesso do tipo *Creative Commons* para todos os periódicos e artigos indexados em suas coleções, preferencialmente a atribuição CC-BY. Eventualmente os periódicos podem optar pela atribuição CC-BY-NC. Os periódicos de organismos intergovernamentais adotarão a atribuição CC-BY-IGO. O periódico pode adotar uma atribuição de acesso aberto específica que seja equivalente a uma destas três licenças.

Antecedentes e documentações referentes ao *Creative Commons* podem ser obtidas nos sites www.creativecommons.org ou www.creativecommons.org.br.

5.2.13. Registro de ensaios clínicos

Os periódicos da Coleção SciELO Brasil que publicam resultados de ensaios clínicos (clinical trials) devem incluir nas instruções aos autores a recomendação para registro prévio dos

ensaios publicados. Devem exigir também o respectivo número de identificação como condição para aceitação dos manuscritos.

5.2.14. Registro de material biológico de referência e de sequências de DNA

Os periódicos da Coleção SciELO Brasil que publicam resultados sobre ensaios com organismos vivos como fungos, bactérias, plantas, etc., devem incluir nas instruções aos autores a recomendação para registro e depósito prévio de material de referência (vouchers) em coleções registradas e de acesso público e exigir o respectivo número de identificação como condição para aceitação dos manuscritos.

O mesmo procedimento aplica-se em relação ao depósito de sequências de DNA em bancos de dados habilitados.

5.2.15. Disponibilização dos dados da pesquisa

A disponibilização dos dados das pesquisas utilizados nos artigos em repositórios de acesso aberto, seguindo padrões de registro que assegurem a autoria, o uso e citação dos dados assim como do artigo correspondente, é recomendável, pois contribui para a replicabilidade das pesquisas, aumenta a visibilidade e as citações das pesquisas e dos periódicos. A disponibilização dos dados passará a ser critério de avaliação a partir de 2015.

5.2.16. Digital Object Identifier (DOI) e link para os textos completos

Todos os artigos dos periódicos SciELO devem ter o respectivo DOI registrado na base de dados da agência CrossRef. O DOI pode ser obtido pelo SciELO ou pelo periódico.

Quando o periódico obtém o DOI este deve ser especificado no texto em XML enviado ao SciELO.

O registro do DOI no CrossRef deve conter obrigatoriamente um link para o texto completo do SciELO independente de outros pontos de acesso.

Textos completos em XML

5.2.17. Textos completos em XML

Todos os periódicos SciELO deve ter os artigos dos textos completos estruturados em XML segundo o SciELO Publishing Schema que é adaptado da norma ANSI/NISO Z39.96-2012: Journal Article Tag Suite (JATS). O arquivo XML dos diferentes tipos de documentos enviado ao SciELO deve vir acompanhado das imagens em alta definição e do arquivo PDF

correspondente, e, sempre que possível, do arquivo no formato ePUB. Quando o artigo é multilíngue o arquivo XML deve conter todas as versões.

Os arquivos dos artigos em XML e as respectivas imagens são considerados a fonte original dos artigos para referência e preservação.

5.2.18. Marketing e divulgação

Os periódicos indexados no SciELO devem contar, a partir de julho de 2015, com um plano operacional de marketing e divulgação, exigindo-se como mínimo, por um lado, a gestão de uma lista atualizada de pesquisadores potenciais, autores e usuários nacionais e internacionais, potenciais leitores, assim como de instituições relacionadas e, por outro lado, a produção de *press releases* de cada novo número ou de novos artigos selecionados. Os *press releases* deverão ser também compartilhados com o SciELO e publicados no seu portal.

A partir de julho de 2015 é esperado que os periódicos disseminem as novas pesquisas nas redes sociais mais pertinentes, utilizando o Twitter, o Facebook e/ou outros sistemas. Devem também desenvolver mecanismos que fomentem a presença nos sistemas orientados a gestão de informação e comunicação de pesquisadores, como são o Academia.edu, Mendeley, ResearchGate, etc. Os periódicos podem fazer uso de instâncias próprias ou coletivas, incluindo as que o SciELO opera nas redes sociais, como o Blog SciELO em Perspectiva.

5.2.19. Erratas e retratações

Os editores-chefes devem enviar ao SciELO a comunicação de erratas, tão logo elas sejam emitidas para atualização dos artigos na Coleção SciELO Brasil. Quando um artigo é retratado, o editor-chefe do periódico deve enviar carta ao SciELO, indicando os motivos da retratação e seguir os procedimentos do guia para publicação de retratação, manifestação de preocupação e errata de artigos publicados pelo SciELO (<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=53>).

5.2.20. Responsabilidades sobre os conteúdos publicados

A responsabilidade pelo conteúdo dos periódicos é dos autores e dos editores, conforme acordos estabelecidos entre as partes. O Programa SciELO não assume nenhuma responsabilidade legal relacionada com os conteúdos publicados pelos periódicos. Qualquer demanda recebida será repassada para o editor-chefe do periódico correspondente. Entretanto, o SciELO poderá assessorar o periódico sobre como proceder frente a demandas legais.

5.2.21. Declaração da contribuição de autores e colaboradores

A autoria atribui crédito e implica em responsabilidade pelo conteúdo publicado. Os periódicos SciELO devem apresentar uma política para registro de contribuição de autores e colaboradores, expressa nas instruções aos autores, com utilização de dois critérios mínimos de autoria:

- a. Participar ativamente da discussão dos resultados;
- b. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

5.3. Procedimentos do processo de avaliação para admissão

Para ser incluído e permanecer na Coleção SciELO Brasil, o periódico deve aceitar e seguir os critérios para admissão e permanência na coleção.

O processo de admissão inicia-se com a submissão voluntária de pedido de avaliação por parte do editor-chefe do periódico, por meio de uma carta dirigida ao Comitê Consultivo justificando a submissão, acompanhada de documentação especificada no site da Coleção SciELO Brasil, na seção Procedimentos para Inclusão de Periódicos na Coleção SciELO Brasil <http://www.scielo.br/avaliacao/inclusao_pt.htm>. A documentação mínima requerida é a seguinte:

- a. Exemplares dos 3 (três) últimos fascículos publicados ou, no caso de periódicos online, a URL do site dos periódicos e a URL dos 3 (três) últimos números publicados;
- b. Formulário utilizado pelo periódico no processo de análise e aprovação dos manuscritos; e
- c. Formulário de avaliação <http://www.scielo.br/avaliacao/formulario_avaliacao.xls> preenchido com os dados do periódico.

Com a documentação reunida, o processo segue as etapas de avaliação sobre o cumprimento das condições formais exigidas: a pré-avaliação de escopo e formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica (endogenia) da gestão editorial e da autoria dos artigos, avaliação de mérito científico por pares e a avaliação final do Comitê Consultivo.

Todas as decisões relativas ao ingresso e permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil são tomadas exclusivamente pelo Comitê.

5.3.1. Pré-avaliação de escopo, arbitragem por pares, tempo de existência e pontualidade

A adequação dos periódicos quanto aos quesitos Escopo (item 4), Arbitragem por pares (item 5.2.2), Tempo de existência (item 5.2.5) e Pontualidade (item 5.2.6) é necessária como condição inicial para sua inclusão no processo de avaliação para indexação na Coleção SciELO Brasil.

5.3.2. Avaliação de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica

São analisadas as características de apresentação, estrutura e normalização do periódico, cujos textos devem ser passíveis de serem marcados de acordo com o *SciELO Publishing Schema* (item 5.2.16) assim como aspectos relacionados à representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica dos membros do corpo editorial, dos pareceristas e dos autores dos artigos dos 3 (três) últimos fascículos publicados.

A avaliação de formato compreende uma análise de um conjunto de características baseadas nas normas internacionais de edição de periódicos científicos. Compreende também a verificação inicial da quantidade mínima de artigos publicados por ano (item 5.2.4). Os periódicos que não atenderem a estes quesitos não serão encaminhados para avaliação de conteúdo por pares, exceto por decisão específica do Comitê Consultivo.

A avaliação do corpo de editores associados, editores *ad hoc*, pareceristas e autores dos últimos 3 (três) fascículos publicados leva em conta a representatividade nas respectivas comunidades assim como a distribuição institucional e geográfica das suas afiliações institucionais. A concentração institucional ou geográfica é considerada como limitante para a admissão do periódico na coleção, enquanto a internacionalização do corpo de editores, pareceristas e autores é considerada um indicador positivo.

5.3.3. Avaliação de mérito científico por pares

Os periódicos que atenderem à quantidade e predominância de artigos originais serão avaliados quanto a seu conteúdo, com base em avaliações de, pelo menos, 2 (dois) pesquisadores da área do periódico, cujos pareceres deverão abordar as seguintes características:

- Caráter científico e qualidade dos artigos do periódico;
- Importância e contribuição do periódico para o desenvolvimento da área e para o desenvolvimento da Coleção SciELO Brasil;
- Representatividade científica e abrangência institucional e geográfica do corpo de editores e pareceristas; e
- Processo de arbitragem por pares.

5.3.4. Avaliação da admissão de periódicos pelo Comitê Consultivo

São submetidos à apreciação dos membros do Comitê Consultivo:

- a. Periódicos reprovados na avaliação inicial de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica para consideração sobre continuidade ou não do processo para a etapa seguinte de avaliação de mérito científico. As exceções são, em geral, decididas por unanimidade; e
- b. Periódicos que já passaram pela revisão dos pares e que reúnem toda a documentação necessária, para decisão final quanto à inclusão ou não na Coleção SciELO Brasil.

A análise é precedida por uma apresentação sobre o periódico pelo membro do Comitê Consultivo representante da respectiva área temática. As decisões são tomadas preferencialmente por consenso de acordo com as seguintes opções:

- a. Aprovar o ingresso imediato sem restrições;
- b. Aprovar o ingresso imediato com restrições e condicionado ao compromisso do editor-chefe de que cumprirá as recomendações do Comitê Consultivo no tempo estabelecido;
- c. Aprovar sob condição com ingresso após a implantação das recomendações do Comitê Consultivo;
- d. Denegar o ingresso; e
- e. Adiar a decisão pendente de solicitação de esclarecimentos adicionais.

Todas as decisões são fundamentadas nos relatórios internos do Comitê e comunicadas individualmente a cada um dos editores-chefes dos periódicos analisados. Os periódicos aprovados são informados publicamente nos Resultados das Reuniões do Comitê Consultivo, publicados no website da Coleção SciELO Brasil (http://www.scielo.br/avaliacao/avaliacao_pt.htm).

5.4. Avaliação de conjuntos de periódicos por área temática

O Comitê Consultivo poderá decidir pela avaliação conjunta de periódicos de uma determinada área temática com o objetivo de analisar o desempenho relativo destes como suporte para a decisão de indexação na Coleção SciELO Brasil. Esta opção se aplica quando existe alta demanda de ingresso de periódicos de uma determinada disciplina ou quando se inicia a indexação de uma disciplina sem coleção núcleo já indexada.

O processo de avaliação de periódicos por área temática implementa uma Coleção SciELO de Trabalho com pelo menos 4 (quatro) números de cada título. Com base no desempenho de indicadores bibliométricos, calculados a partir da coleção de trabalho e da Coleção SciELO, o Comitê Consultivo delibera sobre a formação da coleção núcleo da área temática.

Os periódicos que eventualmente não são aprovados para ingresso na coleção núcleo poderão submeter sem restrição ou prejuízo para avaliação de ingresso na Coleção SciELO Brasil, decorridos 1 (um) ano da realização do processo.

6. Critérios de avaliação de desempenho para permanência na Coleção SciELO

A princípio, como vimos, a maioria dos indicadores descritos na seção 5 e adotados para a avaliação de periódicos para admissão na Coleção SciELO Brasil aplicam-se também na avaliação de permanência.

O cumprimento das recomendações de melhoramentos apresentadas no parecer de admissão do periódico e aceitas pelo editor-chefe é considerado também como indicador para a sua permanência na coleção.

Os critérios seguintes (itens de 6.1 a 6.4) são indicadores específicos da avaliação de desempenho utilizados para avaliar a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil.

6.1. Pontualidade no envio dos arquivos

A pontualidade de publicação online é medida pela chegada dos arquivos do número corrente na Unidade SciELO, que deve seguir pontualmente a periodicidade adotada pelo periódico.

A Unidade SciELO informa ao Comitê Consultivo a ocorrência de atrasos no envio dos arquivos.

Os periódicos que não atenderem ao critério de pontualidade são analisados pelo Comitê Consultivo SciELO Brasil e são passíveis de receber advertência ou, em caso de mais de seis meses sem publicação, o periódico será excluído da coleção.

Independente da pontualidade, recomenda-se que os periódicos adotem a publicação antecipada dos artigos tão logo sejam aprovados e editados. A publicação contínua é uma modalidade que facilita o cumprimento da pontualidade da publicação.

6.2. Indicador de uso do periódico por downloads

O uso do periódico é medido pela evolução mensal do número de downloads de artigos considerando a origem nacional ou internacional do usuário. A contagem dos downloads válidos segue a metodologia do sistema COUNTER.

Se o uso do periódico é sistematicamente baixo e/ou decrescente quando comparado a periódicos da mesma área, tomando como base um período de 3 (três) anos, a permanência do periódico na Coleção é avaliada pelo Comitê Consultivo, o qual deverá emitir parecer para que se estudem as causas e possíveis soluções ou propor a exclusão do título da Coleção.

6.3. Indicador de impacto de citações por artigo

O indicador de desempenho de cada periódico, medido com base nas citações recebidas por artigo, é avaliado, sempre que possível, em conjunto com os periódicos da mesma área.

O aumento no número de citações por artigo ou a sua estabilização em posição elevada na distribuição relativa dos periódicos da mesma área são considerados resultados de desempenho positivo e, portanto, favorecem a permanência do título na Coleção. O número de citações é mensurado no *SciELO Citation Index* considerando as citações concedidas por todos os periódicos da plataforma *Web of Science*. São também consideradas para efeitos de comparação com outros periódicos os desempenhos no *WoS*, *Scopus* e *Google Metrics*.

Na avaliação do desempenho dos periódicos a partir do número de citações recebidas por artigo, o Comitê Consultivo analisará também a porcentagem de autocitação. Elevados índices de autocitação em relação aos demais periódicos da mesma área temática são considerados prejudiciais na avaliação do periódico, e o Comitê poderá ou solicitar esclarecimentos ao editor-chefe ou emitir advertência e decidir pela exclusão do periódico da Coleção SciELO Brasil.

6.4. Indicador de influência e presença dos artigos na Web

O indicador de desempenho de cada periódico, medido com base nas referências recebidas por artigo nas redes sociais, é avaliado, sempre que possível, em conjunto com os periódicos da mesma área.

O aumento de referências por artigo ou a sua estabilização em posição elevada na distribuição relativa dos periódicos a mesma área são considerados resultados de desempenho positivo e, portanto, favorecem a permanência do título na coleção. A presença na Web e nas redes sociais é medida pelos indicadores fornecidos pela companhia *Altmetric.com*.

6.5. Indicadores de internacionalização dos periódicos

A internacionalização dos periódicos indexados pelo SciELO, incluindo a gestão dos processos editoriais, a afiliação dos autores dos artigos e o idioma de publicação, compreende um conjunto de condições e práticas que favorecem sua inserção no fluxo internacional da comunicação científica, refletindo em sua visibilidade e impacto internacional. Os periódicos devem maximizar progressivamente a sua internacionalização.

Os principais indicadores que serão utilizados para avaliar o nível de avanço da internacionalização dos periódicos indexados pelo SciELO são os seguintes, tendo em conta o conjunto dos periódicos do SciELO:

- Evolução do número de downloads originários do Brasil e do exterior, com base na metodologia do sistema COUNTER;
- Evolução da quantidade de citações por artigos, concedidas por autores estrangeiros, tendo o *SciELO Citation Index* como fonte de referência de cálculo;
- Evolução da presença nas redes sociais, tendo o índice da *Altmetric.com* como referência;
- Evolução da porcentagem de artigos publicados no idioma inglês;
- Evolução da porcentagem de artigos de autores com afiliação estrangeira;
- Evolução da porcentagem de artigos elaborados em colaboração internacional;
- Evolução da proporção de pesquisadores de outros países que exerçam as funções de editores-chefes, editores associados e pareceristas.

Os valores de referência utilizados na avaliação da internacionalização dos periódicos SciELO serão definidos pelo Comitê Consultivo do SciELO de acordo com a evolução do conjunto de periódicos da área temática correspondente.

6.6. Relatório anual de desempenho

Como parte do processo de avaliação de desempenho para permanência na Coleção SciELO Brasil, além dos indicadores que o SciELO pode obter automaticamente, os editores deverão encaminhar, a pedido do SciELO, um informe anual sobre os periódicos, pontuando os avanços obtidos no ano anterior em aspectos específicos, segundo formulário padrão, que coleta também sugestões dos editores para o melhoramento das funções do SciELO.

7. Parecer do processo de exclusão de títulos

No caso de apuração de resultados desfavoráveis na avaliação de desempenho, o periódico recebe uma notificação dos aspectos a serem melhorados, que deverão ser atendidos no prazo estabelecido pelo Comitê Consultivo.

A exclusão de um periódico da Coleção SciELO Brasil é efetivada após parecer do Comitê Consultivo e será comunicada publicamente nos Resultados das Reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil.

A exclusão de um periódico da Coleção não afeta a disponibilidade na coleção dos números já publicados.

8. Recursos contra decisões do Comitê Consultivo

O editor-chefe do periódico poderá apresentar, a qualquer tempo, recurso contra a decisão do Comitê Consultivo nos casos de não admissão, restrições para admissão, advertências e exclusão da Coleção SciELO Brasil.

Os recursos serão examinados pelo Comitê Consultivo, que poderá tomar as seguintes decisões:

- a. Manter a decisão que motivou o recurso;
- b. Manter parte da decisão que motivou o recurso;
- c. Solicitar informação adicional ao editor-chefe;
- d. Solicitar que o periódico seja reavaliado com o apoio de especialistas na área; e
- e. Aceitar o recurso.

O parecer do Comitê Consultivo será comunicado ao editor do periódico.

9. Readmissão

Os periódicos excluídos da Coleção SciELO Brasil poderão ser readmitidos por decisão do Comitê Consultivo sempre que voltarem a cumprir os critérios de inclusão ou permanência na coleção. A readmissão será avaliada pelo Comitê Consultivo SciELO Brasil, conforme descrito nos itens 5.2 e 5.3.

A readmissão não será efetivada imediatamente após a exclusão de um título da Coleção. Para ser reavaliado, o periódico deve demonstrar que cumpre os critérios em, pelo menos, 2 (dois) números consecutivos.

10. Resultados das reuniões do Comitê Consultivo SciELO Brasil

Todas as decisões do Comitê Consultivo que alterem a composição ou política de desenvolvimento da Coleção serão comunicadas publicamente na seção "Avaliação de Periódicos da Coleção SciELO Brasil", no site da Coleção SciELO Brasil.

Anexo 1. Tipos de documentos

Os seguintes tipos de documentos serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO: adendo, artigo de pesquisa, artigo de revisão, carta, coleção, comentário de artigo, comunicação breve, comunicação rápida, discurso, discussão, editorial, errata, introdução, norma, relato de caso, resenha crítica de livro, resposta, retratação e retratação parcial e "outro" (quando o documento é indexado mas nenhum dos tipos anteriores se aplica) conforme a descrição seguinte:

Tipo de documento	Descrição do tipo de documento
adendo	Um trabalho publicado que agrega informação ou esclarecimento a outro trabalho (o tipo "errata" corrige um erro em um material publicado previamente).
artigo de pesquisa	Artigo comunicando uma pesquisa original (O tipo "artigo de revisão" descreve uma revisão da literatura, sumário de pesquisa, ou artigo estado da arte).
artigo de revisão	Revisão ou artigo sumário do estado da arte (O tipo "research article" descreve pesquisa original.)
carta	Carta dirigida ao periódico, tipicamente comentando um trabalho publicado.
coleção	Documento que abarca conjunto de sub-artigos ou respostas. Este tipo é restrito aos documentos cujo conteúdo intelectual corresponde a "sub-artigo" ou "resposta".
comentário de artigo	Um documento cujo objeto ou foco é outro artigo ou artigos; este artigo comenta outros artigos. Este tipo de documento pode ser usado quando o editor de uma publicação convida um autor com uma opinião oposta para comentar um artigo controverso e então publica os dois artigos juntos. O tipo "editorial" que tem similaridade é reservado para comentários escritos pelo editor ou membro da equipe editorial.
comunicação breve	Comunicação curta e/ou rápida de resultados de pesquisa.
comunicação rápida	Atualização de uma pesquisa ou outros itens noticiosos.
discurso	Documento de uma fala ou apresentação oral.

discussão	Discussão convidada relacionado com um artigo específico ou um número do periódico.
editorial	Peça de opinião, declaração política ou comentário geral escrito tipicamente por membro da equipe editorial. (O tipo "comentário de artigo" é reservado para comentário a um artigo ou artigos específicos, que é escrito por um autor com um ponto de vista contrastante, que não é o editor ou membro da equipe editorial).
errata	Modificação ou correção de material publicado previamente. Em inglês é chamado também de " <i>correction</i> ". (O tipo "adendo" aplica-se apenas para material adicionado à um material publicado previamente).
introdução	Introdução a uma publicação, ou a uma série de artigos dentro de um número de uma publicação, etc., tipicamente para uma seção ou número especial.
norma	Documento de um guia ou diretriz estabelecida por uma autoridade biomédica ou de outra área como um comitê, sociedade, ou agência do governo.
outro	Quando não se aplica nenhum dos tipos de documentos descritos.
relato de caso	Estudo de caso, relato de caso, ou outra descrição de um caso.
resenha crítica de livro	Resenha ou análise de um ou mais livros impressos ou online. (O tipo "revisão de produto" é usado para análise de produtos).
resposta	Resposta a uma carta ou comentário, tipicamente pelo autor original comentando sobre comentários.
retratação	Retratação ou negação de um de material publicado previamente.
retratação parcial	Retratação ou negação de parte ou partes de material publicado previamente.

Os seguintes tipos de documentos não serão indexados, publicados e incluídos nas métricas de desempenho do SciELO: anúncio, calendário, chamadas, livros recebidos, notícia, obituário, reimpressão, relatório de reunião, resumo, revisão de produto, tese e tradução, conforma e a descrição seguinte:

Tipo de documento	Descrição do tipo de documento
anúncio	Material anunciado no periódico (pode ou não estar diretamente relacionado com o periódico).
calendário	Lista de eventos.
chamadas	Sumário ou chamada de itens do número corrente do periódico.
livros recebidos	Notificação que itens, como livros ou outros trabalhos, foram recebidos pelo periódico para análise ou consideração.
notícia	Notícia, normalmente atual mas, atipicamente, histórica.
obituário	Anúncio do falecimento ou elogio a um colega falecido recentemente.
reimpressão	Reimpressão de um documento publicado previamente.
relatório de reunião	Relatório de uma conferência, simpósio ou reunião.
resumo	O documento propriamente dito é um resumo (de um <i>paper</i> ou apresentação) que normalmente foi apresentado ou publicado separadamente.
revisão de produto	Descrição, análise ou revisão de um produto ou serviço, como por exemplo, um pacote de software (O tipo "resenha de livro" é usado para a análise de livros).
tese	Tese ou dissertação escrita como parte da finalização de um curso.
tradução	Tradução de um artigo original escrito em outro idioma.